

A Casa Forte Alentejana na Transição da Época Medieval para a Época Moderna

Margarida dos Santos Contreiras

Dissertação de Mestrado em História Medieval

Julho, 2019

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Medieval realizada sob a orientação científica do professor doutor Bernardo de Vasconcelos e Sousa e coorientação do professor doutor José Custódio Vieira da Silva

Agradecimentos

Ao professor doutor José Custódio Vieira da Silva que, estando aposentado, regressou em pleno ao meio académico, e pela sua preciosa e indispensável orientação, assim como pela partilha do seu profundo conhecimento e experiência neste tema;

Ao professor doutor Bernardo de Vasconcelos e Sousa por uma orientação científica de rigor inquestionável e pelo apoio na construção de um conhecimento histórico e historiográfico essenciais à credibilidade da presente dissertação;

À Dr.^a Ana Borges da Direção Regional da Cultura do Alentejo pelo constante apoio e disponibilidade em toda a investigação inerente a este trabalho;

Ao Dr. Tiago Salgueiro da Fundação Casa de Bragança pelo acompanhamento e recetividade no contexto da pesquisa de campo no concelho de Vila Viçosa;

Aos excelentíssimos proprietários, Sr.^a D. Bernardina Vacas de Carvalho e ao Sr. Eng. António Vacas de Carvalho, Sr. José Leal da Costa, Sr. Dr. Gonçalo Morais Tristão, Sr. Dr. Gil Monsaraz e Sr. Dr. Paulo Cunhal Sendin pela disponibilidade, partilha de conhecimento e permissão para as visitas ao exterior e interior de alguns dos monumentos que aqui analisamos;

À Madalena Ferreira e ao João Ferreira pelo acolhimento caloroso e tão conveniente na deslocação à região estudada;

À minha família, pelo apoio logístico e pelo sempre presente encorajamento.

Resumo

A casa forte, como símbolo de apropriação territorial, constitui uma importante ferramenta no estudo das relações de poder da Nobreza medieval portuguesa. A sua principal zona de incidência é o Norte senhorial; contudo, no final da Idade Média, encontramos casas fortes na região alentejana que constituem testemunhos monumentais da presença nobre nos séculos XV e XVI. Nesta dissertação, apresentamos uma caracterização da casa forte portuguesa e a sua evolução nos territórios meridionais através da análise de alguns exemplares existentes nos atuais concelhos de Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Reguengos de Monsaraz, Monforte, Vila Viçosa e Portalegre, para, finalmente, traçar o perfil da casa forte alentejana de acordo com o seu contexto histórico e especificidades arquitetónicas atestadoras de uma nova mensagem de prestígio. Este trabalho representa um registo historiográfico do estudo da casa forte alentejana e procura evidenciar o seu potencial enquanto símbolo da aristocracia durante a transição para a Época Moderna.

Palavras-chave: casa forte, *domus fortis*, torre senhorial, nobreza, residência aristocrática, poder territorial, Norte senhorial, Entre-Douro-e-Minho, Alentejo, D. Dinis, D. Manuel I, centralismo régio, Manuelino.

Abstract

The fortified house, as symbol of land ownership, is an important tool in the study of the power relations in the Portuguese Medieval Nobility. The region where it most occurs is the seignorial North; however, in the end of the Middle Ages, it is possible to find fortified houses in the Alentejo region that constitute monumental witnesses of the centralism of the king's power in the 15th and 16th centuries. In this thesis, we present a characterization of the Portuguese fortified house and its evolution in the Southern lands as result of the analysis of some cases in the areas of Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Reguengos de Monsaraz, Monforte, Vila Viçosa e Portalegre, with the aim of building the profile of the Alentejo fortified house according to its historical context and architectural peculiarities capable of showing a new message of wealth. This work is a historiographic representation of the study of the fortified house in Alentejo and seeks to display its potential as symbol of the aristocracy during the transition to the Modern Age.

Keywords: fortified house, *domus fortis*, seignorial tower, Nobility, aristocratic residence, territorial power, seignorial North, Entre-Douro-e-Minho, Alentejo, king Dinis, king Manuel I, royal power centralism, Manueline decorative style.

Índice

Introdução.....	1
A historiografia sobre a casa forte – ponto de situação.....	3
Casa Forte.....	11
1. Conceito.....	11
2. Aspetos morfológicos e artísticos.....	12
3. A função prestigiante da <i>domus fortis</i>	14
4. A casa forte e a torre de menagem - a imagem de soberania.....	18
5. As novas alas residenciais.....	22
6. A casa forte: desafio ao poder régio?.....	24
As casas fortes no Alentejo.....	29
Torre de Coelheiros (concelho de Évora).....	32
Torre da Camoeira (concelho de Évora).....	37
Torre da Giesteira (concelho de Évora).....	40
Torre(s) do Monte de S. Caetano (concelho de Évora).....	43
Torre do Carvalhal (concelho de Montemor-o-Novo).....	46
Torre de D. Francisco (concelho de Montemor-o-Novo).....	50
Quinta da Amoreira da Torre (concelho de Montemor-o-Novo).....	53
Torre das Águias (concelho de Mora).....	56
Torre do Esporão (concelho de Reguengos de Monsaraz).....	61
Torre das Vidigueiras (concelho de Reguengos de Monsaraz).....	64
Torre de Cabedal e Pomar d’El Rei (concelho de Vila Viçosa).....	66
Torre de Palma (concelho de Monforte).....	69
Torre dos Cantarinhos (concelho de Portalegre).....	72
Considerações gerais sobre as casas fortes alentejanas.....	77
A torre de menagem de Evoramonte e a sua simbiose com a dimensão simbólica da casa forte.....	84
Conclusão.....	88
Bibliografia.....	92
Anexos.....	102

Introdução

A casa forte portuguesa tem as suas origens nos séculos XII e XIII, sendo a sua grande área de incidência o Norte senhorial, particularmente o Entre Douro e Minho. Trata-se de uma tipologia construtiva eminentemente aristocrática e de forte capacidade metafórica que nos conduz a uma reflexão acerca da relação de poderes entre a nobreza e a Coroa durante a primeira dinastia. Nesta dissertação, pretendemos mostrar que este fenómeno se verifica também no Alentejo, embora tardiamente em relação à sua versão primitiva, e, em consequência, analisar as características específicas que aí adotou de forma a relacionar a casa forte alentejana com a conjuntura política em que se insere e da qual é também reflexo.

Este nosso objetivo foi realizado através do estudo de um conjunto significativo de casas fortes na região alentejana, com dispersão suficiente pelos diversos concelhos que hoje a constituem, de modo a permitir-nos constituir uma amostra significativa passível de ser estudada como conjunto. Comprovada a existência da casa forte no Alentejo, passámos então a analisar cada exemplo, procurando identificar as características comuns e únicas em cada torre, para finalmente definir uma tipologia construtiva em torno dos seus aspetos morfológicos, artísticos, simbólicos e históricos. Gostaríamos, porém, de apontar um obstáculo que impossibilita, em alguns casos, a apresentação de uma cronologia rigorosa na nossa análise. Trata-se da escassez de documentação de época para o contexto deste estudo e também de bibliografia específica, visto que, à parte o estudo de José Custódio Vieira da Silva que adiante referiremos, o tema da casa forte no Alentejo tem sido abordado apenas de forma superficial. Desta forma, procuramos especificar tanto quanto possível a datação das torres estudadas, embora muitas vezes não tenhamos conseguido obter evidências documentais para tal. Nesses casos, apresentamos apenas o resultado da análise comparativa, fruto da nossa observação direta. Noutros casos, o avançado estado de ruína ou de adulteração foi também um obstáculo ao entendimento da construção no seu estado original o que, se por um lado interfere com a caracterização da construção, por outro sugere a existência de casas fortes para além das por nós identificadas, que estejam hoje eventualmente desaparecidas por falta de manutenção ou por estarem totalmente integradas em construções mais recentes. Estamos a referir esta possibilidade precisamente por nos termos deparado com bastantes indícios de torres senhoriais que o limite de tempo para a conclusão deste trabalho não nos permitiu confirmar. Tendo em

conta também que alguns dos exemplares estão na iminência de ruir, um dos objetivos desta dissertação é também o registo fotográfico e escrito dos elementos que atualmente identificam as várias torres e o seu estado de conservação.

Para a exposição deste nosso estudo desenvolvemos o corpo desta dissertação em três grandes capítulos. O primeiro é dedicado à historiografia em torno das casas fortes portuguesas, onde expomos o ponto de situação acerca da abordagem que tem sido feita ao longo, sobretudo, do século XX, incluindo também algumas publicações sobre temas intrínsecos a esta matéria que consideramos indispensáveis a uma boa compreensão. O segundo capítulo diz respeito a uma análise conceptual e global das torres senhoriais portuguesas, onde procuramos definir as suas vertentes morfológicas e simbólicas com vista ao entendimento global do seu significado e da sua contextualização no senhorialismo português da Idade Média. Por fim, o terceiro capítulo contém o resultado da nossa análise direta, onde expomos a nossa visão em relação ao surgimento da casa forte no Alentejo e definimos as suas características específicas dentro desta tipologia construtiva. Nesta última parte, apresentamos também a análise individual das casas fortes estudadas nessa região, partindo dos pontos de vista histórico e arquitetónico que justificarão, no final, a nossa visão de conjunto. Por fim, deixaremos ainda algumas reflexões em relação a uma construção muito peculiar – a torre de menagem do castelo de Evoramonte – que acreditamos encontrar-se no mesmo contexto ideológico e simbólico da casa forte alentejana e que, por isso mesmo, vem demonstrar o alcance de expressividade desta tipologia arquitetónica e a sua originalidade como produto do seu tempo e do seu espaço.

A historiografia sobre a casa forte – ponto de situação

Os estudos académicos sobre a *domus fortis* são relativamente recentes, sendo as primeiras análises publicadas em finais dos anos oitenta do século XX. Até hoje, o seu estudo tem tido pouca atenção por parte da comunidade científica, motivo pelo qual consideramos pertinente dedicar um capítulo ao ponto de situação acerca das fontes bibliográficas e documentais atualmente disponíveis acerca deste tema e nas quais nos apoiámos para realizar a presente dissertação.

Os primeiros registos bibliográficos acerca das torres senhoriais encontram-se em obras de autores das primeiras décadas do século passado e não eram ainda estudos de cariz académico. É o caso de Luís Figueiredo da Guerra, no seu livro *Torres Solarengas do Alto Minho*¹, que, na edição de 1925, começa por estabelecer um paralelo entre as torres senhoriais portuguesas (especificamente as da região do Entre Douro e Minho) e as torres galegas, fazendo notar que *as nossas torres sem barbacãs, não passam de simples casas fortes, senhoriais, não sendo velhas torres de menagem desaparecidas de castelos*². O autor deparou-se com as torres senhoriais no contexto de uma pesquisa que fez acerca de castelos e outras construções de cariz explicitamente militar, pelo que estabelece à partida uma comparação entre torres senhoriais e torres de menagem e identifica certas características onde os dois tipos de arquitetura se encontram, algo que viria a ser teorizado sessenta anos mais tarde por José Custódio Vieira da Silva e Mário Barroca. Entretanto, nos anos trinta, Gustavo de Matos Sequeira traz-nos também, no capítulo acerca do Entre Douro e Minho do seu livro *Palácios e Solares Portuguezes*³, notícia de algumas construções que refere serem *velhas torres solarengas marcando o pousio dos coutos e honras medievos onde se aninhavam os filhos de algo*⁴, estando, portanto, patente um reconhecimento da casa forte no seu sentido global: arquitetónico-militar – de *torre*; residencial – de local *onde se aninhavam*; e também de significado, já que refere a sua função retórica de modo claro e direto – *marcando o pousio*. Por outro lado, o mesmo autor, no caso específico de algumas casas fortes alentejanas, identifica a sua estrutura militar (*fortis*), atribuindo-lhe um sentido residencial (*domus*) mas não a distingue de outros paços como símbolo prestigiante. A propósito da Torre da Amoreira, em Montemor-o-Novo, não deixa,

¹Guerra (1925)

²Ibid., p. 6

³Sequeira (1931)

⁴Ibid., p. 28

porém, de fazer notar, que se trata de *uma torre de aspecto senhorial, como tantas outras de cujas frestas guerreiras nos espreita um passado longínquo*⁵. No caso da região meridional, compreendemos que, não havendo por parte de Gustavo de Matos Sequeira uma análise conceptual da casa forte, há, no entanto, um reconhecimento de que não se trata de uma torre meramente militar porque tem um *aspecto senhorial* e, embora não fazendo referência ao seu sentido linhagístico, há pelo menos a desconfiança de uma antiguidade proeminente que deixa adivinhar o seu valor *longínquo* – de grande longevidade. Esse valor é que já não é explorado, até porque esta obra não tem como objetivo o estudo arquitetónico dos palácios e solares, mas antes uma simples apresentação regional dessas construções, dando notícia da sua existência sem que seja sequer feito um balizamento cronológico.

Nos anos sessenta do século XX, surge, pela primeira vez, uma publicação de vulto acerca da arquitetura doméstica erudita e da evolução da casa nobre⁶ que, não sendo um trabalho académico, demonstra já um objetivo claro e definido, apoiado em pesquisa documental, e uma intenção de registo historiográfico de âmbito nacional. Falamos de Carlos de Azevedo no seu livro *Solares Portugueses*⁷, publicado em 1969, que será porventura o primeiro autor a referir a casa forte numa abordagem arquitectónica. Nesta obra, o autor agrupa as torres em diferentes tipologias de construção e aprofunda o seu significado de posse, o que se pode desde logo adivinhar no título do capítulo dedicado à Idade Média: *A época medieval e a casa fortificada*. É aqui atribuído um novo protagonismo ao semblante militar destes monumentos, o que é particularmente importante e inovador no estudo da habitação da nobreza em Portugal.

A partir do ano de 1943, começa a ser publicado o *Inventário Artístico de Portugal*⁸, obra pioneira no levantamento sistemático do património arquitetónico nacional, editada pela Academia Nacional de Belas Artes com a colaboração de diversos autores e publicada em vários volumes segundo uma divisão geográfica. Esta coleção constitui uma fonte fundamental para praticamente todos os estudos relacionados com a História da Arte em Portugal, já que disponibiliza uma recolha descritiva e fotográfica bastante exaustiva de um elenco consideravelmente extenso de elementos do património nacional, quer de propriedade estatal, quer de propriedade privada. Nos volumes

⁵Sequeira (1931), p. 60

⁶Azevedo (1969), pp. 9 e 14

⁷Ibid.

⁸Para este nosso estudo, usámos os volumes relativos ao Alentejo: Keil (1943) e Espanca (1966-1978)

dedicados ao Norte, é desde logo possível encontrar referências às torres senhoriais minhotas, ao seu cariz militar e até à sua imponência, o mesmo se aplicando às edições que incidem sobre a região alentejana, embora com descrição de menor detalhe.

Em 1984 realizava-se em Nancy (França) uma mesa redonda com o tema *La Maison Forte au Moyen Âge*⁹, dirigida por Michel Bur, cujas atas foram publicadas dois anos depois pelo CNRS. Nestas atas, foram abordadas várias questões em torno das casas fortes sobretudo em Inglaterra, França, Holanda e Itália, pelo que esta publicação, por fornecer uma visão abrangente da *domus fortis* na Europa, pode ter grande interesse para a contextualização da casa forte portuguesa no panorama europeu. Ressalvamos, contudo, que este trabalho não abarca esse alcance geográfico.

Em Portugal, é apenas em 1989 que surge o primeiro trabalho académico focado nas torres senhoriais, realizado por Mário Barroca como resultado da sua intervenção no «VI Colóquio Portuense de Arqueologia», em que analisa detalhadamente as casas fortes minhotas a propósito de quatro torres senhoriais que estudara na região de Amares¹⁰. O mesmo autor retomaria este assunto cerca de dez anos mais tarde num artigo para a *Revista de História das Ideias* intitulado *Torres, Casas-Torres ou Casas Fortes. A Conceção do Espaço de Habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (Sécs. XII-XV)*¹¹, no qual o tema das casas fortes é desenvolvido com rigor na sua vertente histórica, morfológica, simbólica, e com forte apoio documental, não obstante se cinja à região minhota. Pela seriedade e complexidade do estudo, estas duas publicações de Mário Barroca constituem estudos incontornáveis na análise da casa forte portuguesa, independentemente da região de incidência do estudo, já que fornecem uma leitura inovadora do conceito de casa forte, com comentários acerca de outros contextos medievais europeus, trazendo depois o conceito para Portugal e integrando-o no nosso contexto político medieval. Constitui, deste modo, um trabalho muito elucidativo acerca da forma com a análise das torres senhoriais pode servir de intermediário na interpretação do papel da nobreza minhota e, sobretudo, do seu sistema de poderes, nos séculos XIII a XV.

Alguns anos antes deste segundo trabalho de Mário Barroca, José Custódio Vieira da Silva publica a sua tese de doutoramento com o título *Paços Medievais Portugueses*¹² que constitui uma obra de referência para diversos estudos relacionados

⁹Bur (1986)

¹⁰Barroca (1989)

¹¹Barroca (1998)

¹²Silva (2002)

com a habitação medieval, não apenas no contexto da nobreza, mas também no contexto da casa real. Um dos pontos fortes deste trabalho, para além do rigor científico e da complexidade da sua análise, é a ênfase que é dada à vertente simbólica e ao significado dos elementos constituintes do meio habitacional na sua relação com o interior – os seus moradores – e com o exterior – a envolvente territorial, histórica, geográfica, entre outras –, o que é particularmente importante no estudo da casa forte medieval, uma vez que se trata de uma construção com um sentido mais metafórico e representativo do que funcional. No trabalho deste historiador, a casa forte portuguesa surge como resultado de um estudo exaustivo do ponto de vista da morfologia, funcionalidade, simbologia e contexto histórico-político, constituindo a primeira publicação em Portugal a revelar uma apresentação global e sistematizada da torre senhorial. Parte dessa globalidade prende-se com o facto de José Custódio Vieira da Silva nos deixar um trabalho que, partindo da região do Entre Douro e Minho – cujo capítulo ilustra com o estudo de alguns exemplares – abre finalmente horizontes para a região alentejana, com a análise de duas torres senhoriais aí existentes, e chamando ainda a atenção para a reutilização destas construções no fim da Idade Média. Esta inovação na abordagem da casa forte traz à luz a existência deste fenómeno numa região em que as características da nobreza são bastante diferentes e cuja compreensão constitui um novo desafio. Pelos motivos descritos, devemos considerar este estudo, juntamente com o trabalho de Mário Barroca, os dois principais pilares bibliográficos que sustentam esta dissertação.

Com efeito, é desde cedo possível denotar que se estabelecem paralelos entre estas duas grandes regiões do país. O Norte senhorial, assim caracterizado por José Mattoso¹³, é desde logo reconhecido como o assento de fortes terratenentes e dos grandes senhores fundadores do reino português, provenientes de antigas linhagens, tantas vezes de origens leonesas e castelhanas. Por outro lado, no Sul, estabelece-se uma nobreza de segundas linhagens, mais recente e submetida à mercê régia. Esta diferença que, de resto, trataremos de comentar neste trabalho, está bem patente no parágrafo de Gustavo de Matos Sequeira: ... *da velha torre heráldica de granito escuro, emergindo de arvoredos fartos nos valles minhotos, a que se agarra às vezes o resto carcomido da residência senhorial deturpada por sucessivos restauros (...) á sóbria e clara residência senhorial do Alentejo, que série variada de habitações nobres, que estranha e pitoresca expressão da casa do fidalgo!*¹⁴

¹³Mattoso (2007), p. 51

¹⁴Sequeira (1931), p.5

Este binómio de regiões é igualmente referido por Carlos de Azevedo, nos anos sessenta, quando se refere às torres alentejanas do século XVI, estabelecendo uma relação tipológica de desenvolvimento no sentido Norte-Sul que, com o acentuar de certas características cronológicas e morfológicas, denota um estudo mais exaustivo do que os que haviam sido feitos até à sua época para a região sul de Portugal, também por ter sido este o primeiro autor a agrupar um número significativo de casas fortes alentejanas.

Em 1948, surge a primeira publicação do *Inventário Artístico de Portugal*, dedicado ao *Distrito de Portalegre*, da autoria de Luís Keil, e, em 1966, é publicado o volume dedicado ao *Concelho de Évora*, surgindo, uma década mais tarde, mais dois volumes dedicados ao *Distrito de Évora – Zona Norte* (1975) e *Zona Sul* (1978). Estas três edições estiveram a cargo de Túlio Espanca que, embora sem formação académica de base, foi uma figura fundamental na valorização e estudo do património de Évora, nomeadamente no que toca à classificação da cidade pela UNESCO. Nestes volumes, o autor fez um levantamento exaustivo do património da região, desde o meio urbano ao meio rural e do público ao privado, num estudo que ainda hoje se revela imprescindível para os estudiosos de História da Arte na identificação e localização das mais diversas tipologias de monumentos numa região cuja vastidão de território e dispersão de património são frequentes obstáculos na pesquisa. Apesar da falta de algum rigor científico e sem esquecer que estamos perante uma obra de inventário (e não de um estudo académico), Túlio Espanca fornece informações preciosas nomeadamente acerca da localização do monumento, do seu estado de conservação e dos seus proprietários, o que, no caso das torres senhoriais, é particularmente importante tendo em conta que se encontram no meio rural, no coração de propriedades privadas e, na sua maioria, sem estarem a cargo de qualquer organismo – estatal ou municipal – o que dificulta consideravelmente o acesso e, em muitos casos, até a notícia da sua existência. Nesse aspeto, esta obra é particularmente importante também por trazer referências a algumas construções turriformes que, não sendo apresentadas como casas fortes, constituem pistas bastante úteis como ponto de partida à descoberta destas torres no Alentejo.

Relativamente ao âmbito documental, a escassez de informação acerca das casas fortes deixa no ar muitas questões relacionadas com sua análise individual, sobretudo no que toca à identidade dos seus construtores ou à sua data de construção. Se esta barreira existe para quem analisa as casas fortes na região do Entre Douro e Minho, região onde a nobreza medieval deixou traços bastante evidentes da sua longa e forte

implantação, maior será para o estudo na região do Alentejo, onde, apesar da implantação da nobreza ter ocorrido mais recentemente, a sua presença facilmente se diluiu com as outras forças sociais aí presentes, o que resulta num maior abandono, reaproveitamento e adulteração. Ainda assim, e embora limitados ao Norte, é possível encontrar relatos da existência mais antiga de algumas destas torres em fontes documentais, como a *Mentio de Malefactoria*, a *Notícia de Torto*¹⁵, a Chancelaria de D. Dinis¹⁶, que foram já referidas nos trabalhos de Mário Barroca e de José Custódio Vieira da Silva, e que nos permitem também tomar contacto com o impacto destas construções face ao poder do monarca. Para o caso das torres alentejanas, é útil a consulta das Memórias Paroquiais de 1758¹⁷ que disponibilizam dados acerca do estado das torres nessa data e, por vezes, referem a sua origem ou, pelo menos, o seu passado.

Ainda no âmbito documental, gostaríamos de referir o importante papel da antiga Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), cujo arquivo (hoje gerido pela Direção-Geral do Património Cultural) pode ser bastante útil a um conhecimento mais aprofundado da história e da estrutura restante das torres senhoriais. De facto, no século passado, o Estado Novo impulsionou o estudo, restauro e reconstrução de vários monumentos a nível nacional, criando, no decorrer desta campanha, vários processos de obras com registos acerca do estado desses edifícios, dos seus proprietários e dos materiais encontrados, incluindo também plantas e perfis desenhados pelos próprios arquitetos da DGEMN. Estes dados acabam por ser também bastante valiosos para o estudo das casas fortes, já que os processos descritivos das obras (tenham elas sido realizadas ou não) permitem uma aproximação no tempo, através do conhecimento do estado de conservação das torres na primeira metade do século passado, quando a ruralidade mais vincada do país manteve alguns monumentos num estado menos adulterado, ainda que porventura mais abandonado.

Importa ter em conta, não somente a bibliografia que diz diretamente respeito ao estudo da casa forte, mas também alguns trabalhos de referência relacionados com a aristocracia portuguesa e a política régia anti-senhorial progressivamente aplicada desde a primeira dinastia, que são cruciais para o entendimento da complexidade destas

¹⁵Cit. por José Custódio Vieira da Silva (2002), p. 48

¹⁶Cit. por Barroca (1989), p.22

¹⁷As *Memórias Paroquiais de 1758* referentes aos concelhos da região alentejana encontram-se transcritas no endereço eletrónico <http://www.portugal1758.uevora.pt/> promovido pelo Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora

construções. Como tal, consideramos também importante referenciá-los como bibliografia de base para o estudo das casas fortes portuguesas. No contexto da nobreza, mantemos presente duas obras de José Mattoso que, não obstante respeitarem a uma época mais recuada do que a por nós estudada, são absolutamente marcantes para o tema da nobreza alentejana no século XV. Referimo-nos a *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder* (1981)¹⁸, pela importância atribuída à legitimação da força linhagística e à evocação do património simbólico, e a *Identificação de um país* (1985)¹⁹, onde podemos encontrar uma apreciação muito completa acerca da evolução das linhagens nobres desde os alvares do reino de Portugal, e o seu relacionamento com o contexto geográfico, político e histórico. De facto, para entender a nobreza e a casa forte alentejanas, é essencial o conhecimento do percurso da nobreza durante a primeira dinastia, pelo que também se afigura como referência obrigatória sobre este tema o artigo de José Mattoso *A Crise de 1245*²⁰, publicado em 1984 na *Revista de História das Ideias* da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em que o autor esclarece categoricamente a origem e evolução dos conflitos entre pequena e alta nobreza, a aplicação da violência e abusos na luta pelo poder económico, o centralismo régio na luta pelos direitos senhoriais, e o palco geográfico destas conturbações durante a primeira metade do século XIII.

Relativamente ao final da Idade Média, época de construção da maioria das casas fortes alentejanas, é importante a consulta do capítulo acerca da propriedade fundiária no volume IV da *Nova História de Portugal*²¹ de A. H. de Oliveira Marques (1987), que permite tomar consciência da gestão e da distribuição do espaço senhorial envolvente das casas fortes na sua vertente política e social, com especial atenção para o caso do Alentejo, aqui bastante explorado na proliferação da nobreza e dos movimentos políticos que a condicionaram. O mesmo se deve dizer do capítulo sobre a propriedade rural no volume V da mesma coleção²², cuja consulta é bastante pertinente para o aprofundamento dos temas relacionados com a posse da terra e dos seus impactos sociais derivados do surgimento de propriedades concelhias, das repercussões da Lei das Sesmarias, métodos de exploração, senhorios existentes e direitos sobre a terra,

¹⁸Mattoso (1981)

¹⁹Mattoso (2015)

²⁰Mattoso (1984)

²¹Marques (1987)

²²Rodrigues (1998)

temas que contribuem para um maior conhecimento da nobreza no meio rural e, por consequência, das respetivas torres senhoriais.

Para além das obras de referência que acabámos de sublinhar, não podemos deixar de destacar também outras publicações importantes para este trabalho por estarem relacionadas especificamente com a nobreza e o seu poder no Alentejo. Neste contexto, revelam-se fundamentais os trabalhos de Ângela Beirante, nomeadamente a sua tese de doutoramento intitulada *Évora na Idade Média*²³, publicada em 1996, onde encontramos informação relacionada com a radicação da nobreza no termo de Évora, destacando-se breves subcapítulos dedicados individualmente a cada família nobre que teve relação com a cidade e zona envolvente. Da mesma autora, queremos referir também o texto *O Alentejo na 2ª Metade do século XIV: Évora na crise de 1383-1385*²⁴ publicado na revista *Estudos Medievais* de 1986, acerca do apoio prestado pela nobreza alentejana à causa do Mestre de Avis durante a crise dinástica que antecedeu o seu reinado e que esclarece a ascensão social de algumas linhagens locais.

Relacionado ainda com este tema, destacamos também o artigo de Bernardo de Vasconcelos e Sousa, de 1988, intitulado *Paisagem Agrária e Organização Social do Espaço no Alentejo Medieval (Séculos XII a XV)*²⁵ que, dentro da questão da exploração agrária e do povoamento do território, aborda também a constituição dos senhorios laicos resultantes desse suporte aristocrático local. Por fim, para entender a articulação entre este contexto do Sul de Portugal e a ancestral nobreza minhota, importa ter em conta o capítulo intitulado *Do Minho senhorial aos campos do Alentejo*²⁶ de Luís Krus, na publicação *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico* de 1994, onde refere esta «Reconquista dos Nobres»²⁷, explicando como se movimentaram politicamente as linhagens oriundas do Norte, passando pelo Centro, até ao Sul de Portugal, onde se estabeleceram alguns dos seus membros.

²³Beirante (1996)

²⁴Beirante (1986)

²⁵Sousa (1988)

²⁶Krus (1994)

²⁷Ibid., p. 330

Casa Forte

1. Conceito

A casa forte medieval é um modelo arquitetónico do Ocidente europeu que consiste num edifício em forma de torre, isolado em seu redor, erigido com propósito residencial e defensivo no coração das terras senhoriais, atuando também como símbolo prestigiante. Surge mencionada em Portugal, sobretudo nas Inquirições régias, com a designação de *domus fortis*, *fortalicium*, *turrem*, casa torre ou casa forte²⁸ e a historiografia recente passa a designá-la também como torre solarenga, torre senhorial e também solar fortificado. De facto, estas construções são um modelo seguido maioritariamente pelos membros da nobreza senhorial, administradores das suas propriedades, que, em busca de reconhecimento e reputação num processo de afirmação do seu património linhagístico ou de ascensão social, procuravam consolidar autoridade de origem pública²⁹, impondo os seus direitos ancestrais sobre o território que dominavam.

Na Europa Ocidental, o fenómeno da casa forte surge como consequência da senhoriaização da paisagem, entre finais do século XII e inícios do século XIII³⁰, associada à nobreza de linhagens secundárias em ascensão social³¹, numa época que, segundo José Mattoso, testemunhou a transição da habitação nobre permanente em castelos e locais fortificados para o coração dos seus domínios fundiários: essencialmente, as honras e as quintãs³².

Em Portugal, a casa forte surge no século XII, proliferando sobretudo nos séculos XIII e XIV, e a sua incidência verifica-se particularmente na região do Entre Douro e Minho, com alguns exemplos também na Beira Alta e em Trás-os-Montes, nos territórios senhoriais pertencentes às ancestrais linhagens de província e à emergente nobreza de corte. Conforme se vai aproximando o final da Idade Média, a política régia centralizadora e territorial do reino vai mudando, pelo que a casa forte se estende também para as regiões meridionais, onde assume morfologias diferentes que serão também objeto de análise neste trabalho. Porém, antes de avançarmos para esse estudo, concentremo-nos em definir o que é a casa forte em Portugal, quais as suas características e como se deu a sua evolução.

²⁸Barroca (1998), p. 41. Ver também Silva (1995, p. 47-48)

²⁹Mattoso (2015), p. 130

³⁰Silva (2002), p. 47

³¹J.-M. Pesez (1984) cit. por Barroca (1989), p. 12

³²Mattoso, op. cit., pp.82-83

2. Aspetos morfológicos e artísticos

A *domus fortis* existente em Portugal é uma estrutura em forma de torre militar, isolada, e maioritariamente dividida em três pisos. Os exemplares subsistentes são feitos em pedra, embora se suponha que terão existido alguns de madeira, sobretudo, numa fase inicial. A grossa espessura dos seus paramentos é interrompida normalmente por uma porta, por vezes por uma janela, e por pequenas frestas seteiras, sendo a entrada principal acessível apenas a nível do primeiro andar através de uma escada retrátil de madeira, fazendo-se a comunicação entre os restantes níveis através do interior da torre. O topo é coroado por uma cortina de ameias, coberto por um terraço e, nos níveis superiores, surgem frequentemente pequenos balcões com matacões de tiro vertical alinhados com a entrada principal, como é o caso da Torre de Penegate da primeira metade do século XIV, da Torre de Giela³³ ou da de Quintela, ambas de inícios do século XV.

Os alçados da casa forte medieval organizam-se em dois ou três pisos sobrepostos, com planta quadrangular de sete a dez metros de lado³⁴. O piso térreo, acessível apenas pelo interior do segundo piso, serviria de armazém de cereais³⁵ ou de caixa-forte para objetos de maior riqueza. O segundo e terceiro pisos eram as áreas nobres, constituídas por câmaras unicelulares³⁶, e o seu acesso fazia-se normalmente por escada interior de pedra ou madeira, por vezes integrada na espessura dos muros e, a partir do século XV, em escadaria helicoidal. A ausência de compartimentação, devida à exiguidade das áreas, atribuiria aos espaços uma função polivalente, que é uma característica comum na habitação medieval, mesmo no meio aristocrático, e que nos remete para a escassez de privacidade da vivência quotidiana, neste caso podendo ser mais ou menos colmatada pela hierarquização dos pisos: a zona mais recatada no piso mais alto, possivelmente a câmara privada do senhor, e a área comum no piso intermédio. Mário Barroca faz corresponder a esta estratificação funcional das torres a descrição de D. Duarte sobre a organização do paço no seu *Leal Conselheiro*, indicando-nos que o primeiro piso seria a *sala* ou *aula* – área mais acessível, dedicada a receções, festas, refeições, entre outros -, e o segundo (normalmente, o último) seria a *câmara de dormir*, o espaço mais privativo onde se instalava o senhor. Importa

³³Para um conhecimento mais profundo acerca do Paço de Giela veja-se a publicação de José Augusto Sottomayor-Pizarro e Mário Barroca (2015), *O Paço de Giela. História de um monumento*, edição da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez

³⁴Barroca (1998), p. 70

³⁵Silva (2002), p. 47

³⁶Azevedo (1988), p. 24

sublinhar, contudo, que no caso português as torres senhoriais teriam uma função habitacional muito secundária, pelo que a utilização do seu espaço interior terá sido muito esporádica, variável e, porventura, pouco definida. Recorda José Custódio Vieira da Silva que *para morada constante, os paços ofereciam melhores condições e assumiam-se mesmo como a casa civil em contraste com o aspecto militar da torre*³⁷. O seu principal propósito, como veremos, era a ostentação arquitetónica do perfil turriforme de aparato militar, pelo que se aceita que houvesse uma certa estratificação organizativa da funcionalidade do espaço interior, em que o segundo piso fosse uma área mais comum e o terceiro piso a zona mais reservada à vivência do proprietário, sem, no entanto, esquecer que a exiguidade dos interiores das torres senhoriais portuguesas não se coaduna com a descrição do *Leal Conselheiro*, referente apenas, e convém sublinhá-lo, ao conceito de paço, e não ao de casa forte.

Contudo, à medida que caminhamos para os séculos XV e XVI, a superfície de implantação da *domus fortis* aumenta consideravelmente, em alguns casos até ao dobro das dimensões supracitadas, o que faz com que a articulação do espaço interior da torre se vá complexificando em andares multicelulares, proporcionadores de uma vivência mais desafogada. A sua altura tende também a aumentar consoante avançamos cronologicamente, surgindo excecionalmente algumas torres com quatro pisos, como é o caso da Torre das Águias em Brotas, ou da Quinta da Ribafria em Sintra, ambas do século XVI, embora esta evolução não seja proporcional em relação à área de implantação que aumenta mais no sentido de privilegiar a habitabilidade.

As casas fortes, como já afirmado, estavam normalmente localizadas em meio rural e tinham, na sua maioria, um posicionamento também muito diferente do dos castelos, cuja localização requeria boas condições de visibilidade e defesa. Eram construídas no coração das propriedades agrícolas, sobre uma pequena elevação, tendo em conta que normalmente as tenências estavam em zonas de vale, perto de cursos de água por questões de abastecimento. Encontram-se sobretudo nas quintãs, administradas diretamente pelo seu nobre proprietário, já que, como veremos, um dos seus grandes propósitos era a representação da autoridade do senhor terratenente e da posse sobre a terra, podendo também servir como lugar seguro para armazenar os tributos³⁸ das suas terras aforadas ou o produto do seu território de exploração direta.

³⁷Silva (2002), pp. 63-64

³⁸Ibid., p. 64

O discurso decorativo destas torres senhoriais acompanhou as tendências artísticas das demais construções, mantendo a sua qualidade de edifício fortificado. Assim, num momento inicial, encontramos torres coroadas por ameias piramidais ou quadrangulares e rasgamentos de gosto gótico, com porta e janelas em arco quebrado, de que são bons exemplos a Torre de Refóios em Ponte de Lima, a de Dornelas em Amares, ambas do século XIII, e também a torre do Paço de Giela em Arcos de Valdevez e a torre do Paço dos Vasconcelos em Ansião, ambas do século XV, uma do início e outra do final. Mais tarde, encontramos no Sul de Portugal, casas fortes de ornamentação mais sofisticada, no tradicional tardo-gótico quinhentista e seiscentista de gosto mudéjar e forte influência manuelina, que suaviza a sua severidade militar, demonstrando uma vivência mais palaciana.

3. A função prestigiante da *domus fortis*

Como acabámos de referir, as torres senhoriais, sólidas e imponentes, eram inicialmente construídas pela ancestral nobreza senhorial no coração das suas honras com o principal objetivo (e vale a pena sublinhá-lo de novo) de legitimar o domínio fundiário e a autoridade que exercia sobre ele. Por outro lado, ao longo dos séculos XII e XIII, durante e após a Reconquista, surge uma nova nobreza em ascensão social a partir de filhos secundogénitos ou de membros de uma aristocracia secundária que a dinastia de Borgonha foi recompensando pelo apoio militar que dela recebia. Estes nobres buscavam um património familiar por eles encabeçado que lhes atribuisse uma base material de exercício dos privilégios recém-adquiridos. Para tal, frequentemente construía, no solar onde haviam fundado a nova linhagem, uma torre que o simbolizava³⁹ e que vinculava, definitivamente, o senhor àquela terra. Noutros casos, também o contrário acontecia, como no do morgado da Oliveira, no termo de Évora, adquirido através de permuta pelo arcebispo de Braga D. Martinho Pires de Oliveira com o rei D. Dinis, no início do século XIV. Neste caso, a herdade do morgado, que tinha outra designação, passou a ser chamada de Oliveira, como o solar onde fora fundada a linhagem, no Norte de Portugal, para que assim o morgado alentejano lhe ficasse firmemente associado⁴⁰. A confirmar-se a forte probabilidade de aí ter sido construída uma torre, este caso ilustra, então, a vinculação da terra àquele senhor.

³⁹Silva (2002), p. 68

⁴⁰A instituição do morgado da Oliveira foi recentemente estudada por José Custódio Vieira da Silva e pode ser consultado na Sep^a da revista *Bracara Augusta*, Vol. LXIV, Tomo I, com o título *O Morgado da*

De uma forma ou de outra, é importante ter em conta esta relação do nome com a terra dominial, que enobrecia os seus proprietários, trazendo-lhes reconhecimento e visibilidade, e os associava intrinsecamente ao domínio territorial de uma propriedade, como explica Manuel Severim Faria a propósito dos nomes dos senhorios: “*A estas terras chamavão Solares, derivando o nome da palavra latina solum, que quer dizer terra, e assento, donde o homem está. Edificarão aqui estes Fidalgos suas torres, e casas fortes donde vivião.*”⁴¹. É o caso dos Azevedos (cujo solar foi feito em Azevedo, Barcelos), dos Barbosas (com solar em Barbosa, Penafiel), dos Melos (em Melo, Gouveia), entre outros⁴². Os *lugares-fortes* construídos pelos nobres, que podiam ser casas, castelos ou castros reaproveitados⁴³, eram o assento do seu poder e a materialização desse nome, que, muitas vezes, surgia precisamente com a forma de torre isolada, pela sua capacidade simbólica de representação de prestígio e autoridade. Sendo o direito público exercido, em primeiro lugar, sobre a terra, palco de execução administrativa onde se projetava a capacidade financeira e social do nobre, este poder recriava-se, então, na *domus fortis*, que constituía, assim, a concretização do poder jurisdicional e a arma social de combate aos que ousassem desafiá-lo.

José Custódio Vieira da Silva considera a função de residência como primordial nas casas fortes já que, como adianta, tal nos é indicado na sua própria designação original, o que facilmente podemos entender pela análise semântica da expressão que aplica a vertente residencial no substantivo – *domus*, habitação -, sendo a questão da fortificação utilizada, não para designar, mas apenas para adjetivar – *fortis*, forte. O mesmo autor ressalva porém, que, como foi referido, não se trataria, pelo menos no caso português, de residências primárias ou permanentes, já que as suas condições de conforto seriam bastante mais precárias do que os paços que já iam sendo construídos mais amiúde. A este propósito, Carlos de Azevedo afirma que eram também *abrigos poderosos* e que, inicialmente, poderiam ter servido militarmente nas campanhas das Reconquista. Contudo, não se conhece nenhum exemplar que tenha chegado aos nossos dias para o comprovar e não parece possível que a localização destas torres fosse capaz de resistir a longos cercos. Não consideramos, além do mais, esta hipótese aceitável, também porque os interiores exíguos, pouco ventilados e de fraca iluminação, para além de toda a morfologia do espaço adaptada à forma de torre, pouco se coadunavam com a

Oliveira: *a instituição, o palácio*, Braga: Câmara Municipal de Braga, 2018

⁴¹Manuel Severim de Faria (1971), pp. 186-167 cit. por Silva (2002), p.68

⁴²Silva (2002), pp. 65-69

⁴³Mattoso (2015), p. 82

exigência habitacional da nobreza da época. Não deixariam, contudo, de ser *abrigos poderosos*, pois, independentemente do seu local de implantação, serviriam sempre como derradeiro refúgio do proprietário e dos seus bens contra eventuais afrontas, embora apenas por breves períodos, quer quando os mouros eram ainda uma ameaça, quer quando essa ameaça provinha do seio da nobreza ou do próprio rei⁴⁴.

A designação de casa ou *domus* é de facto preponderante, uma vez que a edificação de uma residência legitimava a apropriação da terra onde era construída, ou não seria por acaso que as casas fortes tinham de ser, antes de mais, casas – e não simples atalaias –, já que a casa era, por excelência, o lugar de assentamento, a sede de que emanava o poder e a autoridade de um nome. Por outro lado, a casa forte não queria apenas assinalar o lugar de residência como sede de linhagem, mas sim sublinhar a força dos atributos jurídicos, sociais e de autoridade que lhe estavam intrinsecamente associados, o que funcionava através de uma construção cujo significado extravasasse o prestígio do paço: uma figura militar, imponente, capaz de impor esse estatuto – a torre. Era a potência aumentada de um paço e uma mensagem de poder guerreiro verdadeiramente desafiadora que uma simples casa não poderia transmitir.

Da mesma forma, a *domus fortis*, apesar do seu formato turriforme, não podia ser apenas uma torre militar, utilizada para mera vigilância ou em tempos de guerra. Tinha, antes de mais, de ser vista como uma casa, símbolo da instalação física do senhor, pelo que, não obstante fosse habitada apenas temporariamente, assinalava a sua presença, ou, pelo menos, a presença da sua jurisdição. Seria, portanto, a versão acentuada deste significado da *domus*, do solar, a expressão material e simbólica desse poder senhorial, como forma de o engrandecer, tornando-o visível e incontestável. Resumia em si as armas da reivindicação do poder territorial através da sua robustez guerreira e da sua instalação imponente no meio da terra senhorial. Ou seja, a verdadeira função das torres senhoriais era a legitimação do prestígio de um nome de família e a sua jurisdição sobre um território, marcando-o assim como seu. É por isso que, no final da Idade Média, os senhores da antiga nobreza, confrontados com a afirmação do poder régio, regressam a estas torres para legitimar o valor da origem da sua família⁴⁵, acrescentando-lhes edifícios residenciais mais modernos, onde podiam experimentar uma vivência mais desafogada. Os nobres reafirmavam assim a importância do sentido

⁴⁴Silva (2002), p. 64

⁴⁵Ibid., p. 63

de casa de habitação na *domus fortis*, como se estas construções mais recentes viessem relembra a presença e o poder do terratenente.

É então a conjugação destas duas funções concomitantes – residência e defesa -, cumpridas apenas na sua aparência, mas pragmaticamente pouco relevantes, que leva as torres senhoriais a cumprirem o seu verdadeiro propósito: o legitimador, que validava a posse da terra pelo seu proprietário, glorificando a sua linhagem. Como afirma José Custódio Vieira da Silva, *a constituição de uma quintã parece ter na erecção de uma casa – que será, muitas vezes, uma torre – a sua existência legal e definitiva*⁴⁶, estando assim explicado porque tantos nobres mandavam construir uma torre como forma de apropriação de terra: a sua existência validava – legitimava – a posse e os direitos sobre a propriedade. Tornavam-na, deste modo, sua quintã e imunizavam-na, o que terá acontecido não raras vezes desde finais do século XII, altura em que os senhores, na ambição de angariar mais património, procuravam apropriar-se progressivamente de casais de proprietários alodiais⁴⁷ e, muitas vezes, de reguengos.

De facto, a promulgação da Vª Lei das Cortes de Coimbra de 1211 proibindo as vinganças privadas é precisamente a prova de que estes confrontos existiriam com alguma frequência entre nobres, clérigos e o próprio monarca⁴⁸. O mesmo se torna evidente quando D. Dinis manda destruir as casas (torres) construídas abusivamente nos seus reguengos⁴⁹, num documento em que nos faz saber que bastava a construção de uma casa para criar uma base legal para o alargamento das honras senhoriais, e que, no caso das torres, pela sua robustez e semblante militar, para além da usurpação, eram um desafio à autoridade régia⁵⁰. Por esse motivo, D. Dinis decretou que a construção de torres passaria a estar sujeita a autorização do rei, fazendo incidir esta obrigação sobre as casas fortes especificamente e não sobre uma qualquer casa de morada, o que vem mostrar documentalmente o poder desafiador destas torres.

Vimos que as torres senhoriais teriam bastante evidente a sua vertente prestigiante, ousada e detentora de espaço – da propriedade senhorial – e de tempo – de uma linhagem antiga, sendo estas as qualidades que deviam ser reconhecidas na sua morfologia. Assim, podemos também afirmar que a torre senhorial se projeta,

⁴⁶Silva (2002), p. 59

⁴⁷Mattoso (2015), p. 192

⁴⁸Barroca (1998), pp. 54-55

⁴⁹Silva, op. cit., p. 60 e 61

⁵⁰Ibid., p. 62

simultaneamente, no passado e no futuro: por um lado, assinalava, no seu aparato militar, a capacidade bélica anteriormente demonstrada por esses nobres que *andaram a la guerra a filhar o reino de Portugal*⁵¹ e que reclamavam, por isso, autoridade e justiça privada sobre os seus senhorios; por outro lado, segundo Mário Barroca, as construções de pedra seriam, *sobretudo, construções de prestígio e de exceção [...] que não se devem assimilar com as construções destinadas à habitação quotidiana*⁵², ideia que traz precisamente mais prestígio e exceção à *domus fortis*, já que, sabendo que era para habitação temporária, também o facto de serem maioritariamente construídas em pedra vem atribuir-lhe uma função perpetuadora da força linhagística pelas gerações vindouras, procurando assegurar, também no futuro, este reconhecimento social.

4. A casa forte e a torre de menagem - a imagem de soberania

A torre de menagem constituiu um dos elementos mais inovadores a nível da arquitetura militar medieval e demonstrou uma eficácia tal que a sua utilização proliferou por todo o território nacional. Foi introduzida em Portugal por via templária em meados do século XII⁵³ e constituía o derradeiro reduto de defesa, o local de maior segurança em tempos de guerra, e que permitia uma forte resposta bélica contra o inimigo. Situada em locais de grande visibilidade, no topo de colinas, circundada de muros, a torre de menagem tornou-se o elemento identificador do castelo, que o distinguia de uma simples fortaleza. Estava preparada para ser habitada, pelo que terá sido também o local onde se instalavam temporariamente os membros da coroa, da nobreza, ou mestres de uma ordem militar, responsáveis pela defesa do território onde estavam implantadas. Como refere José Custódio Vieira da Silva, são as torres de menagem que, na época românica, se erguem *altivas no interior do recinto murado e simbolizando a senhoria do castelo*⁵⁴. As torres de menagem eram, portanto, o local de instalação do terratenente, assumindo-se visualmente como a sede que emanava o poder territorial, administrativo e público, sobre uma terra.

É precisamente a este princípio que aspiram as casas fortes: a sua forma não representa uma torre qualquer, mas uma torre de menagem, cuja visualização, primeiramente morfológica, vem criar uma imagem de autoridade que está na base da sua vertente simbólica. As *domus fortis* medievais importaram das torres de menagem o

⁵¹*Livros Velhos de Linhagens*, pp. 23-24

⁵²Barroca (1989), p. 15

⁵³Barroca (1994), p. 62-63

⁵⁴Silva (2002), p. 50

sustento de soberania que visualmente as cobre de prestígio e aparato senhorial, imitando-as no seu aspeto guerreiro através da ostentação de apetrechos bélicos: as ameias, o acesso pelo segundo piso, os balcões com matacões, as frestas seteiras, os muros espessos e, em geral, a notável volumetria do aparelho. Acaba por ser uma casa inspirada na torre de menagem, feita assim para constituir uma forte concorrência aos grandes senhores⁵⁵ de castelos, utilizando a imagem que os sintetizava – o último reduto e também o mais forte, que guardava o senhor – numa época em que a expansão territorial do reino, o desenvolvimento socioeconómico e a estabilização de uma nova monarquia originava novas linhagens⁵⁶ que, por sua vez, se debatiam também pela sua própria expansão, desenvolvimento socioeconómico e consolidação dos direitos senhoriais.

Por outro lado, havia também que utilizar um símbolo reconhecível pelas populações rurais⁵⁷, habituadas a reconhecer no castelo a presença do seu senhor e que, desta forma, mantinha presente que *o senhor é não apenas o proprietário da terra e dos outros meios de produção, mas também o detentor da autoridade e do poder nos domínios militar, judicial, fiscal e [...] legislativo*⁵⁸. José Mattoso explica, a propósito da relação da terra com o regime senhorial, que os senhores das linhagens mais antigas, detentores de potentados territoriais, possuíam hostes numerosas e bem equipadas militarmente, capazes de se deslocar com rapidez aos diversos locais aforados para cobrança de impostos ou para, de alguma forma, fazer valer o poder administrativo do senhor⁵⁹. Para além disso, as casas fortes serviriam também como armazém de colheitas cobradas como taxa, à semelhança do que fariam os reis nas torres de menagem, onde guardavam os seus bens de maior valor⁶⁰, pelo que também os foreiros e camponeses veriam nesta construção a autoridade do seu senhor.

Por fim, importa também considerar que o advento do espírito desta nova nobreza regulada pelos novos princípios cortesãos, distanciava da corte a antiga nobreza de província, regida pelo poder sobre a terra e sobre os homens, e que começava a ser inferiorizada e ridicularizada pelos trovadores devido aos seus modos provincianos e rudes⁶¹. Os novos costumes com tendência para o viver cortesão mais do que para o

⁵⁵Barroca (1989), p. 14

⁵⁶Mattoso (2015), p. 193

⁵⁷Barroca, op. cit., p. 14

⁵⁸Mattoso, op. cit., p. 69

⁵⁹Ibid., p. 86

⁶⁰Silva (2002), p. 64

⁶¹Mattoso op. cit., p. 197

espírito guerreiro levaram, assim, as linhagens mais antigas, de territórios mais vastos e de contexto rural, a desejar de volta a sua notabilidade. Constroem então, ou renovam, as suas casas fortes, cujo prestígio remonta a uma época em que a força e a violência se faziam valer socialmente e mostrando que, como afirma José Mattoso, *A memória linhagística representa [...] a saudade de um mundo perdido, mais do que o vigor de uma classe capaz de fazer da cortesia a marca da sua superioridade*⁶².

As torres senhoriais mais antigas estão formalmente mais próximas do conceito de torre de menagem pela sua escassa fenestração e pelas características militares fortes e vincadas. Em Ponte de Lima, a Torre de Refóios, da primeira metade do século XIII, feita ainda antes da proibição régia, é das torres mais antigas, e tem apenas uma fresta em cada fachada, fazendo-se o acesso por uma porta em arco quebrado aberta no primeiro andar⁶³. A própria robustez com que eram construídas conferia-lhes uma severidade militar bem próxima da das torres de menagem. A Torre de Quintela é um bom exemplo disso. Construída já no século XV e com proporções excepcionalmente grandes, de quatro pisos, mantém-se ainda hoje isolada, proporcionando ainda uma visualização da sua função primitiva⁶⁴. À semelhança das torres de menagem, os vãos de iluminação surgiam apenas nos pisos mais elevados de forma a condicionar o acesso ao interior, o que tornaria as *domus fortis* em residências pouco convidativas, já que, como afirmámos, a iluminação e a ventilação seriam bastante fracas no interior das câmaras. A partir do século XV, à medida que o aparato defensivo da casa forte se vai perdendo e a vulnerabilidade do interior se torna menos importante, as aberturas passam a ser em maior número, mais ornamentadas, e as torres dotadas de elementos de comodidade como as conversadeiras, as lareiras e elementos decorativos. Muitas delas apresentavam também balcões com matacões que tanto serviam domesticamente à câmara do senhor como ao tiro vertical para a defesa ativa da porta de entrada imediatamente por debaixo.

Mário Barroca defende, apoiando-se num documento do tempo de D. Afonso V que enuncia com bastante clareza as características da casa forte⁶⁵, que os elementos definidores do seu potencial simbólico-militar eram a porta elevada no primeiro andar e o coroamento de ameias, enunciando que essas características seriam ainda mais

⁶²Mattoso (2015), p. 251

⁶³Silva (2002), p. 51

⁶⁴Ibid., p. 55

⁶⁵Publicado por Saúl António Gomes (1988), “Documentos Medievais de Santa Cruz de Coimbra I. Arquivo Nacional da Torre do Tombo”, *Estudos Medievais*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, vol. 9, doc. 96, pp.187-189 (cit. por Barroca (1998), p. 64)

importantes do que o perfil turriforme do edifício. Neste ponto, não tencionando discordar da preponderância destas características, gostaríamos de propor que a forma de torre é um aspeto igualmente essencial na definição da *domus fortis*, já que acreditamos que, antes de mais, sendo esta forma que atribui uma maior verticalidade ao edifício, é também ela que o torna num aparelho defensivo eficaz e, por isso, dá significado militar à elevação da porta e ao coroamento em ameias. A Torre de Quintela torna isso bem patente, na sua opulenta dimensão de que transparece, antes de mais, respeito e altivez. De facto, estes três factores, provenientes do modelo de torre de menagem, são indissociáveis entre si para definir a casa forte no pleno do seu significado guerreiro, sem que nenhum deles seja mais definidor do que o outro. Mário Barroca indica que as ameias e a elevação da porta são elementos enunciados com muita clareza na documentação, ao contrário do perfil turriforme, que é omitido, o que evidentemente acontece por isso estar já entendido na própria designação de *torre*.

No sul do país, em terreno transtagano, as casas fortes surgem mais tardiamente do que no Norte e são mais compósitas. A expressão artística intensifica-se, surgindo janelas e interiores ornamentados segundo uma tendência gótica e manuelina. A funcionalidade das componentes arquitetónicas confunde-se: tão facilmente encontramos janelas com conversadeiras e lintéis lavrados, como vemos um balcão com matacões. Contudo, a cortina de ameias continua prevalecente, na sua função essencial, sendo ela que torna uma simples construção vertical numa verdadeira torre, ao mesmo tempo que lhe atribui uma expressão defensiva e prestigiante. As ameias servem um propósito militar duplo de materialização da força guerreira da casa física – a torre – e da casa familiar – a linhagem –, reclamando o prestígio dos feitos heróicos pela força de batalhas vencidas. De facto, no contexto medieval, nenhuma torre – e, consequentemente, nenhuma casa-torre – foi alguma vez feita sem ameias e, neste caso, são elas que tornam a sua mensagem mais explícita e concreta, assinalando a força linhagística ancestral como sustento de autoridade e posse territorial, e sublinhando que este passado foi virtuoso por via dos feitos bélicos. É a força da *herança nobilíssima de tempos guerreiros*⁶⁶ que, antes de mais, estas torres pretendem continuar a reclamar ao longo de toda a Idade Média e mesmo na transição para a Idade Moderna, quando se multiplicam as casas fortes a sul do país, mantendo sempre presente o ideal fortificado e nuclear da torre de menagem.

⁶⁶Azevedo (1988), p. 22

5. As novas alas residenciais

Ao longo do século XV, a centralização do poder régio e a emergência de uma nova nobreza proveniente de patamares sociais menos reputados traz-nos uma nova conjuntura que impele a antiga nobreza a exaltar os seus valores de ancestralidade no intuito de polarizar a sua dignidade linhagística face a estes novos membros, o que, acrescentando a associação da posse de um paço à imagem de prestígio e a revogação do direito de aposentadoria, levaram a um forte crescimento na construção de residências nobres⁶⁷. Simultaneamente surge a política manuelina de ordenação e identificação das linhagens existentes na nobreza cada vez mais numerosa, que faz assim os nobres acorrerem às suas casas fortes (então permitidas porque já não representavam qualquer ameaça ao poder da Coroa)⁶⁸. Por outro lado, também a nova nobreza sente a necessidade de, na ausência de um património linhagístico, tornar visível o seu prestígio, afirmando-o na construção de residências. Em busca do seu sentido legitimador, a nova nobreza construía também as suas torres enquanto a antiga procedia à ampliação das que tinham construído anteriormente. Porém, o surgimento de novos padrões de conforto tornava as antigas casas fortes insuficientes enquanto habitação (para além de que, como referimos, não tinham condições de habitabilidade para constituírem residência permanente). Desta forma, na reutilização da *domus fortis*, observável a partir do século XV, foram anexados ao edifício da torre primitiva novos edifícios apalaçados, que eram normalmente de dois pisos, significativamente mais espaçosos e portanto mais confortáveis. No primeiro andar destas novas alas estaria a *sala* ou *aula* para receções de elementos externos, festas e banquetes, e a *câmara*, para aposentos.

Carlos de Azevedo⁶⁹ e Mário Barroca⁷⁰ consideram esses espaços parte do sistema das *domus fortis*; contudo, estas construções são, em praticamente todos os casos estudados, mais tardias do que a torre original, pelo que concordamos com José Custódio Vieira da Silva, que categoricamente indica que, na sua origem, *as fortis domus compõem-se apenas de uma torre isolada*⁷¹. Assim, a casa forte, enquanto designação técnica, deverá ser associada apenas à estrutura da torre. Mário Barroca provou através da arqueologia que a construção da ala residencial da Torre de

⁶⁷Silva (2002), pp. 166-167

⁶⁸Ibid,

⁶⁹Azevedo (1988) cit. por Silva (2002), p. 54

⁷⁰Barroca (1998), p. 72

⁷¹Silva, op. cit., p. 71, nota 23

Vasconcelos (Amares), de inícios do século XV, é muito próxima da construção da torre de fins do século XIV, afirmando tratar-se de um *extraordinário exemplo*⁷², que reforçaria a ideia das alas residenciais como parte do sistema da casa forte. Do nosso ponto de vista, precisamente por se tratar de um caso extraordinário, do qual não se conhecem outros exemplos, deve ser tido como excecional, até porque mantém o ritmo cronológico de construção: primeiro a torre e depois a ala residencial, ainda que com um curto intervalo de tempo.

Consideramos, portanto, que no estudo da casa forte a análise da torre deve ser individualizada, já que estas novas alas horizontais, menos imponentes, acabariam até por contradizê-la na sua vulnerabilidade militar, o que, tendo em conta o sentido prestigiante da *domus fortis*, nos leva a crer que os edifícios anexos existam apenas por uma questão de acomodamento. Assim, embora sejam frequentes, eles não são a própria casa forte (até porque são construídos em época posterior à torre) o que é importante manter presente porque é precisamente a sua posição isolada e vertical que constitui o motivo da sua existência original, quer do ponto de vista funcional, quer do ponto de vista simbólico.

Ainda assim, não deixa, de todo, de ser importante o estudo destas alas residenciais para entender não só a evolução da casa forte e o modo de a habitar quando os padrões de conforto se complexificaram, mas sobretudo o modo como a torre foi reutilizada enquanto elemento prestigiante da nobreza. Efetivamente, o prestígio social e político que emanava das torres senhoriais chamou de novo à *domus fortis* os seus proprietários que, mantendo-as firmes na sua verticalidade, lhes juntaram casas onde pudessem morar, protegidos, à sombra desafiante do elemento chave destes novos paços – a torre pré-existente. Deste modo, mantinham presente a sua rigidez militar, mas sem terem de estar sujeitas à precariedade das suas condições de habitação. Aliás, muitas das novas alas residenciais se foram perdendo no tempo, em sucessivas reconstruções e adaptações, enquanto a torre continuava a ser preservada na sua forma essencial⁷³. Em alguns casos, a torre perdeu totalmente a sua função residencial para servir apenas como ícone de uma casa-paço e de uma casa-linhagem, como aconteceu no Paço de Giela, em

⁷²Barroca (1998), p. 81, nota 79. Mário Barroca considera a Torre de Vasconcelos *um dos casos mais completos que possuímos em Portugal para uma residência senhorial fortificada do séc. XIII-XIV*, embora, na nossa opinião, este seja de facto um exemplo excepcionalmente enriquecedor para o estudo precisamente da residência senhorial fortificada, que inclui – mas não é na sua globalidade – uma casa forte, pelos motivos que atrás já defendemos em relação à leitura da casa forte se cingir ao edifício turriforme.

⁷³Barroca, op. cit., p. 73

que os edifícios residenciais mais recentes, de feição manuelina, não estão sequer ligados à torre pelo interior⁷⁴. Em geral, estas construções anexas tinham acesso à torre através da abertura de uma porta a nível do piso térreo, pelo que algumas casas fortes cujas alas residenciais desapareceram apresentam hoje acessos a partir desse nível que, naturalmente, não são as entradas originais. Assim, quando nos deparamos com uma torre com entrada a partir do piso térreo, devemos sempre questionar se esse rasgamento terá sido feito para ligação a um edifício contíguo eventualmente desaparecido.

Podemos concluir que as novas alas residenciais surgiram sempre como meio de adaptação da casa forte aos novos padrões de conforto, embora reconhecendo a reputação da sua antiguidade e mantendo os símbolos militares corroborantes da qualidade guerreira como factor prestigiante. Com efeito, estas alas eram anexadas à torre sem encobrir a sua grandiosidade e, muitas vezes, enquadrando-a de forma a destacar a sua verticalidade para que esses valores se mantivessem bem visíveis.

6. A casa forte: desafio ao poder régio?

Até agora vimos que o poder legitimador da casa forte medieval foi um elemento preponderante no braço de ferro pela aquisição de poder público e posse territorial, não só entre os membros da nobreza, mas também entre a nobreza e a coroa. De seguida, procuraremos ir mais a fundo nesta questão de modo a compreender como os monarcas portugueses viam a casa forte e qual foi sendo a sua reação política em relação à mesma durante a primeira dinastia.

No tempo do conde D. Henrique, o Condado Portucalense estava parcialmente dividido em tenências nobres, cujos limites territoriais seriam bastante vagos⁷⁵, o que facilitava a usurpação de territórios contíguos por parte dos fidalgos, que iam assim ampliando as suas propriedades, consoante a força do poder vizinho. Esta prática ter-se-á mantido até ao reinado de D. Dinis, de quando data uma carta incluída nas Ordenações Afonsinas, segundo a qual “*alguïrs, porque sam vizinhos, e moradores d’alguãs Villas de foro, tem honrado todolos seus casaaes, e herdamentos, que haõ nos outros Lugares, e Julgados per razom daquele foro, honde som vizinhos*”⁷⁶. Neste contexto, a construção da casa forte era o elemento material confirmador de posse desses herdamentos, o que nos leva a supor que este mecanismo de apropriação, honrando terras vizinhas, tenha

⁷⁴Barroca (1998), p. 73

⁷⁵Mattoso (2015), p. 680

⁷⁶*Ordenações Afonsinas*, Livro II, Lisboa: FCG, 1984, edição «fac-simile» da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra, 1972, p. 415

levado, nesta época, à construção de torres senhoriais que assim marcariam a nova terra honrada, fazendo ver que esta passaria a estar sob jurisdição do nobre que a usurpara. Ainda no reinado de D. Afonso Henriques (1139-1185), a relação de interdependência entre o monarca e os nobres na gestão territorial seria bastante estreita devido à instabilidade dos tempos da Reconquista. Inclusivamente, sabemos que alguns castelos seriam confiados aos nobres para residência e controlo territorial⁷⁷, e que o rei não colocava obstáculos ao exercício de poderes senhoriais, nem intervinha no seu poder local. Contudo, a partir da segunda metade do século XII, começam a surgir rivalidades no seio da nobreza minhota, quando o monarca favorece ricos-homens de origem galega através da concessão de novas tenências com as quais estes fundam novas linhagens⁷⁸. Poderá pressupor-se que este reinado tenha sido uma forte época de construção de torres senhoriais, já que, como referimos, funcionavam como elementos de disputa territorial entre nobres. Certo é, pelo menos, que já existiam, uma vez que temos, referente a este período, a mais antiga notícia de construção de uma casa forte em Portugal. Remonta este registo ao final do reinado d’*O Conquistador*, mais propriamente a 1171, ano em que D. Lourenço Fernandes da Cunha estava a construir na sua honra uma torre, conhecida por Torre da Cunha, da qual tomamos conhecimento na *Notícia de Torto* e na *Mentio de Malefactoria*⁷⁹, documentos respeitantes às represálias que D. Lourenço teria sofrido no reinado anterior, nomeadamente a destruição da sua torre senhorial⁸⁰ por ordem de D. Sancho I (1185-1211). Também na época conturbada da guerra civil de 1245 que levou à deposição de D. Sancho II, a anarquia social permitiu a muitos destes ricos-homens espalharem-se pelo território para se apropriarem de locais que o monarca não conseguia controlar⁸¹, aproveitando o caos e a desatenção do rei para honrarem ilegal e violentamente terras alheias. Esta prática prolongou-se depois no reinado de D. Afonso III, como nos fazem ver as Inquirições de 1258 que revelam vários testemunhos de usurpações e abusos, manifestados, muitas vezes, na construção de uma torre⁸².

⁷⁷Barroca (1989), p. 12

⁷⁸Mattoso (2015), p. 704

⁷⁹Silva (2002), p. 48

⁸⁰Hec mentio de malefactoria, quam Rex Donnus Sancius fecit Donno Laurencio Fernandi, et precepit facere, quod ei fecit *Velascus Menendi*. (...) Et dirribauerunt de ipsa Turre quantã potuerunt, et quod non potuerunt miserunt in eam ignem qui eam findidit, quod nunquam potest esse emendata. In *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal publicadas por ordem da Academia R. das Sciencias de Lisboa pelo seu socio João Pedro Ribeiro*. Tomo I. (1810), Lisboa: Academia Real das Sciencias cit. por Silva (2002), p. 48

⁸¹Mattoso, op. cit., p. 684

⁸²Barroca (1998), p. 85

Tanto D. Afonso II como D. Afonso III direcionam a política régia para a centralização do poder da Coroa⁸³, construindo também uma barreira à expansão senhorial através da organização de inquirições como método preventivo e corretivo do alastramento das imunidades senhoriais aos seus reguengos⁸⁴. D. Afonso III, que se serviu da conquista do Algarve para alistar membros da nobreza sob a sua influência⁸⁵, foi também o primeiro a fazer valer a *Ius Crenelandi*⁸⁶. Porém, foi sobretudo o reinado de D. Dinis que marcou a implementação de mecanismos de centralização do poder régio através da triagem de honras novas - ilegais -, e honras velhas - legítimas -, numa carta de 1308, em que expunha definitivamente a interdição de construir casas nobres fortificadas sem a sua autorização, e a ordem para que fossem devassadas as honras constituídas abusivamente desde 1290, como segue:

*“alguïts fazem casas de morada ora de novo hu as nunca ouverom, e fazem-nas nos meus herdamentos foreiros, e fazem ende honras, perque os d’arredor deles som destroidos. A minha Corte julgando mandou, que esto senom faça, e que as casas, que se fezerom, e as honras despois do tempo da Era de mil trezentos e vinte e oito annos dês a dita Inquiriçom, que se desfaçam, pois que as casas som feitas nos meus herdamentos Reguengos.”*⁸⁷

O monarca revela assim a criação de uma barreira à expansão senhorial por apropriação de terras, não só nos domínios da coroa, mas também nos domínios de outros nobres, evitando o surgimento de senhorios de grande dimensão com poder capaz de fazer sombra ao poder régio, como se lê na lei de 1311 de *“Como nehuum fidallgo nom pode guaanhar na honra doutro fidallgo”*, em que o rei manda que *“nom faça hi casa de morada nem ste hi per nenhum tempo do ano contra vontade daquel cuja a onrrafor”*⁸⁸. Vem ainda reforçar este aspeto na autorização da construção da casa forte de Penegate ao seu meirinho-mor Mem Rodrigues de Vasconcelos⁸⁹, como lemos na sua

⁸³Mattoso (1984), p. 11

⁸⁴Mattoso (2015), p. 718

⁸⁵Ventura (2009), p. 107

⁸⁶A *Ius Crenelandi* foi um princípio jurídico que reservava ao rei o monopólio de todas as construções fortificadas (Hermínia Vasconcelos Vilar (2008), p. 63), embora, em alguns casos, como o do Porto, esse princípio jurídico estivesse reservado ao poder clerical

⁸⁷*Ordenações Afonsinas*, Livro II, p. 415

⁸⁸*Ordenações del’rei Dom Duarte*, pp. 215-216 cit. por Barroca (1998), p. 96

⁸⁹Mem Rodrigues de Vasconcelos foi um vassalo de D. Dinis que o apoiou no conflito contra o infante D. Afonso, futuro D. Afonso IV. Destacou-se dos demais fidalgos pela sua lealdade ao rei, tendo-se tornado seu meirinho-mor, responsável por fazer valer a justiça real, nomeadamente na fiscalização da nobreza nas suas obrigações com a Coroa. Assim, encontrando-se sediado em Penegate, no seio do Norte senhorial, estaria facilmente exposto às represálias de uma eventual rebelião, motivo pelo qual lhe foi concedida autorização para construir uma torre que o salvaguardasse de possíveis ataques. Para um

carta de 1322, em que concede permissão para a construção de “*hua casa forte en na herdade do Couto de Penegati pera ter hy o corpo em salvo*”, ressaltando contudo que “*nom podia fazer essa casa forte sem meu outorgamento porque eu ei deffeso que nem huum homeem nom possa fazer casa forte no meu senhoryo sem meu mandado*”⁹⁰. Estava assim clara a proibição da construção, não apenas de casas fortificadas, mas especificamente de casas fortes, salvo em questões de defesa, em que era aberta uma exceção mas apenas com autorização régia e, neste caso, para um nobre que se manteve fiel ao rei no período conturbado do final do seu reinado.

A política anti-senhorial de D. Dinis foi seguida pelos seus sucessores, embora com menos veemência. Ainda assim, D. Afonso IV impõe nas Inquirições de 1344 que não sejam criadas mais honras ilegais sob pena de serem *devassas*⁹¹ e, pelo menos até D. Duarte, este princípio persistiu, como se pode ler na *Lei da Avoenga*, numa passagem em que se considera legítima a construção de uma casa forte apenas se a conjuntura de perigo a justificar - “*Ou aquella torre era neçessaria naquell lugar porque per ventuyra era em vendallia ou outra terra em a quail compria fazer torre pera jmijgos desses mouros ou outros [...] Por tal que se colhesse a ella com sua familia mais seguro*” -, caso contrario, “*se nom era necessaria a torre entom se prosume que malliciosamente a fez*”⁹².

No tempo de Afonso V, a casa forte seria ainda uma ameaça militar e um instrumento de afronta, pelo que continuava a ser proibida, como o atesta um documento de 1450 em que o monarca dá resposta à contestação dos monges de Santa Cruz de Coimbra sobre a apropriação por parte de D. Fernando de Castro, vedor da Fazenda d’El Rei, de uma torre em Buarcos que lhes pertencia. D. Afonso V responde que o referido D. Fernando de Castro “*tomara a posse da dicta torre em nosso nome por seer fortellezada e castelada e ameada a quail tinha hua porta em cima na parede alevantada da terra per modo de castello e defensom, e porque semelhante fortelleza nom perteençia a outrem salvo a nos*”⁹³, mostrando que o monopólio régio de construções fortificadas continuava em vigor.

aprofundamento da questão do apoio da posição da nobreza no contexto desta guerra civil consultar José Mattoso, «A Guerra Civil de 1319-1324», in Portugal Medieval. Novas Interpretações, Lisboa, 1984, pp. 293-308.

⁹⁰ ANTT, Chanc. de D. Dinis, Livro 3º, fl. 146v cit. por Silva (2002), pp. 48-49

⁹¹ *Ordenações del’rei Dom Duarte*, p. 534 já notado por Mário Barroca (1998), p. 98

⁹² *Ordenações del’rei Dom Duarte*, pp. 576-577 também referenciado por Silva (2002), p. 63

⁹³ Gomes (1988), doc. 96, p. 188 cit. por Barroca (1998), p. 67

Como vimos, pelo menos desde D. Afonso II que a ação de alastramento senhorial foi sendo limitada através de Inquirições e de diversas outras iniciativas régias. Contudo, importa ressaltar que os monarcas nunca deixaram de reconhecer os direitos senhoriais, procurando antes agir como ordenadores da aristocracia em prol da coroa e da soberania do rei, reconhecendo as antigas honras, impedindo os abusos e apropriações em relação às ordens religiosas e procurando travar querelas entre nobres⁹⁴. Com efeito, não se tratava de uma luta aberta contra a nobreza, até porque a necessidade da sua atuação guerreira prevalece, quer na defesa do reino, quer nas conquistas ultramarinas a partir do século XV, pelo que estas ações vão sendo tomadas de forma mais ou menos amena, procurando impor a autoridade régia e tentando também impedir abusos por parte da nobreza senhorial. Importa apenas salientar que a construção de casas fortes parece ter sido um assunto tratado com particular severidade, como deixam entender as assertivas proibições da sua construção sem consentimento real, mesmo quando estavam nas honras dos próprios senhores, o que demonstra com clareza a irrevogabilidade do poder desafiador destas construções, quer na apropriação territorial, quer na imposição da autoridade total sobre uma terra.

Com o avançar do tempo, porém, os poderes senhoriais vão-se desvanecendo em consonância com uma nova conjuntura política, na qual o centralismo régio se encontra já bem alicerçado, e a nobreza, dependente da coroa, procura manter-se sob a sua alçada em busca de mercês e privilégios. Os nobres tornam-se seguidores do rei, que passara a ser fonte de prestígio e um meio incontornável de ascensão social, o que se reflete também na *domus fortis*, cuja conceção, face a esta nova conjuntura, vê a sua composição arquitetónica e artística adaptada à nova linguagem social. Assim, surgem alguns exemplares de casas fortes noutra local do país, longe do norte senhorial, e bem distantes também do senhorialismo ancestral das terras honradas.

⁹⁴Mattoso (2015), p. 719-722

As casas fortes no Alentejo

Até agora verificámos que, no caso português, a casa forte medieval predomina na região do Entre Douro e Minho. Contudo, ao viajar no tempo e no espaço para o Alentejo quatrocentista e quinhentista, deparamo-nos com um conjunto de torres dispersas pelas planícies douradas que, mantendo alguma da carga simbólica das suas congéneres setentrionais, apresentam um discurso arquitetónico e decorativo muito próprios da região em que estão implantadas.

Já desde o século XIII que D. Afonso III vinha exercendo pressão sobre os concelhos para cederem terras aos nobres seus partidários com vista a, deste modo, demonstrar o seu reconhecimento por serviços prestados ao reino e, simultaneamente, evitar retirar território aos seus reguengos⁹⁵. No final da centúria seguinte, o apoio prestado pela nobreza meridional ao Mestre de Avis durante a crise dinástica fez nascer no Alentejo vários senhorios laicos, fruto da doação de bens confiscados aos apoiantes de D. Leonor Teles, cuja máxima expressão se verifica no vasto território que o monarca coloca sob domínio do Condestável⁹⁶. Sobretudo no século XV, os fidalgos começam a alargar a sua participação à esfera curial, muitos deles estando ligados ao âmbito do desembargo e das finanças régias⁹⁷. No Sul, esta nova nobreza donatária começa assim a consolidar uma base económica, através das cartas de couto que eram concedidas às suas herdades, e uma base política, por via do exercício de direitos de mando e jurisdições⁹⁸. A região transtagana, e em especial a que fica em torno da cidade de Évora, foi-se, assim, tornando num importante centro político que recebia o monarca em estadias cada vez mais prolongadas, sobretudo entre os reinados de D. Afonso V e D. João III⁹⁹.

Uma das características desta nobreza era a detenção de quintas¹⁰⁰ exploradas diretamente pelo seu senhor como sedes dominiais, ou aforadas, o que produzia um efeito reforçado de ligação à terra¹⁰¹ e por isso justificava também a construção de muitas residências aristocráticas neste período. Verificamos várias iniciativas de

⁹⁵Gameiro (2002)

⁹⁶Sousa (1988), p. 29. Para um estudo aprofundado acerca do reinado de D. João I e do papel do Condestável, recomenda-se a leitura de Maria Helena Cruz Coelho (2008), *D. João I: o que re-colheu boa memória*, Rio de Mouro: Temas e Debates e João Gouveira Monteiro (2017), *Nuno Álvares Pereira*, Lisboa: Manuscrito Editora.

⁹⁷Gomes (1995), p. 87

⁹⁸Beirante (1995), p. 522-523

⁹⁹Silva (1989), p. 30

¹⁰⁰Beirante, op. cit., p. 523

¹⁰¹Sousa, op. cit., p. 30

construção de casas fortes, em particular na época de D. Manuel I, quando Évora era cada vez mais vista como cidade real. Como afirma José Custódio Vieira da Silva, *Évora tornar-se-á também um dos centros fundamentais (se não o mais significativo) da arquitetura do tardo-gótico português*¹⁰². São bem visíveis os portais, janelas, galerias e motivos de ornamentação dispersos por toda a cidade, num gosto manuelino local, especialmente sensibilizado para a tradição mudéjar, que foi alastrando por toda a região e que é observável nas residências nobres de vários concelhos alentejanos. As permanências do rei no Sul trouxeram efetivamente esta componente artística bastante particular que se repercute também nas casas fortes de seguida apresentadas.

As casas fortes alentejanas orbitam, assim, em torno das cidades de Montemor-o-Novo, Évora e, mais dispersamente, Portalegre (Anexo I, mapa 1), essencialmente em antigos morgados ou territórios coutados a membros da nobreza. Hoje em dia, encontram-se quase todas sob a égide de proprietários privados. Uma parte encontra-se em estado muito avançado de ruína, outra, pelo contrário, continua a servir a sua componente simbólica, destacando-se ainda nos conjuntos habitacionais que se foram construindo.

Formalmente, a casa forte alentejana traduz-se numa torre de pedra, mais robusta do que uma torre militar, de planta quadrangular, com largura maioritariamente acima dos sete metros, e altura entre onze a quinze metros, estando dividida em três ou quatro andares multicelulares. A cobertura, que não dispensa a cortina de ameias, é constituída normalmente por um terraço de onde irrompe um coruchéu cónico a rematar o topo de uma escadaria helicoidal que parte do primeiro piso, e uma chaminé de ressalto que atravessa os mesmos andares, dividindo-se em lareiras para aquecimento das várias dependências. Os interiores são, pelo menos no piso principal, abobadados e com decoração manuelina de cordas, bolas, folhas de acanto e mesmo esferas armilares e cruces da Ordem de Cristo que encontramos nas mísulas e fechos. A entrada primitiva faz-se, por norma, a nível do primeiro andar que, em muitos casos, já não dá para o exterior, mas serve antes de ligação às alas residenciais que se foram acrescentando mais tarde. No exterior, as fachadas apresentam uma das janelas de decoração mais copiosa, em arco canopial ou de ferradura, ornamentado segundo a traça manuelina ou até com um balcão assente em cachorros de granito, por vezes com matacões. As restantes janelas distribuem-se pelos pisos superiores e são emolduradas em lintel reto, por vezes em mármore da região e, quase sempre, incluindo conversadeiras no interior.

¹⁰²Silva (1989), p. 31

A maior parte dos pisos térreos tem hoje acesso pelo exterior, embora se entenda que se trate de remodelações mais recentes, pelo que aceitamos que, na fase primitiva de construção, o seu acesso fosse apenas interno. Estes pisos eram essencialmente utilitários, servindo normalmente de celeiro ou de armazenamento em geral. O primeiro andar terá sido o andar nobre, onde encontramos as abóbadas mais trabalhadas, dependências mais amplas, mais do que uma lareira, como veremos no caso da Torre das Águias e da Torre do Carvalhal, e é também este andar que corresponde ao balcão ou à janela manuelina que acima referimos. O segundo andar serviria porventura para as câmaras de dormir ou outros espaços de maior recato que, no caso alentejano, apresentam um número de janelas já bastante confortável.

Por fim, é também bastante comum no Alentejo a construção de capelas contemporâneas das torres senhoriais, que normalmente se localizavam a alguns metros de distância das mesmas. A construção de uma capela é um indício evidente não só da importância de uma casa, mas sobretudo da sua utilização, pelo que as podemos considerar como indicadores da presença mais assídua dos proprietários. Esta é, de facto, uma característica que define a habitabilidade das torres senhoriais alentejanas e que as distingue das *domus fortis* setentrionais, cujas capelas surgem associadas às remodelações executadas no fim da Idade Média, precisamente com o objetivo de as tornarem habitáveis segundo os então atuais padrões de conforto, acrescentando-lhes para esse efeito um novo corpo residencial e uma capela que, portanto, não são construções contemporâneas da torre. Associado a este facto, destaque-se também que, a Sul, no caso das torres senhoriais construídas em locais coincidentes com aglomerados urbanos, verifica-se inclusivamente que as suas capelas foram ganhando, desde a sua construção, forte popularidade local, chegando a constituir sede paroquial, como é o caso da capela de S. Sebastião da Torre das Águias, da igreja de Nossa Senhora do Rosário em Torre de Coelheiros, da capela de S. Cristóvão da Torre do Carvalhal e da Nossa Senhora das Neves, na Torre das Vidigueiras. Todavia, esta popularidade terá sido causa de muitas intervenções e atualizações, o que hoje em dia não nos permite visualizar o conjunto de torre e capela feitas ao mesmo gosto manuelino, como presumivelmente seria na sua origem, à exceção do caso da capela da Nossa Senhora dos Remédios, na Herdade do Esporão, que foi recentemente restaurada, pelo que é ainda possível observar, por exemplo, as ameias chanfradas condizentes com as da torre.

Neste trabalho, agrupámos os exemplares de *domus fortis* na região alentejana que, após análise, enquadrámos nessa tipologia construtiva, acreditando que constituem

uma amostra suficientemente representativa deste fenómeno para permitir uma análise temática de conjunto. Dedicaremos, de seguida, um pequeno capítulo a cada uma das casas fortes que o nosso estudo alcançou com vista a compreender de que forma as suas características se relacionam com a *domus fortis* primitiva, do Norte do país, já que é dela que advém a sua essência arquitetónica e simbólica. No final, comentaremos o tema da casa forte alentejana com a exposição das nossas conclusões, procurando entender quais os elementos comuns de cariz arquitetónico e simbólico que nos permitem caracterizá-las tipologicamente. Organizámos estes capítulos geograficamente, tendo em conta os atuais concelhos, uma vez que, para a maioria das torres, não conseguimos apurar uma data concreta de construção que permitisse um seguimento cronológico rigoroso. Começamos na zona do concelho de Évora, pela importância política desta cidade na época de construção da maioria das torres alentejanas e por ser o concelho de maior incidência de casas fortes por nós identificadas, para depois estendermos a nossa exposição aos concelhos em seu redor no sentido Oeste-Nordeste: Montemor-o-Novo, Mora, Sousel, Reguengos de Monsaraz, Monforte e Portalegre.

Torre de Coelhoiros (concelho de Évora)



Ilustração 1. Vista exterior da Torre de Coelhoiros

No ponto mais elevado da freguesia com o mesmo nome, encontra-se, coroando o aglomerado urbano, a Torre de Coelhoiros¹⁰³. Está implantada a duzentos e sessenta e dois metros de altitude, no antigo local conhecido por Fonte de

Coelhoiros, a dez quilómetros para sul de Évora, de onde se avista Terena, Alandroal, Monsaraz, Portel, Évora, o sul da Serra de Ossa e parte da Serra Morena¹⁰⁴.

¹⁰³ Ver Anexo I, mapa 2

¹⁰⁴ Ficha de inventário publicada em:

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3821, consultada a 19 de junho de 2018.

A torre de planta quadrada com dez metros de lado, três pisos e cerca de quinze metros de altura¹⁰⁵, apresenta uma cortina de ameias retas com remate piramidal (Ilustração 1¹⁰⁶), um balcão com cachorros lavrados e uma porta térrea em arco quebrado. Tem hoje adossado na fachada este um edifício oblongo de origem seiscentista que abarca poucos metros da fachada norte e sul



Ilustração 2. Entrada para as novas alas e, por trás, o topo da torre, onde se observa o balcão

(Ilustração 2). Seguiram esta mesma tipologia a Quinta da Amoreira da Torre e a Torre de Palma em termos de anexação do corpo posterior; contudo, na Torre de Coelheiros, os edifícios anexos são encostados à torre em três dos seus lados, cobrindo a totalidade da largura da torre apenas num deles, o que causa um efeito de projeção da torre para fora destas novas alas, tornando-a mais visível e destacada.

No interior da torre, assinala-se o início de um processo de degradação causado pela falta de manutenção. Não subsistiu nenhum pavimento, embora exista ainda, no rés-do-chão, um arco de sustentação em volta perfeita que une o paramento norte ao paramento sul. No primeiro andar das novas alas é visível um antigo paramento exterior na torre com porta e janela em arco quebrado, exibindo entre elas o escudo dos Cogominhos em mármore (Ilustração 3). De facto, a adição de novas alas residenciais não parece ter alterado a estrutura inicial da torre, que aparenta ter mantido os mesmos vãos da sua estrutura original mesmo nas fachadas que ficaram parcialmente cobertas por estes novos edifícios¹⁰⁷.



Ilustração 3. Brasão dos Cogominho na fachada Este da torre

¹⁰⁵Espanca (1966), p. 384

¹⁰⁶Salvo indicação em contrário, as fotografias apresentadas neste trabalho foram tiradas pela autora

¹⁰⁷Apresentamos mais fotografias da torre no anexo II, registo 1

Aqui estabeleceu morgadio Fernão Gonçalves Cogominho, cavaleiro vassalo de D. Afonso IV e do seu sucessor D. Pedro I. Os Cogominho são provavelmente descendentes dos Guedões de Chaves, que vieram para o Alentejo por via do cavaleiro D. Fernando Fernandes, companheiro de D. João de Portel¹⁰⁸. Nas Memórias Paroquiais, encontramos uma referência a Pedro Alvez Cogominho, como participante na tomada de Évora com Geraldo Geraldês, o Sem Pavor, de onde sabemos também que teria sido ele próprio quem levara as cinco chaves da cidade a D. Afonso Henriques que, em agradecimento, lhas fez representar no seu escudo de família¹⁰⁹, sendo, portanto, desde então, senhor do lugar onde seria edificada a Torre de Coelheiros.

O seu descendente Fernão Gonçalves Cogominho foi cavaleiro de grande confiança de D. Afonso IV, tendo tido um papel importante em muitas ações diplomáticas; foi também Vedor da Justiça do Reino no Entre-Tejo-e-Guadiana e Além-Guadiana, testemunhou as negociações com Afonso XI de Castela e foi um dos doze vassalos escolhidos por D. Afonso IV para assegurar a paz com o seu filho D. Pedro I após as diligências associadas ao assassinato de D. Inês de Castro¹¹⁰. Tinha paço de morada em Évora¹¹¹ e era detentor de uma quinta em Fonte de Coelheiros, onde constituiu um morgado em 1357 que teve como primeiro administrador o seu filho João Fernandes¹¹². Mais tarde, viria a receber a jurisdição de Aguiar e Oriola, e, desde D. Pedro I, que ali usufruía de privilégio de coutada. O morgado de Torre de Coelheiros passou para a posse de João de Sousa, fidalgo do rei, em 1469, por falta de herdeiros, tendo regressado porém, alguns anos depois, à família anterior, juntando-se aos bens de João de Paiva, filho de Maria Fernandes Cogominho¹¹³.

Segundo António Barata, a torre terá sido construída em 1395¹¹⁴, embora Túlio Espanca a date da primeira metade de trezentos¹¹⁵. Contudo, tudo indica, que terá sido o seu fundador Fernão Gonçalves Cogominho antes de aí constituir morgado em 1357, uma vez que a carta de instituição do mesmo na Chancelaria do rei D. Pedro I nos indica

¹⁰⁸Beirante (1995), p. 5238

¹⁰⁹ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 37, nº 74, 653-658

¹¹⁰Lourenço (2004), p. 13

¹¹¹Em nome de *deus amen* Saibham quantos esta carta virem que na era de mjl iijc e nouenta e cinco anos xxij dias de Janeiro na cidade de euora perante Joham coelho Jujz por el rrey na dicta cidade sendo nos paaços de fernam gonçalluez cogomjnho caualleiro uasallo del rrey (...) (Chanc. de D. Pedro I, fl. 3v. [B], A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves, Maria José Pimenta Ferro Tavares (1984), *Chancelaria de D. Pedro I: 1357-1367*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Centro de Estudos Históricos, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984, p. 17)

¹¹²Espanca (1966), p. 384

¹¹³Beirante (1995), p. 524

¹¹⁴Barata (1904), p. 42

¹¹⁵Espanca, op. cit., p. 384

que Fernão Gonçalves «fazia e hordenaua e compunha huñ moorgado antre ujuos de toda a quinta da fonte dos coelheiros termo d euora com todos seus djreitos e pertenças casas vinhas torre pumar fontes Ribeiros azinal soueral matos (...)»¹¹⁶, fazendo assim saber que já aí existia provavelmente, uma torre.

Em 1471, D. Afonso V autorizou um reforço das penas aplicadas aos violadores do direito de coutada sobre Torre de Coelheiros, justificando-se no facto de D. Gonçalo Mendes Cogominho se encontrar acamado e sem meios para defender as suas terras que, segundo consta na Chancelaria de D. Manuel I, seriam assaltadas por *mancebos e gente poderosa*¹¹⁷. Em finais do século XV, Nuno Fernandes Cogominho, neto de Fernão Gonçalves, instituiu aqui freguesia e terá eventualmente feito desta torre sua residência, como nos indicam as Memórias Paroquiais de 1758, referindo que *viveo alguns annos em Évora, e muntos nesta Torre*¹¹⁸.



Ilustração 4. Torre de Coelheiros, onde se pode ver, do lado esquerdo, a torre setecentista de Diogo Xavier.

Na primeira metade do século XVIII, Diogo Xavier de Melo Cogominho terá acrescentado uma segunda torre no extremo da ala norte de igual altura (Ilustração 4¹¹⁹), à semelhança do que aconteceu na Torre de Lanhelas¹²⁰, em Caminha, no século XVI, que não resistiu até aos nossos dias. Nos

anos seguintes, terá construído uma segunda ala a sul e a escadaria monumental de dois lanços para acesso ao segundo piso das novas alas¹²¹. A construção destes novos corpos

¹¹⁶Chanc. de D. Pedro I, fl. 3v. [B], A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves, Maria José Pimenta Ferro Tavares (1984), *Chancelaria de D. Pedro I: 1357-1367*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Centro de Estudos Históricos, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984, p. 17

¹¹⁷ANTT, Chanc. de D. Manuel I, liv. 28, fl. 103

¹¹⁸ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 37, nº 74, pp. 653-658

¹¹⁹Barata (1904)

¹²⁰Para um conhecimento mais aprofundado acerca da Torre de Lanhelas, consulte-se a dissertação de mestrado de Maria Manuel Branco Ramos (2017) com o título *Casa da Torre de Lanhelas – Análise espacial retrospectiva e estudo tipo-morfológico*, da Universidade do Minho

¹²¹Diogo Xavier de Mello Cogominho a tem aumentado e em nobrecido notavelmente, acrescentandolhe hum quarto, que corre para a parte do Norte e remata no um com outra torre de igual altura que antigamente com tal fortaleza pellas muntas linhas de ferro com que a fortificou, que não sentio ruina com cideravel no terremoto do primeiro de Novembro de mil e sette centos e cincoenta e sinco. Actualmente se acha ajuntando os matriais, quebrando pedras, fazendo fornos de cal e ladrilho para entrar este anno a fazer para a parte do Sul outro quarto. ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 37, nº 74,

incluiu também a colocação de um portão no extremo oposto do pátio em frente à torre de acesso à zona de casario que liga diretamente à pequena urbe. Na década de 1960 fizeram-se obras de recuperação para adaptar a antiga estrutura a escola primária e sede da junta de freguesia de Torre de Coelheiros, pelo que o paço é atualmente pertença do concelho de Évora. Contudo, o novo pavilhão turriforme construído no início do século XVIII estaria, na década de 1950, tão arruinado (Ilustração 5¹²²) que a sua reconstrução não chegou a ser feita, estando hoje nesse local apenas a continuação da ala norte do edifício adossado. Foi construída também uma capela, fundada por Nuno Fernandes Cogominho na primeira metade de quinhentos, que ostenta ainda o escudo de armas da família. Esta capela tornou-se sede paroquial e foi recebendo algumas intervenções durante o século XX, pelo que hoje apresenta um aspeto bastante intacto e bem conservado.

A Torre de Coelheiros constitui o mais antigo exemplar de *domus fortis* alentejano até hoje estudado, e talvez por isso seja aquele que mais se aproxima da severidade militar que verificamos no Entre Douro e Minho. Teve também uma função administrativa comprovável, o que não encontramos em mais nenhuma torre da região. De facto, a Chancelaria de D. Pedro I revela que, em 1364, o morgado Fernão Gonçalves, alegando a sua avançada idade, obteve autorização para ouvir os feitos de Oriola e Aguiar na cidade de Évora e «na fonte dos coelheiros

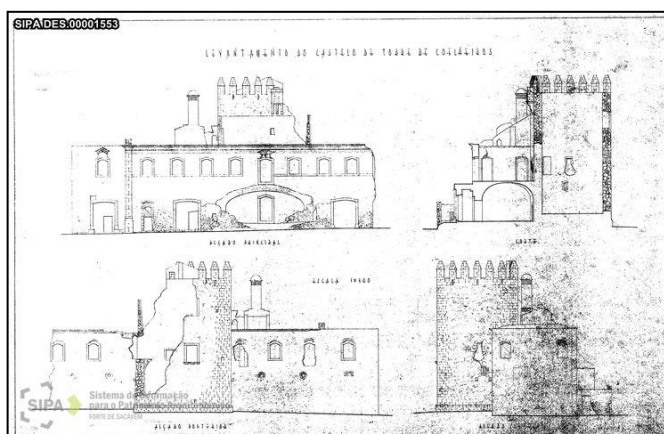


Ilustração 5. Levantamento dos alçados da Torre de Coelheiros nos anos 50

que he sua quintaa»¹²³, tendo feito o mesmo pedido o seu filho João Fernandes Cogominho. Este excerto permite-nos compreender que o lugar da Torre de Coelheiros era a sua quintã, onde tinha as terras de sua exploração direta, o que nos pode levar a supor que a torre aí construída servira como validação efetiva e definitiva da sua função

pp. 653-658

¹²²Documento consultad em:

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00003821 a 20/11/2018

¹²³ANTT, Chanc. de D. Pedro I, fl. 94, doc. 883

e da sua posse¹²⁴, à semelhança das torres pertencentes às antigas linhagens estabelecidas no Norte do reino. Todavia, as cartas de privilégio de coutada atribuídas a Torre de Coelheiros mostram-nos uma cláusula «de que tanto se honrrão os senhores deste morgado, de que faltando a sua descendência não paçe o morgado a Corôa, mas que se instituão tantas capelas, quanto poder chegar o seu rendimento, e que se digão diariamente estas missas pella alma do Senhor Rey Dom Affonço, o quarto»¹²⁵. Esta ressalva torna bem clara a passagem definitiva daquelas terras para a posse da família dos Cogominho, evitando que o morgadio passasse para a coroa; contudo, relembra também a forte ligação à casa real, o que vem demonstrar um distanciamento em relação à orgulhosa autonomia de poder que procuravam ostentar os senhores de Entre Douro e Minho ao construírem as suas torres. Podemos então concluir que, apesar de estarmos perante uma torre construída em tempos em que o senhorialismo tinha ainda alguma expressão nas regiões mais setentrionais, a nobreza alentejana mantinha a sua relação com o rei bastante estreita, dependendo dele como fonte de prosperidade e poder económico. A construção terá tido, efetivamente, um forte impacto visual ao longo dos tempos, estando descrita nas Memórias Paroquiais como a torre «de entre as quais estão no campo fora das cidades, ou praças de armas a mais forte, e mayor desta Província»¹²⁶.

Torre da Camoeira (concelho de Évora)

Em plena paisagem transtagana, sobre a margem esquerda do rio Xamorra, na freguesia da Nossa Senhora da Tourega, encontramos a Torre da Camoeira (Anexo I, mapa 3). Está localizada a cerca de vinte quilómetros de Évora, perto da estrada que liga a Aguiar e situa-se a cerca de duzentos e vinte metros de



Ilustração 6. Vista exterior da Torre da Camoeira

¹²⁴Silva (2002), p. 59

¹²⁵ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 37, n° 74, pp. 653-658

¹²⁶ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 37, n° 74, pp. 653-658

altitude.

É composta por um edifício quinhentista de estrutura vertical com dez metros de lado e doze de altura¹²⁷. O edifício primitivo tem três pisos, alguns deles abobadados, rematados por um terraço acessível através de uma escada em caracol que vem desde o piso térreo e termina num tradicional coruchéu cónico (Ilustração 6). A este edifício vertical foi adossada uma pequena ala térrea contrafortada que o envolve no paramento sul e oeste (Ilustração 7¹²⁸) e que apresenta no seu interior duas câmaras abobadadas, suportadas por capitéis de granito. Ao lado da entrada principal, que hoje se faz pela fachada oeste, existe um volume saliente que alberga uma escada em caracol mais pequena que leva ao terraço desta ala térrea. Na fachada principal, as janelas são de moldura com lintel reto trabalhado, sendo uma das janelas feita em mármore, enquanto as restantes mantêm um perfil retangular simples. O cunhal sudoeste da ala quinhentista apresenta um balcão com cachorros ornamentados em volutas de aparência barroca (Ilustração 8) que terá porventura tido matacões entretanto entaipados¹²⁹.

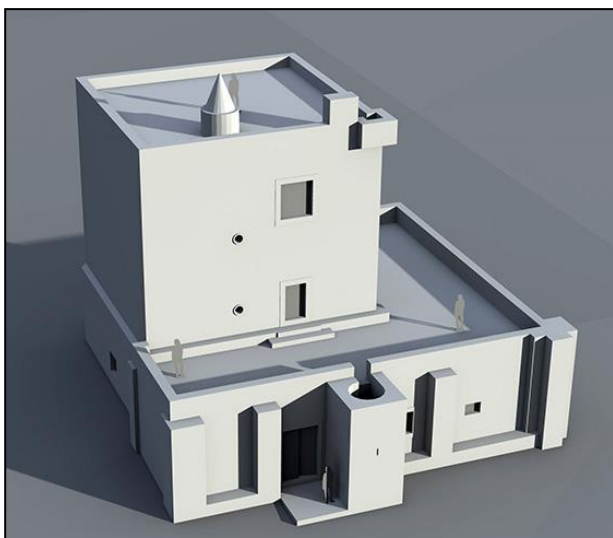


Ilustração 7. Projeção 3D da Torre da Camoeira

Existem poucos registos em relação à história desta torre. Na opinião de Túlio Espanca, a torre primitiva terá sido construída no seguimento da instituição da herdade como cabeça de morgado por Gonçalo Vaz de Camões, fidalgo de Évora, e pela sua esposa Constança Fonseca, no início do século XV¹³⁰. Possivelmente, terão sido os seus construtores António Vaz de Camões,

tio-avô do poeta Luís Vaz de Camões¹³¹, e sua esposa Isabel de Castro, sendo então, como no caso da Torre do Álamo ou de Camões que adiante referiremos, mais uma referência a esta família na região alentejana.

¹²⁷Salvo indicação em contrário, as medidas que constam deste trabalho relativas a dimensões das torres, distâncias e altitudes, foram obtidas através da versão 7.3 do Google Earth Pro

¹²⁸Imagem consultada em <http://www.hap.pt/torre-da-camoeira/> a 20/11/2018

¹²⁹Apresentamos mais fotografias da torre no anexo II, registo 2

¹³⁰Espanca (1966), p. 352

¹³¹Ibid., p. 352

Em relação à ala anexa, esta foi, em princípio, adossada já na época do reinado de D. João III. Depois, apenas sabemos que, no início do século passado, estaria nas mãos dos condes de Angeja, os Noronhas Camões de Albuquerque Moniz e Sousa, época em que o segundo piso terá sido reconstruído por se encontrar muito danificado. De facto, em 1904 as câmaras do andar superior estariam bastante arruinadas, pelo que, eventualmente, terão sido feitas algumas modificações por volta deste período. Gustavo de Matos Sequeira (1880-1962) descreve a Torre da Camoeira como tendo *portas ogivais e janellas bipartidas por mainéis*¹³², o que nos remete para a decoração quinhentista que encontramos noutras torres alentejanas, embora, hoje em dia, estes ornamentos já não sejam visíveis na estrutura desta torre. Atualmente, sabemos que a herdade da Camoeira se encontra concessionada a Caetano Macedo de Oliveira Soares para efeitos de caça turística¹³³.

Esta torre apresenta elementos que sugerem uma descomplexificação decorativa, porventura decorrente da sua adaptação à função residencial que atualmente mantém. Desta forma, os elementos decorativos que poderão ter existido, eventualmente de gosto manuelino, como ameias decorativas, ou como o caso das janelas maineladas de que fala Gustavo Sequeira¹³⁴, foram desaparecendo sem serem substituídos, tendo mantido, contudo, alguns traços do fausto quinhentista, como a decoração em mármore, o balcão



Ilustração 8. Cunhal da torre com balcão

com cachorros decorados e o coruchéu feito de acordo com o gosto local do gótico tardio.

A Torre da Camoeira apresenta uma estrutura pouco imponente quando comparada às demais torres senhoriais alentejanas, o que se denota na ausência de ameias e na sua robusta volumetria que, face à sua altura, mais pequena do que as suas homólogas, lhe conferem um aspeto cubiforme, que é também realçado pela pequena ala adossada mais tarde. Assim, as suas características estruturais e artísticas indicam-nos a existência de uma casa forte, não obstante o seu sentido de imponente verticalidade se ter perdido. Podemos supor que a casa terá tido inicialmente uma cortina de ameias, já que, não restando dúvidas de que

¹³²Sequeira (1880-1962), p. 56

¹³³Portaria n.º 1087/2006 de 10 de outubro. *Diário da República* n.º 195/2006 – I Série. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

¹³⁴Sequeira, op. cit., p. 56

teve uma configuração turriforme, as ameias seriam uma característica obrigatória. Na época em que foi construída, dela terá emanado alguma grandiosidade, como é intuito das casas fortes; contudo, hoje em dia, apesar de apresentar um bom estado de conservação, a quase ausência de decoração, elementos defensivos e destacamento visual levam a que tenha perdido na silhueta a sua anterior imponência.

Torre da Giesteira (concelho de Évora)

Enquadrada na ondulante paisagem alentejana, numa zona de criação de gado (Anexo I, mapa 4), a Torre da Giesteira está localizada na antiga freguesia de Nossa Senhora da Boa Fé¹³⁵, a vinte e quatro quilómetros de Évora, e encontra-se integrada num conjunto habitacional de algum aparato que se ergue a trezentos e vinte metros de altitude. Tal como as demais *domus fortis* alentejanas, também à Torre da Giesteira



Ilustração 9. Vista exterior da Torre da Giesteira

foram posteriormente adossadas construções residenciais. Foi conhecida também como Torre da Boa Fé devido ao nome da povoação mais próxima, Nossa Senhora da Boa Fé, cuja freguesia está hoje agrupada com São Sebastião da Giesteira.

A torre ergue-se a quinze metros de altura e é composta por uma planta quadrangular de cerca de nove metros de lado. Desenvolve-se em três pisos, sendo coberta por telhado de duas águas e cortina de ameias chanfradas em bom estado de conservação. No

cunhal noroeste, projeta-se para o exterior uma escada helicoidal inserida numa torreila cilíndrica rematada pelo tradicional coruchéu cónico que se projeta para o exterior (Ilustração 9).

¹³⁵Com a recente atualização de freguesias, hoje, a Torre da Giesteira pertence à União de Freguesias de São Sebastião da Giesteira e Nossa Senhora da Boa Fé.

A torre da Giesteira compõe assim um conjunto decorativo bastante original no âmbito das casas fortes. Exibe, de facto, uma decoração exceccionalmente exuberante, no respeitante à fenestração de cariz tardo-gótico: para além das tradicionais ameias chanfradas de remate curvilíneo, encontramos também, na fachada sul, que dá para o pátio central, a nível do terceiro piso, uma janela em dois arcos canopiais geminados com fuste em mármore e, no piso intermédio, um vão de porta mainelado formado por dois arcos em ferradura, ambos com capitéis lavrados ao gosto manuelino (Ilustração 10). Esta decoração, enobrecida pela utilização de mármore, parece ter sido valorizada ao ponto de ter sido deixada visível, porventura propositadamente, quando se fez o adossamento das alas mais recentes, que cobrem apenas a fachada do piso intermédio até à zona correspondente à porta em arcos de ferradura, atualmente servindo de acesso a um pequeno terraço. Este vão é, de resto, bastante semelhante ao que se encontra em Évora na Casa de Vasco da Gama, no palácio dos Duques de Cadaval¹³⁶ e até na Galeria das Damas do Paço de D. Manuel que, como veremos, serviu de modelo a outras casas fortes da região. Os restantes rasgamentos são feitos em lintel reto e encontram-se espalhados pelas restantes fachadas¹³⁷. O interior apresenta ainda no piso térreo, uma abóbada de ogivas rebaixada com nervuras de perfil arredondado¹³⁸.



Ilustração 10. Vista do pátio da Torre da Giesteira

Presume-se que a construção da torre tenha sido iniciada entre finais do século XV e inícios do século XVI¹³⁹. Em finais do século XVII, há notícias de que a herdade fosse morgado de António de Mira Sobrinho, falecido em 1734¹⁴⁰, data em que terá sido substituído por

¹³⁶Santos, Fonseca e Branco (2003), p. 101

¹³⁷Apresentamos mais fotografias da torre no anexo II, registo 3

¹³⁸Santos, Fonseca e Branco, op. cit., p. 101

¹³⁹Barata (1904), p. 45

¹⁴⁰Ibid., p. 46

Inácio Caetano de Mira¹⁴¹. No século XIX, segundo o conde Raczinski, foi morgado da Torre da Giesteira o pai do Bispo do Funchal D. Fr. João do Nascimento¹⁴². Sabe-se que esteve também ligado à torre o fidalgo António de Mira Sobrinho, na primeira metade do século XVIII, que era descendente dos fundadores das construções adjacentes. Em finais do século XIX, o seu proprietário foi o Conde de Sarmento, João Ferreira Sarmento, herói da Guerra Peninsular e das Guerras Liberais, e ali viveu também a condessa D. Maria da Conceição Vale de Sousa e Meneses Botelho Mexia, sua esposa e dama da rainha D. Maria II, que instituiu em 1872, a poucos metros da casa, o convento do Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição, habitado por franciscanos do Convento do Varatojo (Torres Vedras) apenas até 1901¹⁴³. Trata-se de um edifício oblongo com dependências habitacionais e igreja virada a norte, atualmente bastante arruinado, que foi adicionado à capela de Nossa Senhora da Conceição da Torre da Giesteira¹⁴⁴, provavelmente de construção seiscentista¹⁴⁵.

Sabemos também que algures durante o século XX, as alas residenciais terão sido utilizadas como celeiro¹⁴⁶ e que, nos anos cinquenta e sessenta, o seu proprietário fez algumas obras de conservação e restauro, o que porventura coincide com a época em que foi proprietário o lavrador Custódio José da Avó, como refere Túlio Espanca no *Inventário Artístico de Portugal*¹⁴⁷.

Apesar da sua dimensão ser menos imponente do que a maioria das suas contemporâneas, a Torre da Giesteira, em conjunto com as mais recentes alas residenciais, demonstra características únicas em termos de decoração exterior. É, de todas as torres estudadas, aquela cujos elementos decorativos exteriores do tardo-gótico alentejano se apresentam mais aparatosos, fazendo notar também uma óbvia inspiração nos grandes ícones nobres e reais presentes na cidade de Évora. É também de salientar a articulação da torre com os edifícios a ela adossados, que demonstra uma complexidade única e uma estrutura arquitetónica bastante original, pela escadaria exterior simultaneamente para acesso às novas alas e à torre. Também a manutenção dos arcos em ferradura vem atestar uma valorização do discurso ornamental da construção em detrimento, contudo, do sentido de altivez emanado da primitiva torre, cuja

¹⁴¹ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 7, nº 23, pp. 897 a 902

¹⁴² Raczinski (1846), p. 245

¹⁴³ Espanca (1966), p. 361-362

¹⁴⁴ Apresentamos mais fotografias da torre no anexo II, registo 3

¹⁴⁵ Binney (1987), p. 88

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 88

¹⁴⁷ Espanca, *op. cit.*, p. 360

verticalidade acabou por ficar um pouco encoberta visualmente aquando da anexação dos pavilhões residenciais mais recentes.

A Torre da Giesteira não deixa, todavia, de representar um testemunho do intemporal símbolo da torre como elemento prestigiante, já que, não só a sua estrutura arquitetónica original se manteve¹⁴⁸ ao longo dos séculos, apesar das obras de atualização, como também prevalece como ícone gráfico e designação da empresa de exploração agro-pecuária “Solar da Giesteira”, pertencente aos atuais titulares e cujo logotipo é composto por uma gravura da torre com o seu tradicional coruchéu e os seus aparatosos arcos canopiais.

Torre(s) do Monte de S. Caetano (concelho de Évora)

No Monte de São Caetano, a dois quilómetros para oeste da cidade de Évora, há uma herdade onde encontramos indícios da existência de uma casa forte (Anexo I, mapa 5). No *Inventário Artístico de Portugal*¹⁴⁹ está listado um edifício com a seguinte descrição: *No pátio do monte, a cavaleiro de bloco pedregoso, rompe pequena e isolada edificação de alvenaria, certamente de época recuada, em forma de torreão, como atalaia vigilante, conservando frestas chanfradas, escada lateral e cimalkas de perfis quinhentistas*. Segundo afirmam os proprietários, a torre de que nos fala Túlio Espanca foi demolida há cerca de vinte anos por iniciativa dos mesmos e, aparentemente, não restam vestígios na propriedade que possam testemunhar as suas características. cremos que, no início do século XX, esta torre estaria já em estado de ruína muito avançado, visto que António Barata, no capítulo que dedica ao Monte de São Caetano do seu livro *Évora e seus arredores*¹⁵⁰, refere não mais do que um *assento de casas nobre alli existe ainda, vindo d'esses tempos [séc. XVI]*. Não quisemos, contudo, deixar de registar a anterior existência desta torre, provavelmente associada à família dos Casco de Évora, que eram proprietários da herdade em questão no século XVI¹⁵¹.

¹⁴⁸Binney (1987), p. 88

¹⁴⁹Espanca (1966), p. 339

¹⁵⁰Barata (1904), p. 5

¹⁵¹Ibid.

Por outro lado, importa referir que no coração dessa mesma propriedade existe um edifício de feição quinhentista que aparenta ter sido turriforme, mas que hoje, por se encontrar quase totalmente integrado num volumoso aglomerado residencial, perdeu visualmente essa forma. Trata-se de um edifício vertical ao qual terão sido anexadas alas residenciais nas fachadas sudoeste, sudeste e nordeste, descaracterizando desta forma a sua silhueta de torre (Ilustração 11). Tem planta quadrangular, com cerca de cinco metros de lado e três pisos cobertos por abóbada de cruzaria, à exceção do último. No rés-do-chão, cuja entrada se faz por um dos edifícios anexos, apresenta uma lareira com



Ilustração 11. Vista exterior de uma possível casa forte no Monte de S. Caetano

chaminé comum aos pisos superiores, e vestígios de uma antiga porta provavelmente transformada em janela como atestam os degraus em granito no exterior¹⁵². No primeiro andar, encontra-se a lareira no prolongamento da dita chaminé, e apenas um vão de janela quadrangular. O segundo andar apresenta marcas de uma antiga janela na fachada nordeste, hoje entaipada, e uma janela de canto com conversadeiras em granito no vértice oeste. Esta última janela está decorada, no exterior, com dois colunelos com capitéis lavrados ao gosto renascentista do reinado de D. João III, um central e um na fachada noroeste, sendo o primeiro em mármore (Ilustração 12).

Até ao fim do século XX o Monte de São Caetano pertenceu à freguesia da Sé, época em que se desanexou para passar a fazer parte da freguesia da Malagueira. Anteriormente, o lugar que compreendia a quinta e outras propriedades em redor terá sido conhecido como Serrinha¹⁵³ e, nas Memórias Paroquiais de 1758, a quinta é indicada na listagem de ermidas da freguesia da Sé, como Monte Redondo. Aqui estava localizada a ermida de São Cornélio e São Caetano¹⁵⁴, fundada em finais do século XVI por Álvaro Tinoco, cónego da Sé de Évora, que era tio de Álvaro Casco de Melo,

¹⁵²Apresentamos mais fotografias da torre no anexo II, registo 4

¹⁵³Barata (1904), p. 5

¹⁵⁴*Em Monte Redondo S. Cornellio e S. Caetano [...] todas pertencem aos Senhores das fazendas em que estão citas.* ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 14, nº 111, pp. 807 a 824

proprietário da quinta¹⁵⁵ e descendente de Rui Casco, por sua vez combatente em Castela com D. Afonso V e alcaide-mor de Avis¹⁵⁶. O cónego fundou a capela dedicando-a a São Cornélio, sendo depois alterada esta dedicação para São Caetano, por devoção pessoal do sobrinho D. Álvaro. Durante o século XIX, sabe-se que a quinta terá pertencido a Francisco Lopes, negociante em Évora, que a passou ao seu sobrinho João Lopes Marçal. Em finais do século XIX e inícios do século XX pertencia ao neto do último, José Lopes Marçal, responsável pelas obras de ampliação nos atuais edifícios residenciais, pelo restaurado da capela de S. Caetano e pela preservação do edifício vertical com a janela mainelada¹⁵⁷. Atualmente, a herdade permanece propriedade desta mesma família, hoje com o nome de Leal da Costa.



Ilustração 12. Janela de cunhal com colunelos

Apesar de tudo, as fachadas parecem estar quase intactas. O edifício inicial desta possível torre foi significativamente alterado pela construção dos edifícios anexos e consequente abertura de novos vãos de ligação em épocas posteriores que conduziram ao desaparecimento do elemento essencial – a torre. Não apresenta,

hoje em dia, qualquer vestígio de elementos militares, mas encontra-se decorada segundo um discurso quinhentista de cariz nobre. Também não seria usual as habitações nobres terem três pisos, a não ser que, de facto, se tratassem de casas fortes, embora não fosse comum as casas fortes alentejanas serem tão estreitas: lembremos que esta torre teria metade da largura de algumas das casas fortes aqui estudadas. De facto, existem muitas questões ainda sem resposta; contudo, o cariz aristocrático desta torre, os seus três pisos, a sua feição quinhentista, são indícios suficientes para considerar a hipótese de existência de uma casa forte naquele local. A torre a que se referem António Barata e Túlio Espanca poderá ter sido construída como modo de ampliação visual da anterior, já que lhe chama *torreão*. De qualquer modo, há que ter também em conta a incomum

¹⁵⁵Segundo António Barata, o proprietário era filho de João Casco de Melo e D. Francisca Tinoco (irmã do referido cónego), e neto de Manuel Casco e Ana Casco Solis, filha de João Solis Portocarreiro, de Badajoz (Barata, op. cit., p. 5).

¹⁵⁶Moreno (1973), p. 1025

¹⁵⁷Barata (1904), p. 6

situação de duas casas fortes tão próximas uma da outra, o que, como adiante veremos, constitui uma problemática semelhante à da Torre de Cabedal e Pomar d'El Rei, no concelho de Vila Viçosa.

Torre do Carvalho (concelho de Montemor-o-Novo)

No sopé da Serra de Monfurado, a trezentos e vinte e um metros de altitude, encontramos a Torre do Carvalho. Está inserida na área florestal da Quinta do Carvalho, perto da EN2 que liga Santiago do Escoural a Montemor-o-Novo (Anexo I, mapa 6), e encontra-se hoje seriamente degradada.

Com cerca de dezassete metros de altura, treze por nove metros de lado, esta construção está dividida em três pisos (Ilustração 13). É composta por dois corpos em forma de torre, um adossado ao outro: o mais antigo a sudeste e o mais tardio a noroeste. O primeiro não



Ilustração 13. Vista exterior da Torre do Carvalho

apresenta vestígios de qualquer divisão. O segundo tem ainda uma divisão vertical que divide o corpo em duas partes iguais. Apresenta nove janelas, na sua maioria com lintel reto e conversadeiras no interior, para além de seteiras de enxalço profundo. Destacamos apenas, na torre primitiva, a nível do primeiro andar, uma janela em arco contracurvado de decoração manuelina (Ilustração 14) e as mísulas de assentamento das abóbadas, feitas em granito com decoração também manuelina bastante figurativa, com estriados, cordas e correntes (Ilustração 15), à semelhança do que encontramos ainda visível no interior da Torre das Águias. Interessa salientar que esta decoração manuelina se encontra no piso térreo, o que pode sugerir que esta dependência foi utilizada como espaço habitacional em vez de armazém, como supomos que aconteceria na maioria dos pisos térreos das casas fortes.



Ilustração 14. Janela em arco contracurvado

Da fachada sudoeste do edifício mais recente sobressai uma torre ultrasemicircular que integra uma escada helicoidal em pedraria de ligação entre todos os pisos e que apresenta um estado de conservação bastante firme. Mantém a fenestração superior ao piso térreo, como nas tradicionais torres de menagem, à exceção de uma porta térrea de acesso à torre na fachada nordeste, que dá para um pequeno pátio com muro, à semelhança da Torre da Giesteira, localizada apenas a uma dezena de quilómetros de distância.

A Torre do Carvalhal apresenta ainda, como as suas congéneres, uma nova ala de dois andares adossada no paramento nordeste, com escadaria nobre para acesso ao primeiro piso, que Túlio Espanca sugere ser uma construção do século XVII, e que está hoje também muito arruinada. Devido ao avanço deste estado geral de ruína, a torre está desprovida de pavimentação em quase todos os pisos, o mesmo acontecendo com a cobertura, também totalmente ruída¹⁵⁸.

Terá sido construída por André de Vilalobos e Vasconcelos, fidalgo de grande prestígio, durante a primeira metade do século XVI, já que então a herdade se encontraria na posse da sua família. Cavaleiro da Ordem de Avis, André de Vilalobos e Vasconcelos respondia diretamente a D. Manuel I e ocupava altos cargos na Santa Casa da Misericórdia de Montemor¹⁵⁹, onde foi escrivão, provedor e irmão mesário. No tempo de D. João III, o seu neto Serafim de Goios herdou a torre. José Custódio Vieira da Silva trouxe à luz um antigo



Ilustração 15. Mísula manuelina no piso térreo

¹⁵⁸ Apresentamos mais fotografias da torre no anexo II, registo 5

¹⁵⁹ Santos, Fonseca e Branco (2003), p. 48

documento contratual de obras¹⁶⁰ segundo o qual, em 1569, Nicolau de Castro Cunha, então proprietário, mandou aumentar o volume da torre, adossando-lhe um corpo a nordeste que ampliava o seu volume praticamente para o dobro, alteração esta que hoje é perfeitamente identificável no esqueleto do edifício devido ao avançado estado de ruína. Diogo Velho terá sido o pedreiro contratado que aumentou o corpo primitivo para adaptá-lo aos requisitos de habitação aristocrática, duplicando o número de salas e introduzindo chaminés e latrinas (que porventura corresponderão aos nichos retangulares feitos na espessura dos paramentos, visíveis no interior deste novo corpo). Nestas obras construiu-se também uma torrela onde se inseriu uma nova escadaria helicoidal que se projeta para fora do edifício, à semelhança do que observamos na Torre da Giesteira. A minuta notarial indica-nos que estes trabalhos demoraram cinco meses e que o pedreiro terá sido pago em quatrocentos cruzados, um moio e meio de trigo e 15300 réis¹⁶¹.

Inicialmente, a torre teria cerca de sessenta e três metros quadrados de área de implantação, embora, com a ampliação de Diogo Velho, lhe tenham sido acrescentados seis metros de lado, passando a ter então sensivelmente cento e dezassete metros quadrados de área. Na obra de 1569 de que nos fala José Custódio Vieira da Silva, estavam previstas a colocação de uma abóbada na sala do piso térreo com o arco principal em pedra e os restantes em tijolo, a mudança da escada de acesso ao piso superior e a construção de novos andares com uma sala e câmaras que incluíam chaminé, retrete e porta, para além da nova escada em caracol de pedraria. O conjunto terá sido rematado por um terraço de ladrilho, hoje desaparecido, de onde irrompe ainda uma cobertura da escadaria em “meya laranja de tijolo e cal”¹⁶², bastante diferente do coruchéu cónico de influência manuelina.

A ampliação da torre por Diogo Velho foi feita, segundo José Custódio Vieira da Silva, à imagem da Torre das Águias, pela compartimentação numa sala e duas câmaras juntamente com o acrescento de uma chaminé e latrina, o que aproximam esta casa da Torre das Águias na sua estrutura, elementos funcionais, medidas e robustez¹⁶³. Assim, podemos supor que a Torre do Carvalhal primitiva, portanto, com metade da dimensão em largura, terá sido feito antes da Torre das Águias e, por esse motivo, anterior a 1527-1531, data que nos aponta o mesmo autor.

¹⁶⁰Silva (2002), pp. 179-180

¹⁶¹Ibid.

¹⁶²B.N.P., *Reservados*, Cód. 958, fls. 10v-11v cit. por Silva (2002), p.180

¹⁶³Silva, op. cit., p. 180

No século XVIII, a herdade da Torre do Carvalhal pertencia ainda aos bens da mesma família, sendo titular Manuel de Vilalobos que era morador em Santiago do Escoural¹⁶⁴ e a tinha arrendada a Manuel Vidigal por quarenta mil réis¹⁶⁵. Era então popularmente conhecida como Torre dos Monges¹⁶⁶, possivelmente devido ao Convento dos Monges de Monfurado que se encontra a setecentos metros. Mais tarde, passou para a posse de Joaquim Caeiro Correia e depois, por herança, para Luís Rojão e Amélia Rojão Caiola Bastos, registada oficialmente com o nome de Herdade da Torre e apresentando cerca de trezentos e trinta e quatro hectares, segundo o *Diário da República de 1975*, que refere a expropriação deste património aos seus donos¹⁶⁷. Ao longo do século XX passou por vários proprietários, estando actualmente na posse do Visconde de Salreu, proprietário de um empreendimento agrícola.

A poucas centenas de metros para oeste da torre, existia uma capela dedicada a São Cristóvão, de início de quinhentos, com contrafortes cilíndricos rematados por pináculos cónicos de modelo inspirado em São Brás de Évora¹⁶⁸. Seria uma de duas ermidas da freguesia e a mais antiga, construída ao mesmo tempo que o conjunto habitacional seiscentista e muito provavelmente patrocinada pelos Vilalobos, como nos indicam as Memórias Paroquiais: «A segunda Ermida que tem a freguezia [de Santiago do Escoural] fica pouco mais de meya Legoa afastada da freguezia, ou Igreja Paroquial, na estrada, que vay della para a villa de Monte mor em huma Quinta de Manoel de Villa Lobos da dita Villa; o Orago deste he Sam Chrystovão, e o Padroeiro o dito Manoel de Villa Lobos; mostra esta Ermida ser ainda mais antiga, do que a primeyra bem asim pella sua architettura, como pelas antiquissimas, e nobres cazas com sua Torre, que junto a ella estam na dita Quinta, e mostram claramente ser tudo munto antigo, e feyto no mesmo tempo»¹⁶⁹.

Também a Torre do Carvalhal corresponde aos modelos formais da casa forte alentejana, que se distingue das suas antecessoras nortenhas precisamente por esta robustez que permite, na própria torre, e não nos edifícios anexos como acontece a Norte, prepará-la para uma habitação cómoda e faustosa o suficiente para os requisitos da aristocracia quinhentista do reinado de D. Manuel. No mesmo período, as obras de

¹⁶⁴ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 14, nº 15, pp. 399 a 406

¹⁶⁵ Espanca (1966), p. 409

¹⁶⁶ Espanca (1975), p. 409

¹⁶⁷ Portaria n.º 579/75 de 24 de setembro. *Diário do Governo* n.º 221/1975 – I Série. Ministério da Agricultura e Pescas.

¹⁶⁸ Santos, Fonseca e Branco (2003), p. 104

¹⁶⁹ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 14, nº 15, pp. 399 a 406

ampliação da maioria das torres senhoriais traduziam-se na anexação de edifícios de orientação horizontal, ao contrário do que aqui observamos, já que esta ampliação se realizou através de uma duplicação da torre mais antiga que procurava atingir as dimensões da Torre das Águias, tornando-a, assim, mais robusta, ampla, ornamentada e funcional, sem contudo lhe alterar o formato turriforme, mas antes pelo contrário, engrandecendo-o. A ampliação bem visível nesta torre é um dado insólito, não só no contexto da *domus fortis* alentejana, mas também a nível nacional, e vem, inclusivamente, demonstrar que, ainda no reinado de D. João III, o significado prestigiante associado à silhueta da torre não estava, de todo, ultrapassada.

Torre de D. Francisco (concelho de Montemor-o-Novo)

À beira da estrada para Mora, no limite norte de Montemor-o-Novo, a menos de cem metros do casario, ergue-se a Torre de D. Francisco (Anexo I, mapa 7). Bem conservada no seu aspeto ancestral e grandioso, está implantada a duzentos e sessenta metros de altitude e faz hoje parte de um conjunto habitacional privado.

Compõe-se de uma torre em alvenaria de planta quadrangular coroada por ameias chanfradas, de seis metros de lado e com três pisos unicelulares. Foram



Ilustração 16. Vista exterior da Torre de D. Francisco

adossadas várias alas habitacionais de dois pisos e pés direitos excepcionalmente altos na fachada Este e Norte com rasgamentos de moldura reta em granito. Encostada ao cunhal sul da torre está uma escadaria de dois lances, que dá acesso

ao primeiro piso do corpo residencial adossado (Ilustração 16). No interior, o piso térreo é composto por uma só divisão coberta por abóbada de berço abatida e tem dois acessos às novas alas residenciais, um das quais com moldura de granito em cujo lintel se observam caracteres gravados mas muito erodidos. No primeiro e segundo andares, ambos unicelulares e com cobertura refeita, existe, na fachada oeste, uma lareira, janelas

com conversadeiras, e, na fachada sul que liga um piso ao outro, uma escada em caracol. Em relação à fenestração, a abertura de maior destaque é a porta janela no primeiro andar da fachada sul, com ombreira em granito, que pensamos que poderá ter tido um balcão com maticões, tendo em conta que era um elemento bastante característico desta tipologia residencial. As restantes janelas exibem ombreiras em mármore e granito, uma delas com vestígios de um arco de volta perfeita em tijolo, mas sem decoração a destacar¹⁷⁰.

Manuel Branco, na publicação sobre *Montemor-o-Novo quinhentista e o foral manuelino*, data a Torre de D. Francisco de finais do século XV¹⁷¹. Contudo, o atual proprietário António Vacas de Carvalho e João Baptista Malta avançam que a sua origem estará numa anterior atalaia, justificando-se na ligação visual existente entre a janela sul da torre e o Palácio dos Alcaldes¹⁷². Seria, segundo esta hipótese, uma torre de vigia do castelo de Montemor-o-Novo, o que poderia justificar as reduzidas dimensões da largura da torre, que a tornam bastante mais estreita do que as suas congéneres. Contudo, a baixa implantação desta torre em relação ao castelo torná-la-ia ineficaz como ponto de vigia, motivo pelo qual consideramos esta possibilidade pouco plausível.

A torre está localizada nos antigos *Coutos da Vila*, onde existia um morgadio com exploração agrícola pertencente a D. Francisco de Castro, possível irmão do capitão-mor de Évora D. Fernando de Castro¹⁷³. Túlio Espanca atribui a construção da torre ao primeiro terço do século XVI¹⁷⁴. Por outro lado, o atual proprietário no seu artigo conjunto com João Baptista Malta para a revista *Almansor* considera que a torre foi transformada em casa forte em meados do século XVI, altura em que terão também sido construídos os edifícios anexos. Sabemos com certezas que a quinta já era designada de D. Francisco em 1562, através de um documento de dote de casamento¹⁷⁵ de 3 de dezembro que assim se refere à dita propriedade, de onde podemos inferir que, se a torre tem o seu nome, provavelmente terá sido ele o fundador da casa. Com efeito, Manuel Branco atribui à segunda metade do século XVI as colunas toscanas onde assentam as abóbadas de cruzaria de ogivas do piso térreo da ala anexa à torre na época

¹⁷⁰ Apresentamos mais fotografias da torre no anexo II, registo 6

¹⁷¹ Santos, Fonseca e Branco (2003), p. 104

¹⁷² Carvalho e Malta (2006), p. 267

¹⁷³ Espanca (1975), p. 330

¹⁷⁴ Ibid.

¹⁷⁵ *fez o Tabelião Marcos Dias na vila de MN em 3 de Dezembro de 1562 o dote de casamento que fez na Quinta de D. Francisco termo da dita vila João Freire (...) como Procurador de sua sobrinha Inês Barreta* (Carvalho e Malta, op. cit., p. 269, os autores não indicam a localização deste documento)

de D. Francisco de Castro, sugerindo ter sido o próprio a fazer todas as obras de ampliação entre 1550-1560¹⁷⁶. Neste ponto, podemos sugerir que a torre e os edifícios anexos tenham sido feitos em simultâneo pelo mesmo proprietário, o que poderia explicar que a reduzida dimensão do espaço interior se devesse a uma integração planeada de raiz nas restantes alas. Assim, a torre tornar-se-ia, a nível funcional, em apenas mais uma das câmaras do conjunto residencial, e poderíamos partir do princípio de que o construtor estaria a seguir o modelo existente noutros casos como os que aqui estamos a analisar e que lhe são quase todos precedentes. A comprovar-se esta possibilidade, este seria um caso único, embora não tenhamos conseguido reunir documentos que o demonstrem. De qualquer forma, no Alentejo, as casas fortes eram normalmente construídas com maiores áreas e, por isso, a construção de pavilhões horizontais surge, normalmente, na centúria de seiscentos, o que torna a torre de D. Francisco, neste aspeto, um pouco mais precoce.

Sabemos que D. Francisco morreu no ano de 1598 e está sepultado com a sua primeira esposa D. Branca da Cunha, no Mosteiro de São Francisco de Montemor-o-Novo¹⁷⁷. Terá passado a propriedade para o seu genro D. Neutel de Castro e, depois, para o seu neto D. Rodrigo de Castro, a quem em 1658 é atribuído o título de primeiro Conde da Mesquitela. O seu filho, também de nome Neutel de Castro, por vários crimes cometidos, foi degredado para a Índia¹⁷⁸, pelo que os seus bens foram distribuídos por várias entidades. Em 1700, a quinta de D. Francisco foi reivindicada por Bernardim Freire de Andrade e Castro, descendente de D. Neutel, que reclamava os seus direitos por via materna¹⁷⁹; este, porém, foi morto pelo povo em pânico na retirada de Braga durante as invasões francesas, pelo que a propriedade acabou por ser herdada pelo seu irmão Nuno Freire de Andrade¹⁸⁰. A sua neta Maria Isabel Freire de Andrade e Castro foi, nesta família, a última titular da quinta de D. Francisco que, em 1921, adquiriu Alfredo Maria Praça Cunhal Junior, e cujo filho a vendeu aos atuais proprietários António Aleixo Pais Vacas de Carvalho e Bina Vacas de Carvalho e Sousa¹⁸¹, responsáveis pela grande ação de restauro e remodelação ocorrida em 1984.

¹⁷⁶Santos, Fonseca e Branco (2003), p. 104

¹⁷⁷Carvalho e Malta (2006), p. 270

¹⁷⁸Zuquete (1960), p. 739

¹⁷⁹Carvalho e Malta, op. cit., p. 271

¹⁸⁰Ibid., p. 272

¹⁸¹Carvalho e Malta (2006), p. 273

Quinta da Amoreira da Torre (concelho de Montemor-o-Novo)

A cerca de quatro quilómetros para leste da cidade de Montemor-o-Novo, encontramos uma herdade com uma casa forte bastante estimada e presente ainda hoje no nome da quinta – Amoreira da *Torre*. Está localizada perto da auto-estrada e da EN 4, enquadrada na paisagem vinhateira alentejana, sobre um leve cabeço a duzentos e trinta metros de altitude, no lado norte do rio Almansor (Anexo I, mapa 7). Integra-se numa unidade de habitação rural com duas alas anexas, que se prolongam para leste e para ocidente da torre, e modestos núcleos residenciais que se desenvolvem em torno de um pátio dianteiro, de onde é possível admirar o robusto perfil da torre de perto o suficiente para sentir a sua imponência. Tem por trás um jardim barroco enobrecido por uma fonte renascentista e um espelho de água que reflete a imagem do paço acastelado.



Ilustração 17. Vista exterior da Torre da Amoreira

A torre que aqui se encontra tem planta retangular de sete por nove metros, desenvolve-se em três pisos, com cortina de ameias reconstruída, e está toda rebocada em cal de obra de cor ocre (Ilustração 17). Do

lado ocidental desenvolve-se a fachada principal, que dá para o pátio sobre o portal de entrada na propriedade. Esta fachada tem, a nível do primeiro e segundo pisos, duas janelas centradas em arco abatido e moldura de granito com conversadeiras no interior. No rés-do-chão encontra-se apenas uma pequena abertura de ventilação. O lado oriental, que é refletido em todo o seu comprimento no espelho de água contíguo, tem uma janela semelhante no segundo andar e, no piso intermédio, um vão em arco abatido com balcão e repisa assente em cachorros de volutas. No rés-do-chão, encontram-se quatro janelas retangulares que foram adicionadas pela família dos últimos proprietários durante o século passado. Nas fachadas laterais, encontramos apenas uma pequena

janela quadrangular a nível no terceiro piso, o único em cuja fachada não foi anexada nenhuma nova ala.

O antigo piso utilitário, hoje transformado em sala-biblioteca, está coberto por abóbada de canhão de nervuras suportadas em mísulas de granito em pirâmide invertida, semelhantes às da abóbada da guarda da Porta do Relógio, em Montemor, o que aponta a construção da torre para a transição do século XV para o XVI¹⁸². A primitiva entrada na torre, que se fazia pelo primeiro andar, encontra-se integrada no interior da ala residencial anexada a norte e é composta por escadaria em granito decorada em estilo



Ilustração 18. Escadaria de acesso à torre

renascentista (Ilustração 18), possivelmente do terceiro quartel do século XVI¹⁸³. Já no exterior, existe, no prolongamento sul do paço, separada apenas por um estreito corredor, a capela barroca de Nossa Senhora da Penha de França, reconstruída no final do século XVII ou inícios do XVIII¹⁸⁴.

Da cronologia mais recuada desta casa, sabemos apenas que, no tempo de D. Dinis, a herdade da Amoreira da Torre pertencia ao cabido da Sé de Évora e que foi coutada em cerca de 1437, época em que pertenceria a D. Teresa Anes, ama da infanta D. Isabel, duquesa de Borgonha¹⁸⁵.

O primeiro donatário das terras, de quem temos notícia em 1477, terá sido D. Fernão Martins Mascarenhas, alcaide-mor de Montemor-o-Novo, a quem Túlio Espanca atribui a construção da torre. Após a sua morte, em 1501¹⁸⁶, a propriedade terá sido herdada pelo seu filho D. João de Mascarenhas e depois pelo seu neto D. Francisco, que obteve o título de primeiro Conde de Santa Cruz. A construção das alas residenciais está atribuída a D. João de Mascarenhas, quinto conde de Santa Cruz e mordomo-mor de D. Pedro II¹⁸⁷, na segunda metade do século XVII.

No dia 30 de outubro de 1716, D. Martinho de Mascarenhas recebeu nesta casa para pernoita o rei D. João V, em peregrinação ao santuário de Nossa Senhora da

¹⁸²Santos, Fonseca e Branco (2003), p. 101

¹⁸³Ibid.

¹⁸⁴Apresentamos mais fotografias da torre no anexo II, registo 7

¹⁸⁵Espanca (1975), p. 332

¹⁸⁶Está sepultado em Évora, no Convento do Espinheiro (Espanca, 1966, p. 332)

¹⁸⁷Espanca, op. cit., p. 332

Conceição de Vila Viçosa, o que terá sucedido pela ligação da sua mãe à corte onde ingressou como aia dos infantes após ter enviuvado, em 1691. Na geração seguinte, D. José de Mascarenhas foi o famoso oitavo duque de Aveiro que sofreu pena capital pelo atentado contra o Magnânimo, tendo sido o seu filho encarcerado no Forte da Junqueira¹⁸⁸. A Quinta da Amoreira da Torre não chegou a ser vendida e, por isso, veio a ser reclamada por D. Luís de Almeida, segundo marquês de Lavradio e quinto conde de Avintes, por ligação da sua mãe D. Francisca Mascarenhas¹⁸⁹, irmã de D. José de Mascarenhas. Assim, em 1762, a quinta passou publicamente para o supracitado D. Luís, como consta dos *Autos da sentença que deu ao Marquez de Lavradio a posse dos morgados das casas de Gouveia e de Santa Cruz*¹⁹⁰. Segundo Túlio Espanca, o marquês do Lavradio colocou as suas armas numa das fachadas do paço, embora estas tenham sido retiradas no século seguinte¹⁹¹. Em 1895, D. Carlos I instituiu o viscondado da Amoreira da Torre, atribuindo este título a Cipriano da Costa, que obteve a herdade por compra. O brasão que hoje figura no portal de entrada para o paço é o mesmo que está no jazigo do visconde Cipriano, o que nos leva a considerar a hipótese de ter sido o mesmo a retirar o antigo brasão de pedra aí colocado pelo antigo proprietário. Na década de vinte do século passado, a quinta da Amoreira da Torre terá sido comprada pelos Cunhal, estando na década de sessenta habitada por Alfredo Maria Praça Cunhal que foi o responsável pela mais recente campanha de restauro, levada a cabo pelos arquitetos diretores da Direção Geral dos Monumentos Nacionais, Raul Lino e Jorge Reis. O paço da Quinta da Amoreira da Torre está hoje classificado como Monumento de Interesse Público¹⁹².

A quinta foi crescendo até ao século XX, mantendo sempre a torre como elemento nuclear de todo o perfil arquitetónico da propriedade. O espelho de água é uma componente que encontramos também na Torre de Ribafria, em Sintra, como testemunho da emergência do gosto renascentista contemplador e fruidor da natureza¹⁹³. Começava a atribuir-se uma certa importância à água como elemento embelezador do jardim. Outro elemento desta corrente artística é a Fonte da Rainha, de planta triangular, coberta por um templete piramidal de dois andares, assente em três colunelos de brecha

¹⁸⁸Guerra (1952), p. 413

¹⁸⁹Ibid., p. 352

¹⁹⁰Ibid., pp. 351-352

¹⁹¹Espanca (1975), p. 333

¹⁹²Portaria n.º 264/2014 de 10 de abril, *Diário da República* n.º 71/2014 - II série. Secretaria de Estado da Cultura

¹⁹³Silva (2002), p. 172

da Arrábida rematados por coruchéus com esgrafitados com as insígnias das ordens de Cristo, Santiago e Avis, as três ordens que condecoravam os Mascarenhas¹⁹⁴. Datará provavelmente do primeiro quartel do século XVI, talvez encomendada por D. João de Mascarenhas, filho do construtor da torre, e é atribuída a Francisco de Arruda, que estava também encarregue do jardim do rei, em São Francisco de Évora¹⁹⁵.

A torre da Quinta da Amoreira está entre as mais antigas da região alentejana, construída ainda no século XV, tendo sido também pertença de uma linhagem oriunda dos tempos da Reconquista, detentora de territórios de norte a sul do reino e que alcançou diversas titulações. Aparenta estar bastante bem conservada, o que não será de estranhar, visto ter sido habitada durante a maior parte da sua existência. A componente simbólica da casa forte parece ter sido bastante valorizada, como o fazem notar os edifícios anexos que a centralizam no conjunto arquitetónico, assim como o espelho de água que reflete e duplica a sua beleza, e o pátio dianteiro, via de entrada na propriedade que convida a olhar a torre de perto, sentindo-se bem presente a sua opulência. À semelhança da Torre da Giesteira, também no caso desta torre o sentido prestigiante continua patente no logotipo da produção vinícola da propriedade com a designação de *Amoreira da Torre*.

Torre das Águias (concelho de Mora)

No meio da planície ondulante transtagana, subsiste a Torre das Águias, um dos exemplos mais representativos da casa forte alentejana, se não mesmo o expoente máximo do seu discurso arquitetónico e decorativo. Pertencente ao concelho de Mora e à freguesia de Brotas, localiza-se a sudoeste da ribeira do Divor, implantada numa pequena elevação que se ergue a cem metros de altitude (Anexo I, mapa 8), memorizada no nome da localidade de Outeiro do Peso. É datável do século XVI e está enquadrada em contexto rural, integrada no conjunto arquitetónico do Monte da Herdade, composto por edifícios de traça setecentista arruinados, alguns deles adossados à torre.

¹⁹⁴Espanca (1975), p. 335

¹⁹⁵Santos, Fonseca e Branco, op. cit., p. 103



Ilustração 19. Vista exterior da Torre das Águias

A Torre das Águias tem vinte e dois metros de altura¹⁹⁶ e planta quadrada de cerca de dezassete metros de lado, o que lhe confere uma robustez assinalável comparativamente às suas contemporâneas (Ilustração 19). Estreitando da base para o topo como se de um telescópio se tratasse, é constituída por quatro andares rematados por coruchéus cónicos em tijolo com matacões (Ilustração

20¹⁹⁷) e vestígios de uma cortina de ameias decorativas que estariam ainda evidentes nos anos cinquenta do século passado. O acesso ao primeiro andar é feito por uma escadaria exterior associada às construções anexas, embora tenha também uma porta a nível térreo. As janelas são de arco abatido e de lintel reto providas de conversadeiras no interior e, distribuídas por todas as fachadas, encontram-se pequenos vãos quadrangulares que fazem ver a significativa espessura mural que chega a atingir os dois metros. José Custódio Vieira da Silva propõe que este perfil construtivo tenha sido influenciado pela estrutura da Torre do Esporão, mais antiga mas demonstrando, a uma escala mais reduzida, a mesma síntese arquitetónica, verificando-se o mesmo três décadas mais tarde na Torre do Carvalhal.

No interior, abobadado em cruzaria de ogivas, as dependências estão repartidas em espaços invulgarmente amplos comparativamente às torres congéneres. Cada um dos pisos superiores tem cinco



Ilustração 20. Base de um dos coruchéus com matacões

¹⁹⁶Silva (2002), p. 176

¹⁹⁷Fotog. consultada em:

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00002763 a 20/11/2018

dependências e, no primeiro andar, uma das divisões é abobadada em cinco tramos, no que claramente sugere a existência de um salão ou divisão nobre. É de salientar a constante decoração manuelina visível no interior nos fechos e mísulas das abóbadas, onde se vêem representadas cruces da Ordem de Cristo (Ilustração 21), assim como bolas, esferas armilares e espirais.

Atravessando todo o corpo da torre estão duas chaminés que forneciam um total de dez lareiras¹⁹⁸, cujas saídas são ainda visíveis no topo, fazendo notar um luxo assinalável. No terraço, coberto por ladrilho, seis coruchéus cónicos de robustas dimensões assinalam a grandiosidade desta construção¹⁹⁹. Foram mais tarde acrescentados dois corpos anexos à torre, respeitando a sua linguagem arquitetónica, como avalia José Custódio Vieira da Silva, enquadrando mas também dignificando a torre original *na sua falante linguagem heráldica, como traço de união dos dois vínculos irmãos dela nascidos*²⁰⁰.

Antes da existência da torre, o local conhecido como Vila das Águias era um pequeno aglomerado habitacional formado durante a regência do infante D. Pedro, tio



Ilustração 21. Pormenor das chaves das abóbadas com cruz da Ordem de Cristo

de D. Afonso V, portanto entre 1439 e 1447, a pedido do fidalgo Lopo Afonso, possuidor da vila, que, tendo entrado em conflito com o município de Coruche, desejou desanexar daí as suas terras²⁰¹. Era sede da paróquia de S. Pedro, cuja capela se encontrava no local da atual capela de S. Sebastião, próxima da torre, que fora filial de igreja de S. João da paroquial de Coruche e pertença da Ordem de Avis²⁰². Teve foral de *Leitura Nova* no tempo de D. Manuel I, mas rapidamente perdeu importância devido à construção da igreja de Nossa Senhora de Brotas que fez para aí transferir a sede de paróquia em 1535, ficando-lhe subordinada a Vila das Águias. Desde finais de quatrocentos que a herdade pertencia a um lavrador chamado André do Campo, até

¹⁹⁸Silva (2002), p. 179

¹⁹⁹Apresentamos mais fotografias da torre no anexo II, registo 8

²⁰⁰Silva, op. cit., p. 175

²⁰¹ANTT, *Memórias Paroquiais*, Vol. 1, nº 61, p. 421

²⁰²ANTT, *Memórias Paroquiais*, Vol. 1, nº 61, p. 423

1520²⁰³, quando foi comprada por D. Nuno Manuel, almotacé-mor de D. Manuel I, seu guarda-mor e filho da sua ama.

A construção da torre terá sido feita, como presume José Custódio Vieira da Silva, entre 1527 e 1531, já que, no período anterior não há referência à torre e porque no ano de 1531 ela é referida como local de estadia de Claude de Bronseval na sua visita a Portugal. Assim, podemos assumir que terá sido construída por ordem do descendente de D. Nuno Manuel, D. Fradique Manuel. Túlio Espanca propõe que a torre tenha sido

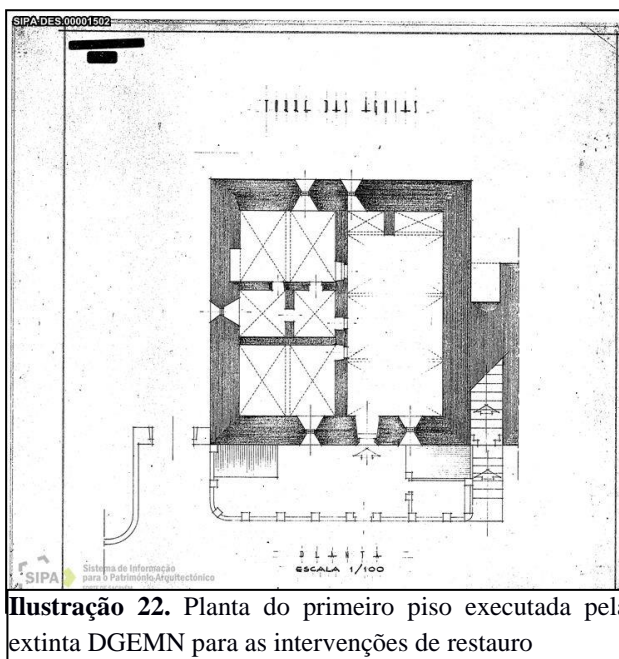


Ilustração 22. Planta do primeiro piso executada pela extinta DGEMN para as intervenções de restauro

destinada a repouso das frequentes caçadas na região²⁰⁴ e, de facto, é de supor que tenha sido usada como residência estival ou, pelo menos, temporária, uma vez que os proprietários quinhentistas possuíam também casa em Évora, que porventura seria a sua habitação permanente. Poderá ter servido também para controlo da propriedade envolvente, visto que está localizada num pequeno morro e, do seu topo, a vista alcança terras de Arraiolos e de Pavia, embora não tenhamos obtido nenhuma evidência desta função.

Em finais de século XVII e no século XVIII, a torre estaria inserida numa vasta área de terrenos de caça pertencentes aos condes da Atalaia, cuja origem estava na família dos Manuel²⁰⁵. Sobreviveu ao terramoto de 1755 apenas com uma fissura que foi imediatamente reparada, o que nos permite saber que nessa época a torre estaria ainda em uso, pelo menos, frequente para ter existido tal cuidado. Inclusivamente, nesta época, a vila onde se insere a torre teria ainda cinquenta habitantes²⁰⁶, pelo que estaria longe do abandono que ali hoje predomina. Sabe-se que em 1927 e até 1950 estava na família do conde de Fontalva, estando até hoje na posse de um habitante do concelho de Mora. Foi classificada como monumento nacional em 1910²⁰⁷ e, no final dos anos

²⁰³Espanca (1975), p. 427

²⁰⁴Ibid., p. 427

²⁰⁵O primeiro conde da Atalaia foi D. Francisco Manuel, bisneto de Nuno Manuel.

²⁰⁶ANTT, *Memórias Paroquiais*, Vol. 1, n.º 61, p. 421

²⁰⁷Decreto-lei de 16 de junho de 1910, publicado no *Diário do Governo* n.º 136, de 23 de junho de 1910

setenta, foram iniciadas obras com vista à recuperação das abóbadas (Ilustração 22²⁰⁸), que, por falta de verba, nunca chegaram a ser terminadas. Assim, a Torre das Águias tem vindo a sofrer um processo de degradação por abandono, o que provocou a perda de elementos de grande riqueza decorativa, como é o caso das ameias, hoje já quase inexistentes (Ilustração 23²⁰⁹), para além do crescente risco de abatimento da sua estrutura arquitetónica deveras expressiva. O estado de ruína prevalece hoje em dia muito avançado, correndo o risco de desmoronamento.

A cerca de trezentos metros, perto do casario envolvente, encontra-se a Ermida de São Sebastião que resulta da reconstrução seiscentista de um outro templo arruinado, que foi sede paroquial da



Ilustração 23. Antiga cortina de ameias no topo da Torre das Águias em 1953, hoje quase desaparecida

freguesia de Vila das Águias, o que se pode deprender da leitura das Memórias Paroquiais de 1758, onde é dito que albergava o *orago desta freguesia*, a estátua de São Pedro, que ainda hoje está na atual capela. Assim, a Torre das Águias constitui, à semelhança da Torre de Coelheiros, exemplo de uma torre senhorial construída no meio de uma pequena urbe, não havendo dúvidas de que a Vila das Águias era uma *vila* no sentido de povoação (e não de residência), já que vem referida nas mesmas Memórias Paroquiais como freguesia.

Este documento permitiu-nos também apurar que os condes da Atalaia habitaram a Torre das Águias, pelo menos até à segunda metade do século XVIII, época em que *hé palacio dos Excelentissimos Condes da Atalaya*²¹⁰, sendo também explicado que, então, não apresentava qualquer ruína. O mesmo texto vem também confirmar que *foy caza forte*²¹¹, supomos que referindo-se ao tempo em que estava isolada em vez de enquadrada no complexo de edifícios adjacentes e que lhe aligeiram a silhueta de torre.

²⁰⁸Planta consultada em:

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00002763 a 20/11/2018

²⁰⁹Fotografia consultada em

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00002763 a 20/11/2018

²¹⁰ANTT, *Memórias Paroquiais*, Vol. 1, n.º 61, p. 430

²¹¹ANTT, *Memórias Paroquiais*, Vol. 1, n.º 61, p. 430

Por fim, sabemos que nos anos trinta do século XX a torre estaria ainda relativamente bem conservada, mantendo-se a estrutura de todas as paredes²¹².

A Torre das Águias demonstra uma linguagem arquitetónica bastante enfática, tendo sido feita de raiz com o propósito de ser uma torre paçã isolada com a robustez que hoje ainda lhe podemos admirar, ao contrário do que indica Binney ao dizer que foi *adaptada a casa de habitação*²¹³. Túlio Espanca considera a Torre das Águias *uma das mais eloquentes ruínas da arquitetura civil portuguesa do tempo dos reis D. Manuel e D. João III*²¹⁴. Para José Custódio Vieira da Silva, ela representa o *último estádio da casa forte medieval, apresentando o desenvolvimento arrojado que nenhuma antes tentara*²¹⁵. Com efeito, a Torre das Águias mantém presente com igual peso os dois vetores essenciais da *domus fortis* medieval – habitação e fortificação – elevados a uma proporção nunca antes vista. Contém elementos decorativos e estruturas de conforto reveladoras de uma vivência de luxo, sem ainda assim abandonar a robustez defensiva e os elementos de fortificação capazes de manter firme a força heráldica do seu proprietário e a sua capacidade bélica, que ainda eram essenciais ao reconhecimento de uma nobre linhagem. Será por isso que esta *imponente mole de guerreiro aspecto*²¹⁶, como descreve Gabriel Pereira, é ostentada ainda no brasão de armas da freguesia de Brotas.

Torre do Esporão (concelho de Reguengos de Monsaraz)

Implantada a duzentos e dezoito metros de altitude, a Torre do Esporão encontra-se dominando a ancestral herdade sua homónima, hoje rodeada de uma vasta área de plantação de vinha (Anexo I, mapa 9). Composta de xisto e granito, tem planta retangular com cerca de dez metros por catorze de lado²¹⁷ e quinze metros de altura. À semelhança da Torre das Águias que, como acabámos de ver, aqui veio beber inspiração, estas são dimensões assinaláveis no contexto da *domus fortis* em Portugal. Está dividida em três pisos, tendo apenas algumas frestas de enxalço profundo no piso térreo, ao contrário dos sobrados que são rasgados por quatro janelas centradas nos

²¹²Pereira (1934), p. 377

²¹³Binney (1987), p. 86

²¹⁴Espanca (1975), p. 428

²¹⁵Silva (2002), p. 179

²¹⁶Pereira (1934), p. 376

²¹⁷Silva (2011), p. 10

pisos superiores (Ilustração 24²¹⁸). O seu interior é coberto por abóbada de aresta de dois tramos, subsistindo ainda a lareira primitiva no segundo piso. A entrada faz-se por uma escada de dois lances (acrescentada em época posterior) que abraça a torre nas fachadas sudoeste e sudeste, culminando num vão de porta de acesso ao primeiro andar²¹⁹.



Ilustração 24. Vista exterior da Torre do Esporão

A antiguidade da herdade do Esporão vai, pelo menos, até 1267, época em que pertencia ao bispo de Évora Soeiro Rodrigues, tendo já definidos nesta altura os seus limites. Neste período terá passado para a posse do grande proprietário João Peres de Aboim²²⁰, conselheiro de D. Afonso III, também conhecido como D. João de Portel devido ao vasto senhorio que aí detinha. Seguiu na posse da sua descendência, tendo a sua trineta D. Teresa Anes da Fonseca, casada com Fernão Lopes Lobo, de Alvito, fundado no ano de 1427 o morgado do Esporão. Terá sido o seu genro, Álvaro Mendes de Vasconcelos, segundo morgado do Esporão, que, ao instalar-se definitivamente no termo de Évora, teve a iniciativa da construção da torre, terminada já no tempo do seu descendente João Mendes de Vasconcelos²²¹. Assim, podemos supor que a torre foi iniciada entre 1457, data em que Álvaro Mendes recebeu o morgado, e 1490, data da

²¹⁸Fotografia consultada em <http://epicur.pt/esporario-passado-presente-e-futuro/> a 20/11/2018

²¹⁹Apresentamos mais fotografias da torre no anexo II, registo 9

²²⁰Para um conhecimento mais aprofundado acerca de D. João de Aboim, consultar o *Livro dos Bens de D. João de Portel*, publicado por Pedro A. de Azevedo (constante da bibliografia deste trabalho), e a separata da Revista de História Económica e Social, nº 18, de Leontina Ventura (1986), com o título *João Peres de Aboim : da terra da Nóbrega à Corte de Afonso III*. Da mesma autora, recomendamos também a sua tese de doutoramento com o título *A Nobreza de Corte de Afonso III*, 2 vol., apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 1992

²²¹Espanca (1978), p. 346

sua morte²²². Foi sempre passando pelas mãos de importantes fidalgos, nomeadamente de Álvaro Mendes de Vasconcelos, que introduziu em Portugal a bula da Inquisição, e João Mendes de Vasconcelos, que foi conselheiro de D. Sebastião e do Cardeal D. Henrique. A partir do século XVII, o morgado passou a estar associado à família dos Lencastre, até 1857, época de extinção do morgadio, de que era proprietário Venâncio Pinto da Rocha Ceia Trigueiros, primeiro conde de Porto de Mós. Passou então a torre para Francisco Tavares de Almeida Proença, que a transmitiu à sua filha, a condessa de Alcáçovas, e depois ao seu neto, Luís Henriques Pereira de Saldanha e Lencastre, quinto conde de Alcáçovas. Fizeram, estes últimos, obras de modernização que, segundo Túlio Espanca, adulteraram significativamente a estrutura original. Em 1973, a herdade foi finalmente vendida pelo atrás referido Luís Henriques à Sociedade Industrial e Agrícola Finagra, de Lisboa, tendo, mais tarde, pertencido a uma cooperativa criada no contexto da Reforma Agrária²²³. A mesma sociedade promoveu a reabilitação da Torre do Esporão com parecer de José Custódio Vieira da Silva e projeto do arquiteto Francisco Manuel Azevedo e Quintanilha, obra em que foi recuperada a cortina de ameias chanfradas então desaparecida e eliminados os edifícios adjacentes, para além da intervenção levada a cabo com vista à conservação de toda estrutura.

A Herdade do Esporão sempre esteve na posse dos mais prestigiados fidalgos do Alentejo. Começando no bispo de Évora, passando pelo grande nobre fundiário João de Portel, pelo presumível construtor da torre, Álvaro Mendes de Vasconcelos, cavaleiro da Casa de Bragança, e pelo seu filho D. João Mendes que ostenta também o prestígio e o poder social desta linhagem no panteão familiar que mandou construir na sé de Évora²²⁴. À semelhança do que verificámos na Amoreira da Torre, atualmente a Torre do Esporão mantém a sua função prestigiante ao constituir o logotipo de uma importante marca de vinhos de produção local.

Segundo José Custódio Vieira da Silva, esta associação a altos estratos sociais coloca a Torre do Esporão no mesmo patamar da Torre das Águias, já que também o construtor desta última, Fradique Manuel, se encontrava numa situação de ascensão social assinalável, tendo construído ambos os proprietários estas torres para efeito de afirmação social num momento chave do enobrecimento das suas linhagens²²⁵. Como vimos, o mesmo autor defende ainda que a Torre do Esporão terá sido iniciadora de um

²²²Silva (2011), p. 9

²²³Espanca (1978), p. 345

²²⁴Silva, op. cit., p. 10

²²⁵Ibid.

novo modelo de *domus fortis* ampliado, seguido não só na construção da Torre das Águias, mas também na Torre do Carvalhal, como referimos, o que é visível sobretudo na robustez do seu aspeto exterior e na amplitude das suas dependências, que revelam as novas exigências de luxo e comodidade do fim da Idade Média.

Torre das Vidigueiras (concelho de Reguengos de Monsaraz)

No concelho de Reguengos de Monsaraz, está uma casa forte que terá sido construída no local onde Álvaro Mendes de Vasconcelos, segundo morgado do Esporão, instituiu morgadio, pouco antes da sua morte, para o seu filho secundogénito Diogo Mendes de Vasconcelos²²⁶.

Esta torre, implantada a duzentos metros de altitude, tem planta quadrada de sete metros de lado e aproximadamente onze metros de altura (Ilustração 25). Tem três pisos e cortina de ameias quadrangulares cobertas por uma placa de xisto e revestidas em grossa alvenaria com troneiras cruciformes (Ilustração 26), cunhais em

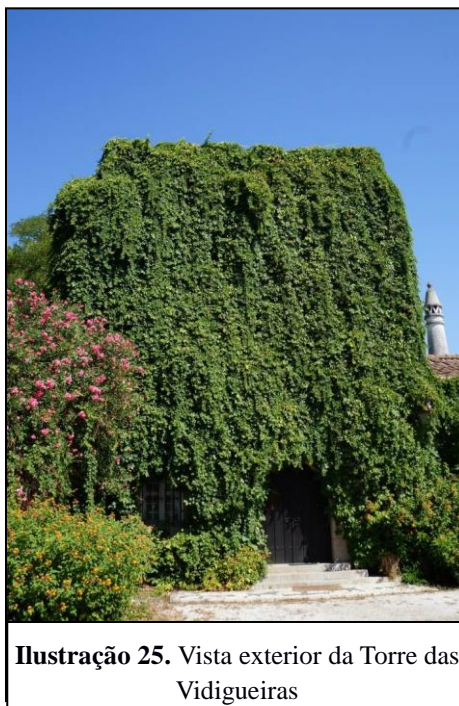


Ilustração 25. Vista exterior da Torre das Vidigueiras

granito e rasgamentos neo-góticos resultantes da atualização oitocentista²²⁷. O interior encontra-se dividido em várias dependências e tem uma escadaria de madeira a fazer a ligação entre os pisos, já de renovação recente.

²²⁶Espanca (1978), p. 348

²²⁷Espanca, op. cit., p. 349

Logo após a instituição do morgado, o cavaleiro de D. João II, Diogo Gil Magro, injuriou D. Álvaro, estando já este enfraquecido pela idade. Temeroso da vingança, D. Diogo refugiou-se no castelo de Arraiolos, onde acabou por ser morto num assalto levado a cabo pelos filhos de D. Álvaro, João e Diogo Mendes de Vasconcelos, em ato de retaliação. Como consequência de terem morto um membro da cavalaria do rei, ambos tiveram de se refugiar em Sevilha, de onde regressaram apenas com o

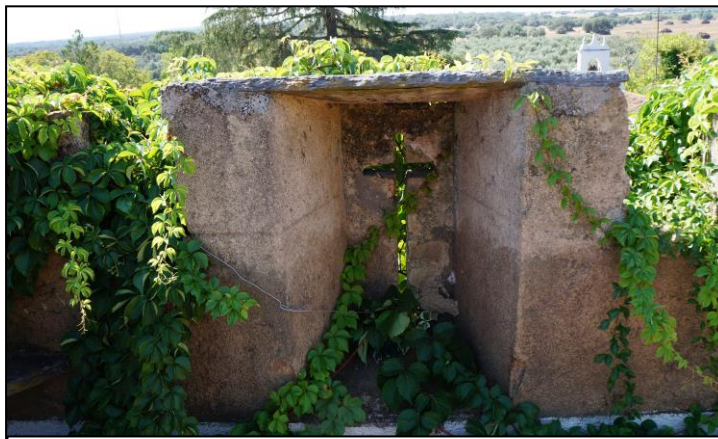


Ilustração 26. Pormenor das ameias com troneira cruciforme

perdão de D. Manuel I, em 1498²²⁸. Segundo Túlio Espanca, a Torre das Vidigueiras terá sido construída por D. Diogo Mendes de Vasconcelos, no início do século XVI, após o seu regresso de Espanha. Sabemos que, em 1534, pertencia ao seu filho, D. João Mendes de Vasconcelos, e depois ao seu neto, Manuel de Vasconcelos. Continuando na mesma sucessão, D. Antónia de Vasconcelos, neta do anterior, casou com Tristão da Cunha e Melo, primeiro conde de Povolide, que tinha lugar no Conselho da Coroa, ficando o morgado, a partir de inícios do século XVIII, associado à alta nobreza da corte. Através dos privilégios atribuídos a esta linhagem, passou, em 1619, a ser comenda da Ordem de Cristo²²⁹, tendo permanecido, até ao século XVIII, na posse dos condes de Povolide²³⁰, cujos bens passaram então para os condes de Valadares. Desde o período medieval até ao século XIX, foi sede de paróquia da extinta freguesia de Nossa Senhora das Neves, orago da capela construída perto da torre. Em inícios do século XX, terá ali vivido o poeta António de Macedo Papança, onde, como nos conta Túlio Espanca, terá escrito a sua obra *Musa Alentejana*. Nos anos cinquenta do século XX, foram feitas obras de remodelação na casa e no jardim por iniciativa do seu então proprietário Cayola Bastos, com autoria do arquiteto paisagista Francisco Caldeira Cabral²³¹.

²²⁸Freire (1973), p. 386

²²⁹ANTT, PRQ/RMZ08 Paróquia de Vidigueiras 1605/1834, Livro 1, Caixa 1, consultado em <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1002738>, a 14 de Setembro de 2018

²³⁰Ramos (2012), p. 6

²³¹Ficha de inventário publicada em:

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2744, consultada a 14 de Setembro de 2018

Segundo uma tradição não documentada, a torre terá sido construída em 1276 como posto de vigia do castelo templário de Monsaraz, perfeitamente visível do topo da torre. No seguimento desta ideia, as troneiras cruciformes, que Túlio Espanca atribui ao século XIX, teriam sido antes feitas em período medieval, representando uma característica da arquitetura militar da ordem do Templo, o mesmo se aplicando à capela, também encomendada pela mesma ordem.

Torre de Cabedal e Pomar d'El Rei (concelho de Vila Viçosa)

As propriedades de Torre de Cabedal e Pomar d'El Rei estão localizados no concelho de Vila Viçosa, a cerca de cinco quilómetros da povoação de Ciladas e a quatrocentos metros do limite com o concelho de Elvas (Anexo I, mapa 10). São acessíveis pela estrada que liga São Romão a Elvas. Encontram-se distantes uma da outra em cerca de mil e duzentos metros, separando-as a ribeira de Chinchas: a primeira possui terrenos de pasto e a segunda de plantação de vinha. Reservamos para as duas propriedades o mesmo capítulo pela sua excecional proximidade e, sobretudo, por terem feito parte do mesmo sistema territorial desde a época romana até à Idade Média.



Ilustração 27. Exterior de Torre do Cabedal

A Torre do Cabedal encontra-se a trezentos e dezanove metros de altitude, no ponto mais destacado de uma herdade com trezentos e cinquenta hectares de área, e é bem visível da estrada. Compõe-se de uma casa forte rodeada de pequenas unidades de alojamento arruinadas (Ilustração 27) e campos que terão sido de olival, vinha e cereais. A torre, anteriormente coroada por ameias quadrangulares, tem três pisos, planta quadrada com cerca de sete metros de lado e dez metros de altura²³². Cada piso conta

²³²Espanca (1975), p. 779

apenas com uma divisão abobadada e a ligação entre elas deve ter sido feita, tal como as demais casas fortes alentejanas, por uma escada interna rematada por um coruchéu cónico²³³ da qual não restam vestígios. Ao nível do piso térreo encontra-se um vão de porta de lintel reto na fachada oeste e, no seu interior, apesar do avançado estado de ruína, é ainda possível ver as abóbadas de aresta que sustentam os tetos dos três pisos e uma lareira em tijolo provavelmente feita já no século XX. No piso nobre, é visível na fachada norte o elemento decorativo de maior notoriedade: um antigo balcão com repisa em ardósia e vão em arco canopial lavrado no reboco (Ilustração 28). Em redor da torre, um conjunto de pequenas casas térreas formava uma pequena unidade de alojamento de trabalhadores e edifícios de arrumos, hoje seriamente arruinados, embora seja possível identificar características de arquitetura vernacular²³⁴.

As herdades da Torre de Cabedal e Pomar d'El Rei encontram-se no local de uma antiga *villa* romana, como o atestam os mosaicos policromados de balneário ali encontrados²³⁵, e terá pertencido ao alcaide de Elvas na época islâmica. No tempo de D. Afonso

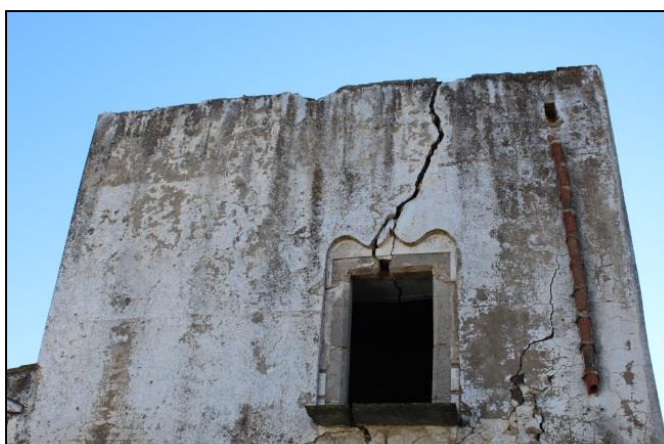


Ilustração 28. Vão lavrado no reboco com repisa em ardósia

III, a Torre de Cabedal e o Pomar d'El Rei faziam parte dos terrenos da Coroa e eram conhecidos como *Reguengo da Maya* (ou *Magya*, ou *Marija*) *Cabedal*. O monarca terá concedido direito de sesmarias do local ao lavrador Diogo Egas, ainda antes do foral de Vila Viçosa, em 1270, tendo passado em 1281 para Vicente Pires, em 1372 para o alcaide-mor de Olivença, Fernando Godim, e finalmente, em 1425, para a sua sobrinha, casada com Gil Fernandes, conquistador de Ceuta e vassalo de D. João I. Mais tarde, em 1464, passou a fazer parte dos bens de Mem Rodrigues de Vasconcelos, por carta régia de D. Afonso V, tendo passado depois para a viúva de João Roiz Pessanha que, por sua vez, a doou, segundo a carta de D. Afonso V²³⁶, ao seu filho Manuel Pessanha em 1472, alcaide-mor de Vila Boim. No tempo de D. Manuel, pertencia a Ambrósio Pessanha,

²³³Espanca (1975), p. 779

²³⁴Apresentamos mais fotografias da torre no anexo II, registo 10

²³⁵Estes mosaicos encontram-se actualmente nas reservas do Museu Arqueológico de Elvas

²³⁶Salgueiro (2017), pp. 33-35

descendente do anterior. Apenas se sabe que, na centúria de seiscentos, era de D. Inês da Ponte Pegado e que, em 1767, estaria na posse de Francisco de Azevedo e Vasconcelos. No século XIX, passou para a casa agrícola Eugénia da Costa, de Elvas, estando a partir de 1997 arrendada a António Manuel Cacheirinha, de Vila Boim²³⁷.

Quanto à propriedade de Pomar d'El Rei, esta faria parte da necrópole da villa romana coincidente com o lugar da Torre de Cabedal. Terá tido uma casa forte de doze metros de altura envolvida em casario²³⁸, implantada a trezentos e quarenta metros de altitude, à semelhança da Torre de Cabedal. Tinha ao lado a ermida seiscentista de São Paio, existente ainda hoje²³⁹. A posse da herdade foi confirmada a Manuel Pessanha nas seguintes datas: setembro de 1475 (reinado de D. Afonso V), 4 de junho de 1482 (reinado de D. João II), 5 de outubro de 1496 (reinado de D. Manuel I) e 30 de junho de 1510 (reinado de D. Manuel I)²⁴⁰. A falta de dados documentais não nos permite, contudo, adiantar um período de construção mas sabemos que pertenceu a esta linhagem até 1875 e, pouco mais tarde, foi comprada por Januário António Pires. Uma notícia de 1881 do jornal *O Elvense* citada por Tiago Salgueiro sobre uma visita à propriedade faz-nos saber que os Pessanha tinham tido ali uma nobre morada em forma de torre que, segundo a referida notícia, dataria dos séculos XIV ou XV²⁴¹; contudo, este achado sugere que, à época desta notícia, a casa forte de Pomar d'El Rei se encontrasse arruinada, pelo menos parcialmente, já que o autor do testemunho refere que nela encontrou o fragmento de um túmulo romano. De facto, é expectável que estivesse, pelo menos, abandonada, já que ambas as propriedades de Torre de Cabedal e Pomar d'El Rei pertenciam ao mesmo titular. Esta torre foi demolida em 1950²⁴², sendo a propriedade hoje explorada para produção vinícola por Maria de Belén Uriz Lopez.

No que refere à Torre de Cabedal, segundo Tiago Salgueiro, o seu topónimo de origem *Magya Cabedal* é o aportuguesamento de *Al-Mari'yah Abdallah*, sendo *Abdallah* o significado de *servo de Deus*, designação comumente utilizada como título

²³⁷Salgueiro (2017), pp. 39-40

²³⁸Espanca (1975), p. 779

²³⁹Ibid.

²⁴⁰Salgueiro, op. cit., p. 62

²⁴¹*O solar que nele tinham os Pessanhas, em cuja posse estiveram até há seis anos, é uma torre de grandes dimensões, cujo primeiro pavimento deve ter sido construção mourisca e o restante, dos fins do século XIV ou princípios do século XV. Achámos n'ella o fragmento de uma campa romana, que o Sr. Januário obsequiosamente nos cedeu para enviarmos à secção arqueológica da Bibliotheca (...) Jornal O Elvense, de 5 de junho de 1881, cit. por Salgueiro, op. cit., p. 60-61*

²⁴²Espanca, op. cit., p. 779

dos alcaides islâmicos²⁴³ e como nome próprio. Será por isso que, na carta de aforamento de D. Dinis a Vicente Pires, de 1281, o rei se refere ao local como antiga pertença dos alcaides mouriscos de Elvas. Contudo, importa também ter em conta que o substantivo *cabedal* significa *conjunto de coisas de valor*²⁴⁴, remetendo-nos automaticamente para a questão da torre como elemento assinalante de posse territorial, que validava a sua *existência legal e definitiva*²⁴⁵ através da consagração da imunidade e da pertença de uma propriedade em relação ao seu titular explorador.

Sendo já bastante peculiar a existência de duas torres tão próximas uma da outra, surge ainda notícia de uma terceira torre numa carta de Lerenó Antunes, um dos rendeiros da herdade, a Leite de Vasconcelos, de 10 de fevereiro de 1926, que nos diz que *o monte da Torre de Cabedal tem uma torre muito antiga cuja época não sei determinar, e que bastante perto existem mais duas*²⁴⁶, sem, no entanto, deixar mais indicadores que nos permitam levantar qualquer hipótese plausível. A carta de doação a Manuel Pessanha apenas nos permite tirar ilações certas acerca de Pomar d’El Rei, já que apenas esse nome é referido. Contudo, visto que ambas as herdades tinham sido um reguengo, é aceitável que se referisse ao seu conjunto. Por outro lado, a Torre de Pomar d’El Rei encontra-se demasiado perto da Torre de Cabedal para serem ambas construídas pelo mesmo proprietário – porventura Manuel Pessanha, como propõe Túlio Espanca.

A Torre de Cabedal e a desaparecida torre de Pomar d’El Rei são um caso enigmático de duas torres implantadas à curta distância de pouco mais de um quilómetro, o que é equiparável ao que assinalámos nas torres do Monte de São Caetano. Não obstante tenha sido levado a cabo por Tiago Salgueiro um estudo bastante completo acerca deste conjunto, que serviu de fonte ao nosso trabalho, será necessária uma pesquisa documental e arqueológica bastante exaustiva para conseguir chegar a conclusões mais certeiras.

Torre de Palma (concelho de Monforte)

A Torre de Palma ergue-se hoje perto da vila de Monforte, no coração de uma propriedade de plantação de vinha, enquadrada num faustoso conjunto de edifícios hoteleiros (Anexo I, mapa 11). De planta retangular, tem cerca de oito metros por nove

²⁴³Salgueiro (2017), p. 35

²⁴⁴Lello (1986), p. 407

²⁴⁵Silva (2002), p. 59

²⁴⁶Salgueiro, op. cit., pp. 51-52

de lado e desenvolve-se hoje em quatro pisos coroados por uma cortina de ameias quadrangulares. No centro do interior da torre, a ligar o primeiro piso ao terraço, está uma escada helicoidal que termina numa torrela cilíndrica a nível do terraço e, nos cunhais, surgem projetando-se para o exterior quatro guaritas (Ilustração 29) que, a par com a disposição das janelas centradas, parece aspirar ao discurso arquitetónico da Torre de Belém²⁴⁷.

A herdade da Torre de Palma pertenceu a uma família romana com o nome de Basílii de cuja época datam os assinaláveis mosaicos romanos ali encontrados. Em 1277, pertencia à Ordem Militar de Avis²⁴⁸ e, em 1338, passou para o filho ilegítimo de D. Dinis, Pedro Afonso, que a recebeu por iniciativa do irmão D. Afonso IV. D. João I coutou a herdade a Fernão Vasques Sequeira em 1431, e, em 1496, D. Manuel cedeu a mesma autorização a D. Isabel Monroy²⁴⁹. O mesmo fez D. Filipe III a Lopo Vaz de

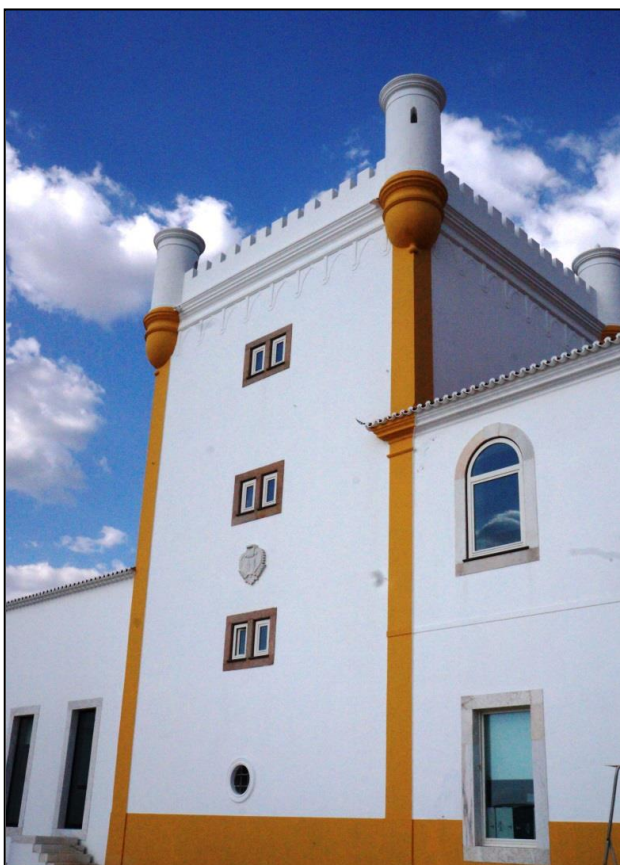


Ilustração 29. Vista exterior da Torre de Palma

Sequeira, em cuja família terá permanecido até ter voltado à Coroa em 1722, por falta de herdeiros, época em que foi entregue aos Mendonça Corte Real²⁵⁰. Manteve-se sob a égide da monarquia portuguesa até 1863, ano em que foi vendida a Jacinto da Silva Falcão, um abastado comerciante de Lisboa. Atualmente pertence aos responsáveis pela grande obra de remodelação levada a cabo em 2014 que transformou a herdade numa unidade hoteleira. Esta renovação manteve os paramentos exteriores da torre, tendo sido reorganizado apenas o seu interior e a sua imagem aparece hoje rotulada nas

²⁴⁷ Apresentamos mais fotografias da torre no anexo II, registo 11

²⁴⁸ ANTT, Carta de venda de uma propriedade em Palma, termo de Cabeço de Vide, feita por Aires Martins e sua mulher Sancha Pires ao Mestre Simão Soares, Ordem de Avis, mç 2, nº 139

²⁴⁹ Ficha de inventário publicada em:

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=28646, consultada a 14 de Setembro de 2018

²⁵⁰ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 38, nº 5, pp. 29 a 31

garrafas da produção vinícola da herdade, também com o nome de Torre de Palma. É assim a quarta torre que analisamos no Alentejo a ser utilizada como imagem de marca.

Desconhecemos os iniciais construtores da casa forte, embora o contexto histórico que acabámos de referir aponte para um Sequeira em finais do século XV, ou inícios do XVI, sem que tenhamos encontrado documentação que sustente esta suposição. Sabemos, contudo, que estes elementos estavam ainda intactos antes da recente remodelação. Para além disso, nas Memórias Paroquiais de 1758, ficamos a



Ilustração 30. Torre cilíndrica no topo da torre para acesso à escadaria helicoidal

saber que «he esta Torre de altura setenta palmos = he quadrada servelhe [sic] de cuberta hum Torre Serrada, a maneira de hum zimbório = Tem tres andares de janelas e em sima ha hum passadico que pello mesmo se sirculla o zimbório, e se avistam muitas terras»²⁵¹, o que nos faz crer que já existiria a torrela cilíndrica ao centro do terraço a servir de cobertura à escadaria helicoidal que, portanto, também estaria naquele local. Este é um elemento bastante original que remete para uma época diferente da que temos vindo a verificar noutras torres, onde maioritariamente encontramos o

tradicional coruchéu cónico de gosto manuelino. Por outro lado, este excerto sugere que as quatro guaritas dos ângulos não teriam ainda sido feitas, uma vez que não foram incluídas nesta tão detalhada descrição. Há que ter em conta que o seu atual aspeto denota traços de arquitetura romântica de oitocentos, bem patentes nas pequenas guaritas projetadas dos ângulos da torre que, ao sugerir um revivalismo da Torre de Belém, nos remete também para o mesmo fenómeno levado a cabo por D. Fernando II no Palácio da Pena.

A Torre de Palma esconde ainda uma grande parte da sua história. Porém, as suas características de implantação e a sua arquitetura denunciam-na como um claro exemplar de casa forte, cuja função prestigiante se manteve através da sua modernização ao gosto das novas modas do romantismo oitocentista, e, recentemente, nas obras de adaptação à hotelaria. Estas adaptações atestam bem a simbólica social das casas fortes através dos tempos, para além de deixarem patente que a representação da

²⁵¹ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 38, nº 5, pp. 29 a 31

Idade Média, feita pela figuração da torre, ainda nos serve como um referencial de antiguidade e, conseqüentemente, de prestígio.

Torre dos Cantarinhos (concelho de Portalegre)

A nordeste de Portalegre, na antiga Pena de São Tomé²⁵² localizada no cimo da Serra de São Mamede, a seiscentos e setenta e três metros de altitude, encontramos a herdade dos Cantarinhos (Anexo I, mapa 12), que tem no coração dos seus terrenos uma faustosa residência que parece ter tido origem numa torre senhorial, hoje desabitada mas ainda intacta.

Esta torre encontra-se integrada num conjunto habitacional construído a



Ilustração 30. Vista exterior da Torre dos Cantarinhos

partir dos seus paramentos sul e oeste, de onde partem duas alas de dois andares, unidas por uma terceira, de modo a formar um pátio interior. Os acessos a estas alas fazem-se por portais graníticos de feição maneirista, que nos indiciam ser de época seiscentista, o que seria bastante expectável, avaliando pelos pavilhões anexos à maior parte das *domus fortis* alentejanas, também dessa época. A torre é hoje acessível pelos primeiros andares das alas construídas a sul e ocidente, e está arquitetonicamente agregada ao conjunto, pintada de branco, como os restantes edifícios, e desprovida de ameias, embora não deixe de ser um volume que se destaca acima dos telhados (Ilustração 30). Apesar de ser composta apenas por dois pisos, ergue-se a catorze metros de altura, sobre

²⁵²Sotto Maior (1984), p. 55

uma base de planta quadrada com oito metros de lado. Saliente-se, porém, que a fachada Este apresenta uma fileira de quatro mísulas onde provavelmente terá assentado um balcão, o que poderia evidenciar a anterior existência de um terceiro piso ou de um balcão inspirado no do terraço da Torre de Coelheiros. O rés-do-chão é acessível por uma porta recente e hoje utilizado apenas para arrumos. O primeiro andar, de alto pé direito, apresenta uma janela com conversadeiras, uma porta janela, duas portas de acesso às alas adjacentes e uma porta estreita de acesso à escadaria helicoidal. O teto é coberto por uma abóbada estrelada profusamente decorada com fechos de motivos florais, cordas, folhas de acanto e o brasão dos Sosas de Arronches no centro do conjunto (Ilustração 31). A torre é hoje rematada por um terraço coberto por asfalto e desprovido de parapeito, contornando-o apenas um gradeamento de ferro.

No exterior das fachadas, assinalamos dois vãos de ornamentação manuelina em granito bastante degradado: um na fachada Este em duplo arco com duas arquivoltas de bases em decoração manuelina de cordas e cestaria (Ilustração 32); o outro na fachada Norte, esculpido em quatro lóbulos, na parte de cima, e emoldurado com motivos de bolas da mesma corrente decorativa. No



Ilustração 31. Decoração da abóbada do primeiro andar da torre

paramento norte, bem visível do exterior, surge adossada uma torre cilíndrica onde se insere uma escadaria helicoidal que hoje apenas liga o primeiro andar ao terraço, embora aparentemente se trate de uma construção mais recente²⁵³. Recordamos que este modo de colocação da escadaria se observa também na Torre do Carvalhal e na Torre da Giesteira, embora, infelizmente, não saibamos se são construções anteriores ou posteriores à Torre dos Cantarinhos.

²⁵³Apresentamos mais fotografias da torre no anexo II, registo 12



Ilustração 32. Vão com dois arcos de volta perfeita geminados

Ilustração 33. Janela do palácio de D. Nuno de Sousa na Rua Azevedo Coutinho

Infelizmente, a história desta quinta não está esclarecida o suficiente para que conheçamos o proprietário que mandou construir a torre. Porém, o duplo arco do vão Este poderá ter alguma ligação a uma casa apalaçada existente da Rua Azevedo Coutinho, no centro de Portalegre, que exhibe igualmente um vão em arcos geminados de exuberante decoração manuelina, feito por iniciativa de D. Nuno de Sousa Tavares em 1538²⁵⁴. A da Torre dos Cantarinhos, de ornamentação mais simplificada, apresenta o mesmo número de arquivoltas e parece ter tido, inclusivamente um mainel idêntico ao da casa de D. Nuno, o que é sugerido pela superfície plana na junção dos dois arcos (Ilustrações 32 e 33). Claro está que estes são elementos também caracterizadores de uma tendência artística generalizada em diversas construções quinhentistas do Alentejo; porém, os brasões que exibem as duas casas poderão indiciar alguma ligação mais evidente. O brasão que figura na casa em Portalegre é o dos Sousa Tavares e Silva, que remete ao primeiro marquês de Arronches, Henrique de Sousa Tavares e Silva, o primeiro a usar os três apelidos, já no século XVII²⁵⁵, o que pode sugerir que este brasão não coincida com a data da inscrição. Por outro lado, o brasão dos Sosas de Arronches²⁵⁶, que está representado na Torre dos Cantarinhos, era já utilizado em inícios

²⁵⁴Pereira (1988), p. 31. No tímpano da janela, onde se encontra o escudo está epigrafado “Nuno de Sousa 1538 se fez”.

²⁵⁵Freire (1973), vol. I, p. 290. O capítulo dedicado aos Sosas na obra *Brasões da Sala de Sintra* não revela nenhum antecessor de Henrique de Sousa Tavares e Silva. Contudo, ressaltamos a necessidade de um estudo aprofundado no âmbito da heráldica para obter uma conclusão mais verosímil.

²⁵⁶Os Sosas de Arronches constituem uma ramificação da linhagem dos antigos Sossões, resultado do casamento de Maria Pais de Sousa com Afonso Dinis, que era filho ilegítimo de D. Afonso III, motivo pelo qual os Sosas de Arronches esquarteraram o seu brasão para nele incluir o escudo da família real portuguesa (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* [s/d], vol. 29, Lisboa: Editorial Enciclopédia,

do XVI, ou não fosse esse mesmo a figurar em representação dos Sousas na abóbada manuelina da Sala dos Brasões do paço da Vila em Sintra²⁵⁷. Contudo, seria necessário um estudo mais aprofundado desta torre e da casa de Portalegre, assim como do percurso heráldico dos Sousas²⁵⁸, para provar ou contrariar a possibilidade de as duas terem sido obra de D. Nuno de Sousa.

Assim, sem realmente poder chegar a nenhuma conclusão definitiva, devemos assumir que esta torre foi, como as demais *domus fortis*, um símbolo de prestígio linhagístico, não só pela própria presença da torre mas ainda pela existência do brasão como insígnia do proprietário. De qualquer forma, é bastante visível a influência decorativa do manuelino regional, bem patente noutros exemplos, como o paço manuelino em Évora, a janela geminada da casa atribuída ao cronista Garcia de Resende (Rua do Cenáculo, nº 29); também em Estremoz, no edifício da Câmara Municipal (onde consta igualmente uma janela geminada com duas arquivoltas); no núcleo intramuros de Monsaraz, figura também uma janela do mesmo semblante na casa do Juiz de Fora; e sem esquecer a própria Torre da Giesteira, que antes referimos, também ela com um vão de estrutura muito parecida. Estes exemplos, todos eles de construção ou remodelação do final de quatrocentos e início de quinhentos, permitem-nos, pelo menos, indicar uma baliza cronológica para a construção da janela da Torre dos Cantarinhos, o mesmo se podendo dizer do teto do primeiro piso, cujo abobadamento em muito se aproxima do da sala do Capítulo do Convento dos Lóios de Évora, nomeadamente a nível do esquema de nervuras e das respetivas chaves, com decoração vegetalista e heráldica de contornos muito semelhantes, o que vem confirmar, não só a cronologia construtiva da Torre dos Cantarinhos, mas também a sua inserção numa tendência artística generalizada na construção de aparato da região alentejana.

No *Tratado da Cidade de Portalegre*, que escreveu em 1616 o capelão Diogo Sotto Maior para oferecer ao bispo de Portalegre D. Rodrigo da Cunha, vem referida a Quinta dos Cantarinhos como antiga propriedade do abastado fidalgo Manuel de Sousa,

p. 753)

²⁵⁷Freire, (1973), vol. I, fig. 9

²⁵⁸Acerca da heráldica dos Sousas Chichorros e dos Sousas de Arronches, chamamos a atenção para o artigo de Miguel Metelo de Seixas e João Bernardo Galvão-Telles (2012) intitulado «Sousas *Chichorros* e Sousas de *Arronches*: um enigma heráldico», ressaltando, contudo, que se trata de um estudo focado na simbologia dos brasões

onde inclusivamente alguns membros da família real terão passado períodos estivais²⁵⁹. O capelão afirma que o edifício da quinta estava, no seu tempo, arruinado; contudo, acrescenta que se recorda ainda do bispo D. Amador aí ter passado um verão, motivo pelo qual cremos que não pudesse estar literalmente em ruína, mas porventura pouco cuidada.

Escreve Diogo Sotto Maior, em 1616, que «chegou el-rei a mandar dizer ao senhor dela, que era Manoel de Sousa, que não fizesse mais obra nela, porque compitia ou quasi levava vantagem a algumas que os reis tinham feito»²⁶⁰, o que, para além de revelar a grandeza desta quinta, nos remete também para a ideia da *domus fortis* minhota, na medida em que, apesar de já não constituir uma ameaça à autoridade régia, o fausto desta torre continua a ser, em pleno século XVII, um fator de concorrência social capaz de fazer frente ao próprio rei.

Com as Memórias Paroquiais de 1758, ficamos a saber que o seu proprietário em meados do século XVIII era D. Pedro Henrique de Bragança, primo de D. João V e primeiro duque de Lafões²⁶¹, que a terá porventura herdado dos Sousas de Arronches, seus antepassados, cujo brasão figura na abóbada da torre. Sabe-se ainda que, no último terço do século XIX, a quinta estava arrendada a António Gonçalves Ramalho para produção de cortiça²⁶², mas mais nada conseguimos apurar desde essa época até aos dias de hoje. Atualmente, toda a casa está desabitada, incluindo a torre; contudo, a sua estrutura arquitetónica e decorativa apresenta uma firmeza assinalável e um estado de conservação bastante bom.

Tendo em consideração estes indicadores cronológicos e na falta de documentação oficial, podemos fundamentar-nos nas armas dos Sousas de Arronches²⁶³ exibidas no fecho da abóbada da torre, para supor que a torre terá sido iniciativa desta linhagem, já que aparentemente se manteve na sua posse até, pelo menos, à época da criação do ducado de Lafões. A decoração manuelina das janelas e abóbadas, porém, poderá ser um forte indicador da sua data de construção, que atribuímos ao fim do

²⁵⁹Sotto Maior (1984), p. 55

²⁶⁰Ibid., p. 56

²⁶¹«Quanto às famílias ilustres que tiveram a sua origem nesta Cidade não só são os Tavares, e Gomides de quem procedem os senhores de villa verde, e os siqueyras senhores da Torre de Palma, mais muytas outras cazas ilustres do Reyno do que he muyto evidente conjectura por serem poucas as cazas ilustres que não tenham fazendas nesta cidade [de Portalegre], ou seu termo, como o Excellentissimo Duque de Lafons a quinta dos cantarinhos, e outras fazendas (...)» in ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 9, mem. 223

²⁶²Segundo escritura de arrendamento disponível em <http://arqrob.cm-portalegre.pt/objectoList.aspx?idMaster=232>, consultada a 15 de Setembro de 2018.

²⁶³Freire (1973), p.282

século XV ou à primeira metade do XVI, época de que datam também as torres das Águias, do Carvalhal, da Giesteira, que apresentam motivos ornamentais dentro da mesma tendência artística.

Considerações gerais sobre as casas fortes alentejanas

Como verificámos nos casos acima estudados, as casas fortes alentejanas eram encomendadas por membros de uma nobreza próxima do rei, o que as torna num exemplo ilustrativo das grandes mudanças que ocorriam na política senhorial portuguesa de finais da Idade Média. Ao contrário da *domus fortis* setentrional, as torres alentejanas não eram feitas para desafiar a autoridade do rei, pelo contrário, já não carecem da sua autorização para serem feitas precisamente por não significarem uma ameaça. São muitas vezes construídas na sequência de doações feitas pela coroa, o que atesta também uma dependência por parte destes fidalgos em relação ao rei de quem provinha grande parte dos privilégios que podiam obter. Na maior parte das vezes, estas torres foram construídas pouco depois da constituição de um morgadio (como no caso da Camoeira, do Carvalhal e de Coelheiros), de uma aquisição (no caso da Torre das Águias) ou do recebimento de uma carta de couto (no caso da Amoreira da Torre), servindo o propósito de assinalar um novo proprietário e o seu prestígio social.

Como afirma José Custódio Vieira da Silva, nos séculos XV e XVI, o Alentejo *adquire uma importância inusitada no espaço político português: para ele passa, após 1383-85, o pólo da independência que antes estivera no Norte*²⁶⁴, o que no fundo está na base desta transição de conceitos de norte para sul. Como vimos, a casa forte do Entre Douro e Minho constitui uma adaptação do significado material e simbólico da torre de menagem. Por sua vez, a casa forte alentejana é uma evolução da casa forte minhota: conserva a forma vertical e castelar de torre, que se mantém essencial do ponto de vista formal e simbólico, mas adota uma versão artisticamente modernizada e adaptada a novas exigências de conforto, embora continue a exhibir elementos defensivos, como as ameias, a entrada principal no primeiro andar e os balcões com matacões. De facto, há que ter em conta que alguns dos proprietários destas torres fazem parte de famílias que combateram pela conquista do território ultramarino, pelo que o ideal guerreiro e a ostentação da capacidade bélica continua a ser um fator muito prestigiante no final da Idade Média. Ainda assim, a forma como são colocados elementos militares nas torres

²⁶⁴Silva (1989), p. 29

meridionais marca uma das grandes diferenças em relação às suas congéneres setentrionais, já que estas, apesar de terem uma forte carga simbólica, tinham também uma funcionalidade defensiva que poderia ter uma efetiva concretização, o que, no Alentejo, aconteceria com muito pouca probabilidade.

As *domus fortis* construídas no Alentejo remontam sobretudo à primeira metade do século XVI, embora, na sua maioria, não seja possível encontrar uma data precisa de construção. É neste período que culmina a centralização do poder régio, apoiada convictamente por setores não nobres, ligados à administração régia e que passam cada vez mais a desempenhar cargos anteriormente ocupados pela nobreza²⁶⁵. O poder judicial, territorial e o centro da sociedade giravam então em torno da Coroa, pelo que o patamar social destes setores dependia da benevolência do monarca. Estavam ultrapassadas as questões da usurpação de terras e a concorrência com o poder real; portanto, estas torres serviam mais como meio de ostentação de luxo e poder financeiro, do que propriamente para exibição ameaçadora de posse territorial e poder público, como acontecia nas torres senhoriais do Entre Douro e Minho, construídas pelas linhagens ancestrais, algumas formadas antes da própria realeza. Esta diferença traduz-se num claro distanciamento em relação à torre de menagem que, como vimos, está na raiz da casa forte medieval, e que se torna visível em diversas componentes arquitetónicas. Começando na própria forma da torre que se torna mais volumosa, embora a proporção entre altura e largura perca alguma da sua verticalidade a favor da amplitude interna, o que é observável numa comparação entre dois dos grandes ícones das casas fortes: a Torre de Quintela, do norte senhorial, com vinte e um metros de altura, e a Torre das Águias, do Alentejo manuelino, apenas com um metro a mais. Ao compararmos a largura, contudo, a torre nortenha tem menos cinco metros de lado do que a alentejana, ficando aqui bem patente a importância da visibilidade militar que se atenua no sul de Portugal. Outro fator importante na mudança formal do norte para o sul é a questão das ameias: as torres senhoriais do Minho apresentam mais frequentemente ameias quadrangulares ou piramidais como as que se usavam nas torres de menagem e fortalezas e que, a partir do tempo de D. Dinis, apenas podem ser construídas sob autorização régia. As torres alentejanas, por sua vez, apresentam normalmente as tradicionais ameias chanfradas de gosto manuelino ou de outra configuração decorativa, que não eram utilizadas em estruturas verdadeiramente militares e, por isso, não

²⁶⁵Krus (1994), p. 330

constituíam qualquer ameaça. O próprio capricho decorativo e a abertura de vãos de janelas e portas com balcões, sem uma verdadeira preocupação defensiva, é uma característica que não verificamos a norte, onde as torres mantêm uma severidade guerreira bastante mais decidida, quer na ausência de decoração, quer na clausura dos seus paramentos, vem assim privilegiar os elementos arquitetónicos proporcionadores de conforto e os elementos decorativos indicadores de aparato e requinte. Por outro lado, a casa forte alentejana, na sua componente simbólica, significa também a afirmação senhorial sobre o domínio de um espaço fundiário, já que as torres senhorias continuam a assinalar a posse de um território; só que, neste caso, mais importante do que a posse propriamente dita, importava fazer ver a fortuna e o prestígio do seu proprietário. Em alguns casos, inclusivamente, eram colocados os brasões de família na fachada das torres, como no caso da Torre de Coelheiros, ou mesmo no interior, como na Torre dos Cantarinhos, evidenciando assim a identidade do terratenente.

É, pois, na centúria de quinhentos que a casa começa a ganhar expressão como indicador do *status* social. Nos séculos anteriores, o factor de reconhecimento do valor e prestígio dos membros da nobreza era o nome, a linhagem, que atuara como validador de poder territorial e judicial, pelo que as torres senhoriais dessas grandes linhagens concentravam a sua expressão arquitetónica numa linguagem de autoridade e de conteúdo militar. No Alentejo quinhentista, por outro lado, encontramos a expressão da casa enquanto conceito prestigiante, próprio de uma época em que, como explica Bernardo de Vasconcelos e Sousa, *as casas nobiliárquicas ganhavam forma como realidades materiais e afirmavam-se como entidades institucionais, na sua relação com os pares e com a própria Coroa, acrescentando ainda que na Época Moderna, a casa, também na sua aceção física, habitacional, passou a constituir uma marca de prestígio, com um valor material, mas também simbólico, e com um peso acrescido no sistema identitário e de auto-representação da nobreza*²⁶⁶.

A nobreza alentejana representou, de facto, uma parte importante da nova nobreza emergente no século XVI, com a política centralista de D. Manuel I, que deixou bem patente na cúpula da Sala dos Brasões, no Paço de Sintra, a ideia de que o sucesso da fidalguia dependia da sua lealdade. Como explica José Custódio Vieira da Silva, *na região de Évora, as torres continuaram a construir-se ao longo dos séculos XV e XVI com um ritmo que atesta bem a importância que a cidade adquirira nessa época. Uma vez mais, o levantamento dessas torres sinalizava a preocupação da nobreza em aqui se*

²⁶⁶Sousa (2013), p. 33

*fixar (através da aquisição de terras e da formação de honras e morgadios), para desta forma acompanhar mais de perto as frequentes estadias do rei em Évora*²⁶⁷. Com efeito, as prolongadas estadias de D. Manuel na cidade de Évora trouxeram para a região muitos membros da nobreza que esperavam a obtenção de privilégios através da proximidade à Coroa e que aqui estabeleciam a sua casa forte.

Acrescente-se ainda que, não apenas Évora, mas também Montemor-o-Novo assumiu um papel preponderante para a nobreza. Fora sempre um local de cruzamento importante de pessoas e bens, funcionando como entreposto comercial e centro de produção do eixo que ligava os grandes centros de Lisboa, Évora e Santarém. Tornou-se, no século XVI, porventura o segundo centro populacional mais importante do Alentejo, sobretudo pelo comércio e pela produção pecuária, tendo-se inclusivamente tornado numa vila de cortes. *Montemor-o-Novo funcionou como espécie de baluarte da capital do Alentejo, desempenhando um papel fundamental na política do reino*²⁶⁸. Com o crescimento da população de Évora e o aumento da sua importância, também Montemor se enobreceu, servindo de paragem a quem se deslocava a Évora e de morada a muitos fidalgos que seguiam o rei nesta região.

A nobreza do Sul de Portugal surgira em época mais tardia do que a sua congénere do Entre Douro e Minho, pelo que poderia, *quando muito, reconstituir a sua ascendência até ao reinado de D. Afonso Henriques*²⁶⁹. Esta emergente nobreza donatária dependia do rei para ganhar a sua reputação em vez de o adquirir através da afirmação de uma ancestralidade guerreira capaz de concorrer com o poder real. Assim, as suas demonstrações de prestígio passaram a manifestar-se na exuberância artística e na amplitude de espaço doméstico apenas acessível a alguns.

Na nossa opinião, a casa forte alentejana não é mais do que um elemento de transição entre essa ancestralidade guerreira e a habitação baseada no conforto e luxo das casas amplas e aparatosas. A comprová-lo temos o curto período em que o modelo alentejano de *domus fortis* foi utilizado, limitando-se aos últimos anos de quatrocentos e à centúria de quinhentos, período após o qual a solução para atingir tais padrões rapidamente passou à construção de pavilhões horizontais, bem fenestrados e ornamentados, já sem qualquer característica militar, mesmo que enquanto mera reminiscência.

²⁶⁷Silva (2011), p. 6

²⁶⁸Santos, Fonseca e Branco (2003), p. 18

²⁶⁹Mattoso (2015), p.195

Para além da sua componente sociopolítica, estas torres demonstram ser um verdadeiro produto da sua região, sendo fortemente influenciadas pelas suas especificidades morfológicas e artísticas. Com efeito, a casa forte no Alentejo ostenta um discurso decorativo e arquitetónico único e exclusivo da região a que pertence, que se traduz em algumas características da própria arquitetura vernacular, como é o caso das chaminés de ressalto. Queremos com isto afirmar que, embora a sua essência se baseie no ideal de casa forte preponderante no Norte de Portugal, as casas fortes alentejanas têm características muito bem enquadradas na região em que estão implantadas, sendo fruto de uma vivência local evidente no seu próprio discurso arquitetónico e decorativo.

Em primeiro lugar, a casa forte alentejana surge, sempre que o terreno o permite, no cimo de um outeiro, o que lhe confere uma certa visibilidade. As torres de Colheiros, da Amoreira, do Esporão, de Palma, de Cabedal, são exemplares que ainda hoje se destacam na paisagem sem ser necessário nos aproximarmos delas. Claro que a região das planícies ondulantes nem sempre permitia uma grande elevação e, nos casos em que as torres estavam mais recolhidas no coração das propriedades, o seu destacamento não se verifica sem entrar na propriedade, como na Torre da Giesteira, da Camoeira, dos Cantarinhos, do Álamo, ou até na majestosa Torre das Águias, o que não significa que não fossem construídas numa zona mais elevada. Por outro lado, a amplitude dos campos e a escassez de terrenos montanhosos permitia, na maior parte das vezes, uma visão mais ampla dos territórios e, assim, também destas torres. Com efeito, a topografia do terreno alentejano parece servir bem o propósito prestigiador da casa forte, já que a sua condição de planície privilegia bastante a sua visibilidade, para além de que, a partir dos seus terraços, balcões e janelas, se observa um panorama bastante amplo das terras em redor. Em segundo lugar, também o gosto local da corrente tardogótica alentejana se encontra presente na maioria das casas fortes estudadas, através da expressão manuelina de gosto mudéjar que encontramos frequentemente nos coruchéus cónicos, capitéis vegetalistas e geometrizantes. Esta tendência artística denota não só uma relação com a região alentejana, mas sobretudo uma influência proveniente da proximidade com os monarcas que, em fins do século XV e inícios do XVI, encomendaram diversos conjuntos decorativos de gosto mudejarista em Évora, onde sediavam durante longos períodos. José Custódio Vieira da Silva esclarece a importância desta tendência artística na casa nobre alentejana do final da Idade Média

ao dizer que era, *em certo aspecto, uma moda assumida pelo próprio rei e continuada pela nobreza, pois é particularmente nos edifícios civis que os elementos mais característicos da construção mudéjar se instalam, e estes edifícios que à volta de Évora se ergueram estão dotados de um conjunto de características que fazem deles, sem dúvida, um dos grupos mais homogêneos de todo o tardo-gótico português*²⁷⁰.

Às casas fortes alentejanas estão, contudo, associadas outras correntes artísticas, sobretudo seiscentistas e setecentistas. Como vimos, a sua morfologia é mais robusta e cómoda do que as torres no norte senhorial por se tratar de uma construção cujos objetivos habitacionais parecem verificar-se logo aquando da sua edificação, e daí a sua amplitude interior e ornamentação aparatosa. Contudo, para responder a necessidades de estadias mais prolongadas e mesmo pelo novo gosto maneirista e barroco que em nada se coaduna com elementos militares, os proprietários das casas fortes foram-lhes anexando novas alas para maior conforto e espaço dos seus moradores. Gostaríamos de sublinhar que essas construções são, na maioria dos casos, concebidas de forma a que a torre permaneça destacada no conjunto e procurando preservar o seu semblante militar. Assim, encontramos dois modos diferentes de anexação destes novos pavilhões. Um deles consiste na construção de duas alas contíguas à torre a partir de duas fachadas opostas. É o caso da Torre de Coelheiros, da Torre de Palma e da Quinta da Amoreira da Torre (sendo, neste último caso, o próprio edifício da torre mais destacado ainda pelo espelho de água do jardim). Outro modelo corresponde à construção de duas ou três alas que partem de duas fachadas da torre, formando um conjunto em cotovelo ou um pátio dianteiro, por vezes fechado por um muro e acessível por um portão férreo. Nesta conceção, a torre prevalece também destacada do conjunto, permanecendo num dos ângulos do pátio de forma a verem-se inteiramente duas das suas fachadas e salientando-se o seu terceiro piso, mais alto do que os pavilhões adjacentes. Este é o caso da Torre da Giesteira, de D. Francisco e dos Cantarinhos. Quisemos registar estes padrões por termos verificado a sua reincidência nas casas fortes mais bem conservadas; contudo importa ter em conta que a algumas torres foram simplesmente adossados edifícios numa só ala que complementasse a sua capacidade habitacional e, noutros casos, a torre terá sido aos poucos integrada nas novas casas envolventes e esquecida na sua componente simbólica.

²⁷⁰Silva (1989), p. 176

Podemos, ainda assim, afirmar que, na maioria dos casos, a torre medieval foi conservada como elemento enobrecedor do paço que ia sendo construído ao longo dos séculos. Observando o caso dos Cogominhos, proprietários da mais antiga casa forte alentejana, não só se manteve até hoje a torre imponente no coroamento do casario da povoação, como um dos seus proprietários, Nuno Xavier Cogominho, lhe acrescenta, no século XVIII, mais uma torre²⁷¹, esta da sua lavra, mantendo presente a intemporalidade deste ícone de prestígio. Mesmo no presente século, a torre conserva uma capacidade dignificante, como é observável na sua perpetuação como imagem de marca e nome de várias empresas alentejanas de produção de vinho, como é o caso das produções vinícolas das marcas *Amoreira da Torre*, *Torre de Palma* e *Torre do Esporão*, cujas casas fortes aparecem orgulhosamente exibidas nos rótulos das garrafas.

Infelizmente, noutros casos, estas torres já não desempenham este papel por estarem hoje muito adulteradas na sua primitiva estrutura turriforme. Durante o percurso deste estudo, fomos nos deparando com vários indícios que nos deixam poucas dúvidas sobre a sua tipologia de casas fortes, estando o seu significado já muito adulterado em favorecimento de uma função doméstica ou devido a um avançado estado de ruína, de tal modo que não nos é possível tirar ilações para lá daquelas que a sua observação exterior nos permite.

Um destes exemplos encontra-se na freguesia de Casa Branca, em Sousel, onde persiste mais uma torre senhorial em ruína. É conhecida como Torre do Álamo ou de Camões e está implantada no meio de uma planície de pastagem. Tem sete metros de lado e três pisos, embora apenas o rés-do-chão tenha conservado uma cobertura de tijolo em abóbada de aresta, sem apresentar qualquer vestígio de elementos decorativos. São, contudo, ainda visíveis as conversadeiras nas janelas e a lareira que nos confirma ter-se tratado de uma residência aristocrática. A reconfirmar que se tratava de uma torre está ainda uma ameia subsistente no topo do edifício, para além de que é possível presumir que a entrada se fizesse pelo primeiro andar como nas torres de menagem (e nas torres senhoriais), uma vez que não apresenta vestígios de portas térreas. Muito original neste caso é uma galeria em arcos de volta perfeita adossada à torre na fachada sudoeste que nos remete para a Galeria das Damas do paço manuelino em Évora, apresentando os mesmos três arcos e sem ter qualquer acesso ao interior. Esta propriedade pertenceu, em finais de trezentos, a Vasco Peres de Camões, que terá sido um partidário de D.

²⁷¹ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 37, nº 74, pp. 653-658

Fernando I²⁷², sendo por isso associado à Torre este apelido, embora o seu perfil arquitetónico, como acabámos de referir, aponte para o reinado de D. Manuel I. Apesar de não nos ter sido possível obter mais informação desta torre, não quisemos deixar de a incluir neste trabalho, já que tudo indica tratar-se de mais uma casa forte de feição tardo-gótica, com influência da corrente manuelina.

Do mesmo modo, na Herdade do Zambujeiro, um pouco a sul do Redondo, encontramos uma casa apalaçada rodeada de olival, que poderá ter integrado uma casa forte. Escreveu Túlio Espanca que, no século XVI, a propriedade era conhecida como Torre do Zambujeiro e que pertencia a Martim Rõiz Gago. Em meados do século XVIII, era ainda possível ali encontrar *vestígios assinaláveis*²⁷³ da torre; porém, hoje em dia, a olho nu, não encontramos mais do que uma sala com largura de cerca de sete metros, o que se enquadra nas dimensões da casa forte alentejana, e paramentos de espessura considerável que se fazem ainda notar nos enxalços das janelas, embora para tirar alguma conclusão fosse necessária uma análise arquitetónica profunda.

Estas últimas torres que acabámos de assinalar não nos fornecem por si só dados suficientes para um estudo mais aprofundado; contudo, consideramo-las elementos de enorme importância, uma vez que evidenciam indícios quase desaparecidos da existência de casas fortes no Alentejo, para além das que nesta dissertação se estudaram, mostrando, portanto, o potencial de uma investigação mais aprofundada neste âmbito.

A torre de menagem de Evoramonte e a sua simbiose com a dimensão simbólica da casa forte

A casa forte alentejana tem características bem definidas que a identificam sem grandes dúvidas, mesmo na ausência de fontes documentais. Como verificámos, a nova nobreza que se vai fixando no Alentejo encontrou nas terras transtaganas solo fértil para expandir arquitetónica e artisticamente este conceito dignificador. Porém, a mais poderosa aristocracia do reino fez-se destacar ainda mais ao erigir na crista da colina de Evoramonte, bem visível, uma construção de avultadas dimensões bem representativa do seu grandioso senhorio. Esta construção da Casa de Bragança, simultaneamente com características de paço e de torre militar, é constituída por um corpo quadrangular em

²⁷²Ficha de Inventário publicada em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/13629830>, consultada a 11 de Setembro de 2018

²⁷³Espanca (1978), pp. 327-328

cujos vértices surgem quatro torres cilíndricas de assinalável robustez que adelgaçam telescopicamente da base até ao topo em três pisos. Tem vinte metros de altura, paredes com quase três metros de espessura²⁷⁴ e, a assinalar os pavimentos, encontramos, no exterior, dois grossos cordões que parecem amarrar todo o volume do paço e encerrá-lo, em cada fachada, com o nó heráldico da Casa de Bragança. As janelas de ençalço profundo, com pouca amplitude e isentas de decoração, revelam a significativa espessura dos paramentos e uma sobriedade militar que são ainda reforçadas por uma cortina de fortes merlões no topo do conjunto.

A severidade do edifício que lhe confere o aparato militar é então quebrada no interior por um abobadamento palaciano, com colunas torsas e capitéis de decoração manuelina que sugerem uma vivência doméstica. Esta conjugação de aparatos, a par com a grandiosidade com que foi concebida, faz desta construção um caso excepcional no panorama da residência aristocrática quinhentista. Esta *torre-paço*, como lhe chama José Custódio Vieira da Silva referindo-se à acumulação das suas função de torre de menagem e de habitação, constitui *o exemplo mais expressivo de poderosa torre militar em que as proporções e o aparato se coadunam de igual forma com a condição de residência nobre que também ostenta*²⁷⁵.

Evoramonte foi inicialmente oferecida a Nuno Álvares Pereira por D. João I em agradecimento pelo seu apoio militar. Em 1422, o Condestável doou a povoação ao seu neto D. Fernando, terceiro conde de Arraiolos, que a anexou à Casa de Bragança, ao herdar o título de duque por morte do seu irmão. A atual torre foi construída mais tarde por iniciativa de D. Jaime I de Bragança, no local onde se encontrava a torre de menagem dionisina destruída por um terramoto em 1531. D. Jaime tivera um papel preponderante na conquista de Mazagão e Azamor, para além de que terá sido nessas suas viagens que tomou contacto com o trabalho de arquitetura militar de Diogo e Francisco de Arruda, responsáveis também pela fortificação quinhentista do Alentejo, e a quem o projeto do paço terá sido confiado²⁷⁶. A obra, contudo, foi realizada apenas sob supervisão do sucessor D. Teodósio de Bragança a partir de 1532, por morte do seu pai.

²⁷⁴Espanca (1975), p. 225

²⁷⁵Silva (2002), pp. 183-184

²⁷⁶Ibid.

A ostentação dos nós heráldicos da Casa de Bragança surge em Evoramonte a par com os do Paço Ducal de Vila Viçosa e do Paço de Évora²⁷⁷, numa época em que D. Jaime é feito herdeiro presuntivo do trono português por D. Manuel I. A divisa “Depois de Vós, Nós” que lhe está associada vem, uma vez mais, reafirmar a primazia régia, fonte de prestígio, afirmando que, apesar do grande poder bélico, latifundiário, financeiro e social do potentado brigantino, a soberania e autoridade jurídica cabiam ao rei. Mas o paço de Evoramonte não deixa, por isso, de representar um marco territorial de poder. Os duques teriam, no século XVI, a sua morada em Évora, no local hoje ocupado pela Igreja do Carmo, pelo que, a nível funcional, o paço terá sido presumivelmente utilizado mais para estadias temporárias. Encontrando-se localizado na aridez do topo de uma alta colina e favorecendo a imponentia militar em detrimento do fausto e comodidade, funcionaria, portanto, como uma afirmação territorial de posse e prestígio.

Gostaríamos, assim, de salientar que o *paço-torre* de Evoramonte parece assumir uma simbologia comum à das casas fortes, quer do ponto de vista morfológico, quer do ponto de vista simbólico. Construída numa *época áulica bem representativa da cultura e da evolução da arquitectura cívico-militar portuguesa*²⁷⁸, esta torre foi construída dentro dos terrenos de propriedade aristocrática brigantina, já que está integrada no território fundiário doado ao Condestável e herdado pela Casa de Bragança, que incluía Monsaraz, Vila Viçosa, Borba, Estremoz, Montemor, Portel e Beja, entre outros. No que respeita à sua morfologia, não se trata propriamente de uma torre, mas de um conjunto de torres unidas num grande volume, o que aumenta visualmente a sua imponentia. Acresce ainda que estão presentes características militares bem atuais na centúria de quinhentos, como é o caso das estruturas de defesa contra o ataque pirobalístico das quais os duques de Bragança tomaram conhecimento durante as conquistas de África. Estas características surgem aqui representadas pelo trabalho dos irmãos Arruda nos torreões ultra-semicirculares, nas canhoneiras²⁷⁹ e nos merlões baixos, amplos e espessos, que demonstram uma pujança militar concordante com a investida guerreira ultramarina de D. Jaime, que mandou construir esta torre-paço. Os próprios arquitetos dignificam a construção, tendo Francisco e Diogo de Arruda desempenhado um

²⁷⁷O paço brigantino de Évora encontrava-se no Largo da Porta de Moura e foi, no século XVII, cedido à Ordem dos Carmelitas por D. Afonso VI para instalação dos monges que perderam o seu convento num incêndio causado pelo cerco de Évora durante a Guerra da Restauração. A porta dos Nós, feita no século anterior quando se construiu a residência dos duques, serve hoje de acesso principal à igreja do Carmo.

²⁷⁸Espanca (1975), p. 225

²⁷⁹Silva (2002), p. 183

importante papel no ultramar a nível da arquitetura defensiva, tal como os duques de Bragança fizeram no campo de batalha.

Entendemos, portanto, a torre de menagem de Evoramonte como se fosse a *domus fortis* simbólica da linhagem de Bragança, com a sua dimensão colossal, posicionamento e características militares adaptadas à vastidão da propriedade territorial dos seus senhores, do seu poder guerreiro ultramarino e consentâneo com a sua elevada condição social. Traduz, portanto, uma simbiose do conceito de torre militar e residencial com a componente simbólica glorificante da casa forte, representando assim o seu novo e derradeiro estádio numa versão agigantada da tradicional torre senhorial. Desta forma, a torre-paço de Evoramonte prolonga a simbologia da *domus fortis* medieval através da manutenção de uma vertente militar prestigiante, que desapareceria na centúria de quinhentos, para ser retomada apenas três séculos mais tarde, na abordagem fantasiosa do movimento romântico.

Conclusão

A análise da casa forte em Portugal pressupõe que se adotem, em primeiro lugar, vários pontos de vista, desde a observação arquitetónica e artística à sua componente militar. Depois de enquadrar estas componentes na conjuntura política do seu tempo, a sua análise simbólica traz-nos dados relevantes acerca do poder senhorial das ancestrais linhagens nobres, da afirmação dos novos membros da aristocracia e da política anti-senhorial precocemente adotada pela Coroa portuguesa. Longe de serem simples estruturas defensivas, as casas fortes são a matéria palpável do poder autoritário da nobreza senhorial, pelo que deixam transparecer na sua vertente metafórica o enraizar dos valores nobres de poder ancestral e domínio territorial que, perante o centralismo régio, foram postos em causa.

O castelo é um dos símbolos mais emblemáticos do mundo medieval e, figurativamente, a torre, na sua imponência, atua como o resumo do castelo, como local onde o seu significado se encontra concentrado. Desenvolve-se ao longo da Idade Média como estrutura defensiva e, paralelamente, despoleta um sentido metafórico da força bélica que a tornam também num símbolo de domínio territorial e poder público. Esta é a génese da *domus fortis*. Apesar de ser uma construção fortificada, não deu alento à guerra privada mas antes à clara representação da *pretensão aristocrática*²⁸⁰. As torres senhoriais eram erigidas mais para serem vistas do que para ver ou vigiar, já que o seu verdadeiro sentido morfológico ia muito para além da guarda militar. Ao invés, reclamam em si o significado da História enquanto percurso linhagístico construído por gloriosas conquistas guerreiras que autenticam os direitos administrativos e jurisdicionais do seu proprietário.

Segundo Georges Duby, o feudalismo identifica-se com *um «estado de espírito, formado no pequeno mundo dos guerreiros pouco a pouco tornados nobres»*, com uma *«consciência de superioridade de um estado caracterizado pela especialização militar e que supõe o respeito de certos princípios morais, e a prática de certas virtudes»* [...] e *«se manifesta por certos sinais, gestos rituais, sobretudo, e por palavras»*²⁸¹. Acreditamos então que a casa forte é, num país em que a «pirâmide feudal» tem pouca expressão, uma das poucas manifestações dessa superioridade que se demonstra através

²⁸⁰Silva (2011), p. 1

²⁸¹Duby (1973), p. 104 cit. por Mattoso (2015), p. 71

da capacidade militar invocada pela imagem do castelo e que impõe o direito de administrar, o que, na concorrência pelo poder entre nobres e com a Coroa, faz deste elemento uma rara expressão material das relações feudais.

No caso específico da casa forte alentejana, estamos perante a época em que a *domus fortis* perde um pouco da sua componente militar para aspirar ao fausto de um paço. Porém, não deixa cair a sua máscara de guerra e apresenta-se simultaneamente como uma variante do paço tardo-medieval e da casa forte senhorial nortenha. De facto, a expressão militar mantém a sua presença, prevalecendo os elementos defensivos no seu perfil turriforme, nas ameias (ainda que decorativas), na elevação da porta de entrada e nos matacões; caso contrário não seria já uma *domus fortis*, mas antes um paço aristocrático. Por outro lado, a profusa fenestração sem preocupação defensiva quebra a capacidade bélica destas torres, afastando-as da sua funcionalidade militar para as transformar num edifício de leitura exclusivamente simbólica que nem por isso deixa de despoletar admiração e respeito. Ao contrário das torres dos senhorios minhotos, ausentes de elementos decorativos em prol de uma aparência militar severa, a casa forte alentejana apresenta a conjugação de uma construção de base arquitetónica militar com a exuberância da decoração manuelina que, ao invés, enfatizam no nobre proprietário o seu gosto artístico e a sua capacidade financeira, sem deixar de o associar a uma vertente guerreira como representação tradicional da nobreza a que pertence.

Afirma Carlos de Azevedo que *as torres alentejanas do século XVI, pelas suas dimensões e outras características – como o aproveitamento do espaço interior e o tipo de coberturas empregado -, marcam um progresso sobre as torres do Norte*²⁸². Contudo, esta relação vai muito para além da morfologia. A casa forte alentejana é a projeção da primitiva *domus fortis* medieval no despontar da época moderna e que, por isso mesmo, vem mostrar a interação entre a medievalidade e a modernidade. Efetivamente, a volatilidade das balizas cronológicas quase nos permitiria afirmar que estamos perante *casas fortes modernas*, embora a sua conexão com a Idade Média seja talvez demasiado intrínseca para que assim as possamos considerar. Não podemos dizer que estas torres são inteiramente medievais ou inteiramente modernas, mas antes que se trata de construções com elementos morfológicos e simbólicos, alguns de reminiscência medieval e outros que servem de prelúdio à época moderna. São, afinal, um testemunho desta transição cronológica que espelha precisamente a inevitável transformação

²⁸²Azevedo (1988), p. 36

política e de mentalidades que vinha ocorrendo desde o final da Reconquista até finais do século XV e inícios do XVI.

A Torre das Águias, que José Custódio Vieira da Silva indica como representativa do *último estágio da casa forte medieval*²⁸³, é de facto o modelo mais íntegro e monumental da casa forte do Alentejo. Nela encontramos uma volumetria francamente imponente que, em conjunto com os elementos de fortificação, se afirma veementemente como uma construção da nobreza. Ao mesmo tempo, esta robustez confere-lhe um certo fausto aristocrático que se traduz na amplitude das câmaras e na exuberância decorativa que se adivinham logo desde o exterior pela profusão de janelas e ornamentação da cortina de ameias. Assim, segundo o mesmo autor, nesta construção a *casa forte medieval atingia no nosso país, já em plena Idade Moderna, o apogeu das suas funções e significado*²⁸⁴. Sendo das últimas torres a ser construída, a Torre das Águias é o culminar de um conceito que vinha evoluindo desde o século XII e que vem ainda servir de modelo, como vimos, à Torre do Carvalhal.

A relação da casa forte alentejana com a primitiva *domus fortis* do Entre Douro e Minho marca, portanto, a evolução da nobreza ao longo da Idade Média no que diz respeito ao poder público, ao prestígio social, à relação com a Coroa e ao domínio territorial. Atua como a prova da instalação da nobreza nessa região, trazendo, porém, um dos grandes símbolos do poder senhorial – a *domus fortis* –, que se torna no seu emblema, que já não servia tanto para reclamar direitos senhoriais, mas antes para reconhecimento do seu caráter aristocrático no seio de um território dominado por outras instituições de cariz concelhio e eclesiástico-militar²⁸⁵.

A casa forte alentejana representa o derradeiro grito guerreiro provindo da Idade Média na arquitetura portuguesa, o último fôlego da representação militar no ideário nobre. Pese embora as muitas batalhas que seriam ainda travadas na História de Portugal, as manifestações de prestígio e autoridade não voltariam a ser representadas

²⁸³Silva (2002), p. 179

²⁸⁴Silva (2011), p. 8

²⁸⁵É inclusivamente por este motivo que a dissertação que aqui se apresenta está enquadrada na disciplina de História, já que esta viagem Norte-Sul da casa forte portuguesa se trata da transposição do símbolo de uma mentalidade política que deve ser vista como um processo histórico, pese embora a indissociabilidade da História e da História da Arte, cujas fronteiras são também muito subtis e, no caso do nosso trabalho, quase inexistentes.

pelas conquistas do campo de batalha até ao revivalismo romântico, época em que a sua componente militar é assumidamente retórica.

De um modo geral, o estudo da casa forte no Alentejo vem enriquecer o conhecimento sobre a implantação da nobreza nesta região, que até finais do século XIV era essencialmente dominada por poderes concelhios e por ordens monástico-militares, permitindo assim compreender como os fidalgos fizeram manifestar a sua origem e a sua ascensão social perante os poderes concorrentes. O seu estudo é, contudo, inseparável da casa forte primitiva, tradicional do Norte senhorial, que lhe dá o seu significado arquitetónico e simbólico essencial. Neste sentido, a interpretação da casa forte alentejana deve ser vista como a continuidade da *domus fortis* e um elemento indispensável à compreensão deste fenómeno europeu no contexto da aristocracia portuguesa, já que reflete a adaptação deste conceito ao contexto político de Portugal e, assim, constitui um dos aspetos que caracterizam estas construções como casas fortes *portuguesas*.

Bibliografia

AMARAL, Luís Carlos (2011), «Half a Century of Rural History of the Middle Ages in Portugal: A Possible Overview», in José Mattoso (dir.), *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*, Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, pp.303-322;

ARIÈS, P. e DUBY, G. (dir) (1990), *História da Vida Privada*, dir. de Philippe Ariès e Georges Duby, 2 – *Da Europa Feudal ao Renascimento*, [s.l.]: Afrontamento;

AZEVEDO, Carlos de (1988), *Solares Portugueses: Introdução ao Estudo da Casa Nobre. 2ª Edição*. Lisboa: Livros Horizonte;

AZEVEDO, Pedro Augusto de (ed.) (1906-1910), *Livro dos Bens de D. João de Portel*, Lisboa: Archivo Historico Portuguez;

BAPTISTA, César (1972), «Limites da diocese de Évora», *A Cidade de Évora*, Évora, Junho-Dezembro, nº 55, pp. 239-261;

BARATA, António (1904), *Évora e os seus arredores*, Évora: Typ. do Notícias de Évora;

BARROCA, Mário Jorge (1989), «Em Torno da Residência Senhorial Fortificada. Quatro Torres Medievais na região de Amares», *Revista de História*, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, vol. IX, pp. 27 e 30-41;

BARROCA, Mário Jorge (1990-1991), «Do castelo da reconquista ao castelo românico (séc. IX a XII)», *Portugália*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 11-12, pp. 89-136;

BARROCA, Mário Jorge (1998), «Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes A Concepção do Espaço de Habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (Sécs. XII-XV)», Coimbra, *Revista de História das Ideias*, A Cultura da Nobreza, vol. 19, pp. 39-104;

BARROCA, Mário Jorge (2003), «Tempos de resistência e inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521)», *Portugália*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 24, 2003, pp. 95-112;

BEIRANTE, Maria Ângela (1986), «O Alentejo na segunda metade do século XIV: Évora na Crise de 1383-1385», *Estudos Medievais*, vol. 7, Porto, pp. 119-154;

BEIRANTE, Maria Ângela (1996), *Évora na Idade Média*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian;

BINNEY, Marcus (1987), *Casas Nobres de Portugal*, Lisboa: Difel;

BORGES, A. (1988), *Évora. Da Reconquista ao Século XVI*, Trabalho apresentado em Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Universidade de Évora;

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, BRAGA, Paulo Drumond e DIAS, João Alves (1998), «D. Manuel I», in Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal Vol. 5 - do Renascimento à Crise Dinástica*, Lisboa: Editorial Presença, pp. 712-724;

BUR, Michel (dir.) (1986), *La maison forte au Moyen Age, Actes de la Table Ronde de Nancy – Pont-à-Mousson*, Paris, Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique;

CAEIRO, Sandra (2005), *Évora-Monte: Contributos para preservar a autenticidade da sua imagem*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico. Évora: Universidade de Évora;

CARVALHO, António A. P. Vacas de e MALTA, João Baptista (2006), «História de Montemor: dos donos da Quinta de D. Francisco», *Almansor – Revista de Cultura*, 2ª série, nº 5, Montemor-o-Novo, pp. 267-274;

COELHO, André Madruga (2015), *As elites urbanas medievais. O exemplo de Évora e dos Lobo (sécs. XIII-XV)*, Dissertação de mestrado em História do Mediterrâneo Islâmico e Medieval. Escola das Ciências Sociais - Universidade de Évora, 2015;

CONDE, Manuel (2000), *Uma paisagem humanizada – O médio Tejo nos finais da Idade Média*, vol. I e II, Cascais: Patrimonia Historica;

CONDE, Manuel (2011), *Construir, habitar: a casa medieval*, Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória;

COSTA, P. António Carvalho da (1868-1869), *Corografia Portuguesa, e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as Notícias das Fundações das Cidades, Villas & Lugares*, Braga : Typ. Domingos Gonçalves Gouvea;

CUNHA, Mafalda (1990), *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa: Fundação Casa de Bragança;

CUNHA, Mafalda Soares e MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2011), «As grandes casas», in MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*, Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, pp. 202-243;

CUNHAL, Álvaro (1998), *As Lutas de Classes em Portugal nos Fins da Idade Média*, Lisboa: Editorial Caminho;

ESPANCA, Túlio (1946), «Palácios Reais de Évora: O Palácio Real de S. Francisco», *Cadernos de História e Arte Eborenses III*, Évora: Ed. Nazareth;

ESPANCA, Túlio (1966), *Inventário Artístico de Portugal*, vol. VII – *Concelho de Évora I*, Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes;

ESPANCA, Túlio (1975), *Inventário Artístico de Portugal*, vol. VIII – *Distrito de Évora: concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas*, Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes;

ESPANCA, Túlio (1978), *Inventário Artístico de Portugal*, vol. IX – *Distrito de Évora: concelhos de Alandroal, Borba, Mourão Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa*, Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes;

FARIA, Manuel Severim (2003), *Notícias de Portugal*, Lisboa: Colibri;

FERNANDES, A. de Almeida (1981), «A Nobreza na Época Vimaro-Portugalense. Parte I – Problemata». Sep^a da *Revista de Guimarães*, vol. LXXXVII, Maio 1978. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento;

FERNANDES, Hermenegildo (1991), *Organização do Espaço Social no Alentejo Medieval – O Caso de Beja*. Dissertação de Mestrado em História Medieval - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa;

- FONSECA, Luís Adão de (2011), *D. João II*, Lisboa: Temas e Debates;
- FREIRE, Anselmo Braamcamp (1910), *Crítica e História*, Lisboa: Tip. da Antiga Casa Bertrand;
- FREIRE, Anselmo Braamcamp (1972), *Brasões da Sala de Sintra*, edição «fac-simile» da Imprensa Nacional Casa da Moeda;
- GAIIO, Manuel José da Costa Felgueiras (1938-1942), *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Braga: Fac-símile de Impressão diplomática do original manuscrito existente na Santa Casa de Misericórdia de Barcelos, Portugal, Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araujo Affonso, 17 volumes;
- GARCIA, João Carlos (1986), *O Espaço Medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos;
- GASPAR, Jorge (1972), *A Área de Influência de Évora: Sistema de Funções e Lugares Centrais*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos;
- GOMES, Rita (1995), *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, Carnaxide: Difel;
- GOMES, Rita (1998), «Monarquia e Território: residências reais portuguesas, séc. XIV a XVI», in Gérard Sabatier e Rita Costa Gomes (coord.), *Lugares de Poder. Europa Séculos XV a XX*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 85-105;
- GOMES, Saúl António (1988), *Documentos Medievais de Santa Cruz de Coimbra: Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Porto: Secretaria de Estado da Cultura;
- GONÇALVES, José Pires (1975), «A defesa do Solar do Esporão no termo de Monsaraz», *A Cidade de Évora*, n.º 58, pp. 27-81;
- GUERRA, Luís Bívar (1952), *Inventário e Sequestro da Casa de Aveiro em 1759*, Lisboa: Edição do Arquivo do Tribunal de Contas;
- GUERRA, Luís Figueiredo (1925), «Torres Solarengas do Alto Minho», Sep.^a de *O Instituto*, v. 72, n.º4, Coimbra: Imprensa Universitária;

KEIL, Luís (1943), *Inventário Artístico de Portugal*, vol. I – *Distrito de Portalegre*, Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes;

KRUS, Luis (1994), *Passado, Memória e Poder na Sociedade Medieval Portuguesa*, Redondo: Patrimónia;

KRUS, Luis (1994), *A Conceção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica;

LEAL, Augusto Pinho (1873-1890), *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa: Mattos Moreira;

LELLO, José e LELLO, Edgar (dir.) (1986), *Lello Universal – Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro*, Porto: Lello & Irmão Editores;

Livros Velhos de Linhagens (1980), ed. crítica por Joseph Piel e José Mattoso, Lisboa, Academia das Ciências;

MARQUES, A. H. de Oliveira (ed.) (1984), *Chancelaria de D. Pedro I: 1357-1367*, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica;

MARQUES, A. H. de Oliveira (1987), «A propriedade fundiária», in Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal Vol. IV – Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Lisboa: Editorial Presença, pp. 76-122;

MARQUES, A. H. de Oliveira (1987), «Os grupos sociais», in Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal Vol. IV – Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Lisboa: Editorial Presença, pp. 220-278;

MATTOSO, José, (1981), *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*, Lisboa: Editorial Estampa;

MATTOSO, José, (1984), «A Crise de 1245», *Revista de História das Ideias*, vol. 6, Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras, pp. 7-23;

MATTOSO, José (1984), «A Guerra Civil de 1319-1324», in *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, pp. 293-308;

MATTOSO, José (2000), «A nobreza medieval portuguesa (séculos X a XIV)», *Naquele Tempo. Ensaio de História Medieval*, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 295-318;

MATTOSO, José (2007), *O Essencial sobre a Formação da Nacionalidade*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda;

MATTOSO, José (2015), *Identificação de um País. Oposição Composição. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores;

MATTOSO, José, VENTURA, Leontina, SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto e SOUSA, Bernardo de Vasconcelos (2011), «The Medieval Portuguese Nobility», in MATTOSO, José (dir. de), *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*, Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, pp. 401-424;

MELO, Francisco Lopes de (1965/1967), «Determinação da Zona de Influência de Évora», *A Cidade de Évora*, nº 48-50, Évora, pp. 1-48;

MONTE, Gil do (1982), *Dicionário da Toponímia Eborense*, Évora: Edição de Autor;

MONTEIRO, Nuno Gonçalo e SOUSA, Bernardo de Vasconcelos (1993), «Senhorio e feudalismo em Portugal: sécs. XII-XIX: reflexões sobre um debate historiográfico», Sep^a de *Señorio y Feudalismo en La Península Ibérica, ss. XII-XIX*, pp. 175-192, Zaragoza: Institución "Fernando el Católico";

MORENO, Humberto Baquero (1980), *A Batalha da Alfarrobeira, antecedentes e significado histórico*, vol. I e II, Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade;

OLIVEIRA, Luís Filipe (2000-2001), «Em torno das Casas Senhoriais dos finais da Idade Média», *Revista de Estudos Medievais*, nº 3/4, pp. 87-102;

OLIVEIRA, Luís Filipe e RODRIGUES, Miguel Jasmins (1988), «Um processo de reestruturação do domínio senhorial da nobreza. A titulação na 2^a dinastia», *Revista de História Económica e Social*, nº 22, janeiro-abril, pp. 77-114;

Ordenações Afonsinas (1984), Livro II, Lisboa: FCG, edição «fac-simile» da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra, 1972;

Ordenações del'rei Dom Duarte (1988), publicação de Martim de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes, Lisboa: FCG;

PELÚCIA, A. (2004), «A Baronía do Alvito e a Expansão Manuelina no Oriente ou a Reacção Organizada à Política Imperialista», in *A Alta Nobreza e a fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional*, Lisboa, Centro de História de Além Mar – Instituto de Investigação Científica Tropical, pp. 279-302;

PEREIRA, Gabriel (1998), *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda;

PEREIRA, João Cordeiro (1998), «A estrutura social e o seu devir», in Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal Vol V – Do Renascimento à Crise Dinástica*, Lisboa: Editorial Presença, pp. 277-336;

PEREIRA, Paulo (1989), *Evoramonte. A fortaleza*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural;

PEREIRA, Paulo e RODRIGUES, José (1988), *Portalegre*, Lisboa: Editorial Presença;

PROENÇA, Raul (coord.) (1982), *Guia de Portugal – Estremadura, Alentejo e Algarve*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian;

RACZYNSKI, Le Comte A. (1846), *Les Arts au Portugal*, Paris: Jules Renouard et C^{ie};

RAMOS, Maria do Céu (coord.) (2012), *Arte sacra no concelho de Reguengos de Monsaraz - Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora*, Évora: Fundação Eugénio de Almeida;

RAMOS, Rui (coord.) (2015), *História de Portugal*, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2015;

RIVARA, J. H. da Cunha (1983), *Memórias da Villa de Arrayolos*, parte I, 2ª edição, edição «fac-simile» da Câmara Municipal de Arraiolos;

RODRIGUES, Ana Maria S. A. (1998), «A propriedade rural», in Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal* Vol. V - *do Renascimento à Crise Dinástica*, Lisboa: Editorial Presença, pp. 83-114;

SALGADO, Tiago (2017), *Torre de Cabedal e Pomar d'El-Rei, Património esquecido de Ciladas-Vila Viçosa*, S.l.: s.n.;

SANTOS, Cláudia Valle, FONSECA, Jorge e BRANCO, Manuel (2003), *Montemor-o-Novo quinhentista e o foral manuelino*, Montemor-o-Novo: Câmara Municipal;

SEQUEIRA, Gustavo de Matos [s/d], *Palácios e Solares Portuguezes*, Porto: Lello;

SERRÃO, Veríssimo (1976), «Évora e Eborenses na Expansão Ultramarina», *A Cidade de Évora*, 1ª série, nº59, pp. 23-49;

SILVA, João Belmiro Pinto (1996), *Dez Torres Senhoriais no Baixo Douro, Marco de Canaveses*. Ed. Autor;

SILVA, José Custódio Vieira da Silva (1989), *O Tardo-Gótico em Portugal. A Arquitectura no Alentejo*. Lisboa: Livros Horizonte;

SILVA, José Custódio Vieira da (1994), «O conhecimento do Paço Medieval através das reflexões de D. Duarte». Sep^a da *Revista de Ciências Históricas*, Nº IX. Porto: Universidade Portucalense;

SILVA, José Custódio Vieira da (1999), «A Torre ou Casa Forte Medieval». Sep^a de *El Museo de Pontevedra*, tomo 53, Pontevedra;

SILVA, José Custódio Vieira da (2001), *A Torre do Esporão*, texto não publicado;

SILVA, José Custódio Vieira da (2002), *Paços Medievais Portugueses: caracterização e evolução da habitação nobre: séculos XII a XVI*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico;

SILVA, José Custódio Vieira da (2011), «O paço», in *História da Vida Privada em Portugal*, dir. de José Mattoso, *A Idade Média*, coord. de Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, pp.78-97;

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto (1993), «D. Dinis e a Nobreza nos finais do séc. XIII», Sep.^a da *Revista da Faculdade de Letras*, II série, Vol. X, Porto: Universidade do Porto;

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto (2015), «As inquirições medievais portuguesas (séculos XIII-XIV), fonte para o estudo da nobreza e memória arqueológica- breves apontamentos», in ANDRADE, Amélia Aguiar e FONTES, João Luís Inglês (coord.), *Inquirir na Idade Média: Espaços, protagonistas e poderes (sécs. XII-XIV). Tributo a Luís Krus*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Instituto de Estudos Medievais, pp. 117-134;

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto e BARROCA Mário (2015), *Paço de Giela. A História de um Monumento*, Município de Arcos de Valdevez;

SOTTO MAIOR, Diogo Pereira (1984), *Tratado da cidade de Portalegre*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda;

SOUSA, Bernardo de Vasconcelos (1988), «Paisagem Agrária e Organização Social do Espaço no Alentejo Medieval (Séculos XII a XV)», *Economia e Sociologia*, nº 45/46, Évora, pp. 21-39;

SOUSA, Bernardo de Vasconcelos (1990), *A propriedade das albergarias de Évora nos finais da Idade Média*, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica;

SOUSA, Bernardo de Vasconcelos (2000), *Os Pimentéis - Percursos de Uma Linhagem da Nobreza Medieval Portuguesa (Sec. XIII-XIV)*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda;

SOUSA, Bernardo de Vasconcelos (2013), «Identidade e auto-representação da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XV)» in *Actas do 3º Congresso sobre a Casa Nobre*, Arcos de Valdevez: Câmara Municipal;

SOUSA, D. António Caetano de (1933), *Memórias históricas, e genealógicas dos Grandes de Portugal*, 4ª edição, Lisboa: Arquivo Histórico de Portugal;

VENTURA, Leontina (1992), *A Nobreza da Corte de Afonso III*, Coimbra; Faculdade de Letras;

VENTURA, Ruy (1995), «As Memórias Paroquiais de 1758 do actual concelho de Portalegre», *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*, nº 10, nova série, pp. 93-133;

ZUQUETE, Afonso (dir.) (1960), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Vol. II, Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia

Fontes eletrónicas

Biblioteca Digital do Alentejo: <http://www.bdalentejo.net/>

GAMEIRO, Odília (2002). «Legitimação jurídica do senhorialismo fidalgo: o foral de Terena», in *Colóquio Internacional Discursos de Legitimação*, Lisboa: Universidade Aberta; cop. 2003 (disponível em <http://hdl.handle.net/10400.2/1545>, consultado a 23/10/2018)

História da Arquitetura Portuguesa (estudo da Torre da Camoeira): <http://www.hap.pt/torre-da-camoeira/>

Portal do Arqueólogo: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>

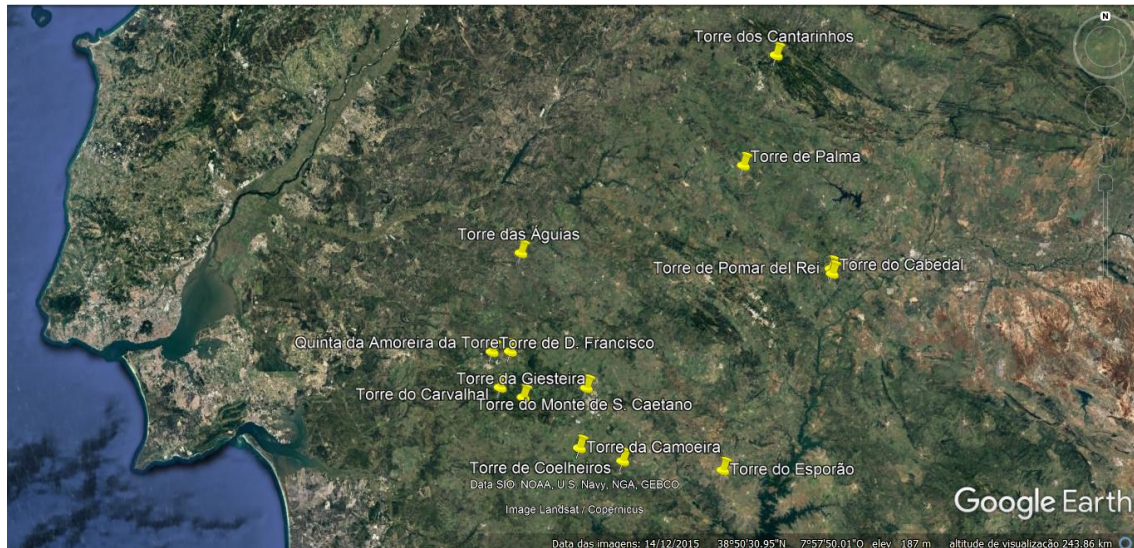
Site do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx

Sistema Portugal 1758 (transcrição das Memórias Paroquiais de 1758): <http://portugal1758.di.uevora.pt/>

Anexos

Anexo I – Localização das Casas Fortes estudadas¹

Mapa 1. Localização global das casas fortes alentejanas referidas neste trabalho

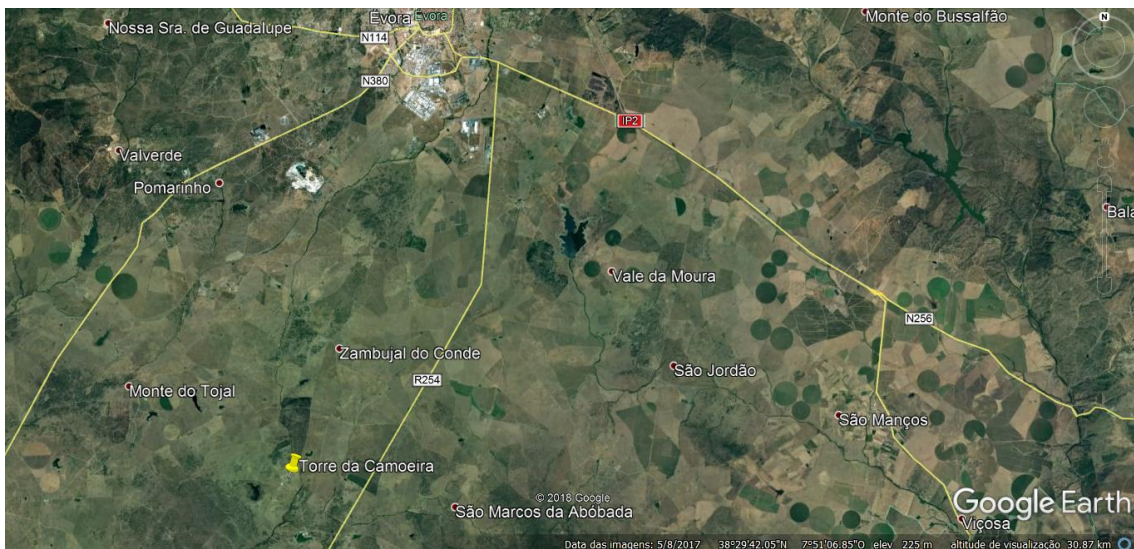


Mapa 2. Localização da Torre de Coelhoiros

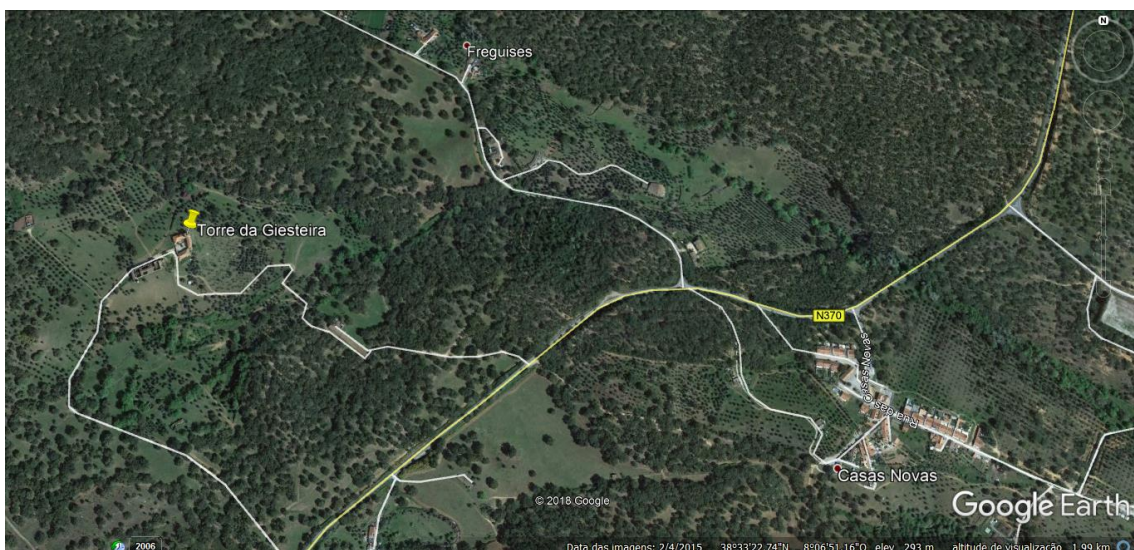


¹Todos os mapas que se apresentam foram obtidos através do Google Earth Pro (versão 7.3). Para navegação nesta ferramenta, ver ficheiro do Anexo III - Georreferenciação das casas fortes estudadas.

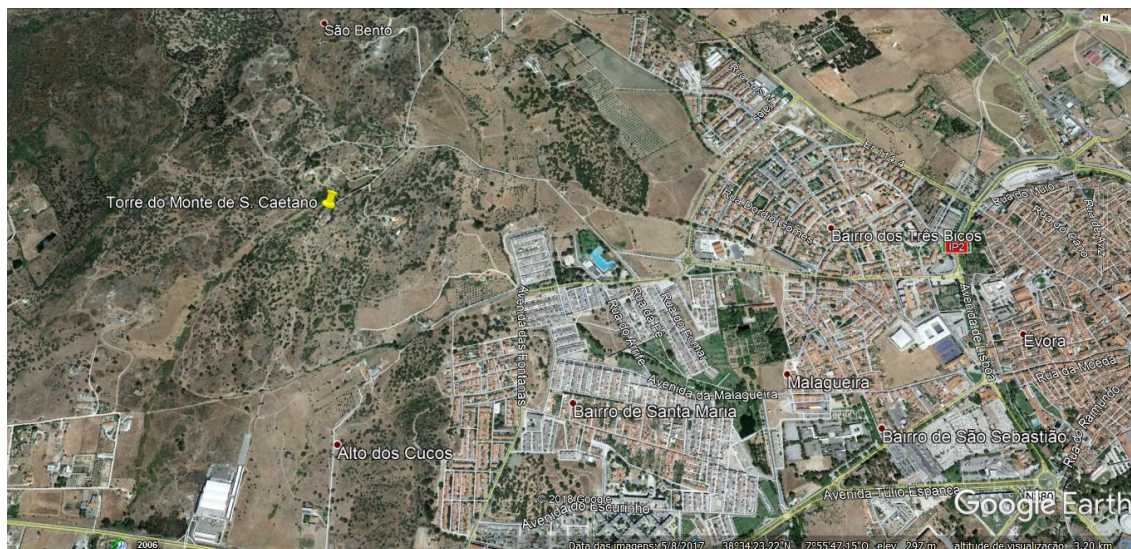
Mapa 3. Localização da Torre da Camoeira



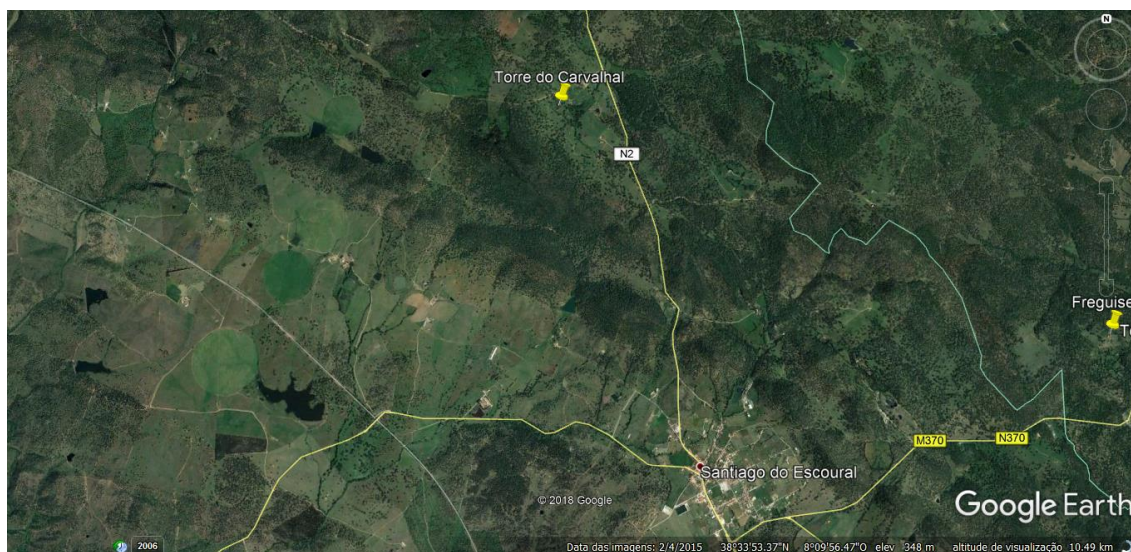
Mapa 4. Localização da Torre da Giesteira



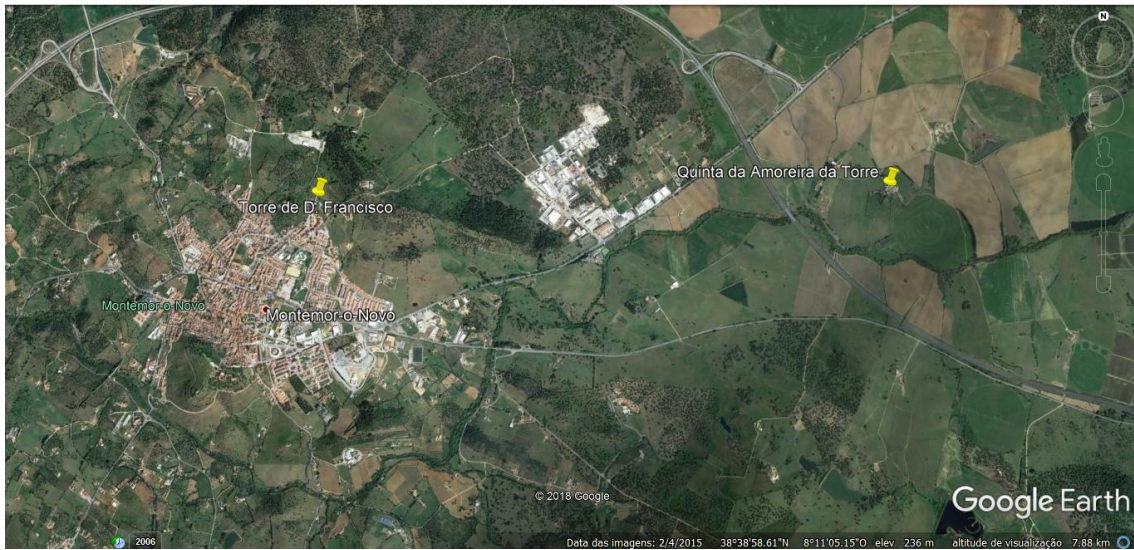
Mapa 5. Localização do Monte de São Caetano



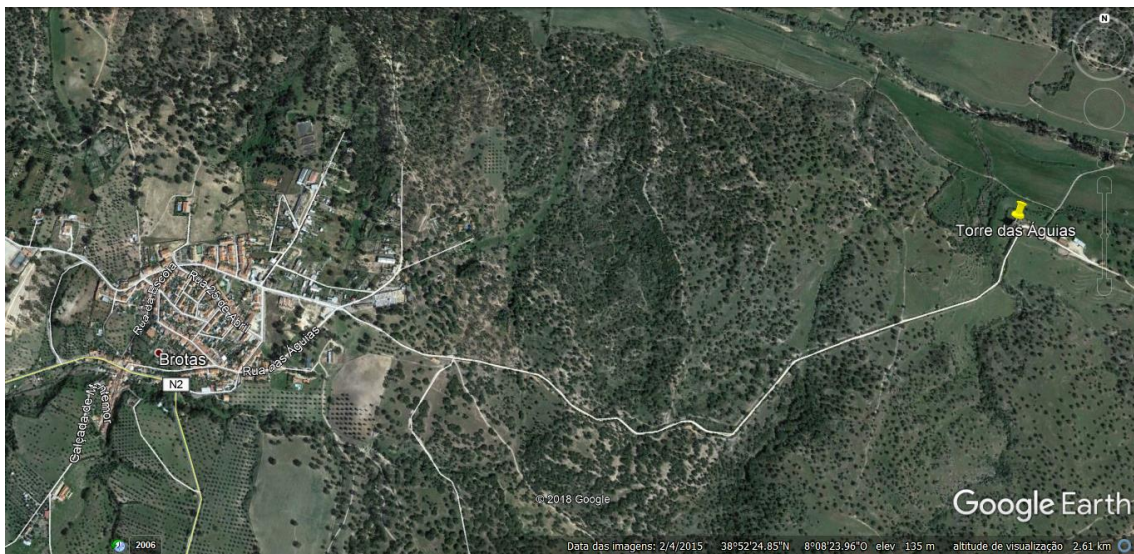
Mapa 6. Localização da Torre do Carvalho



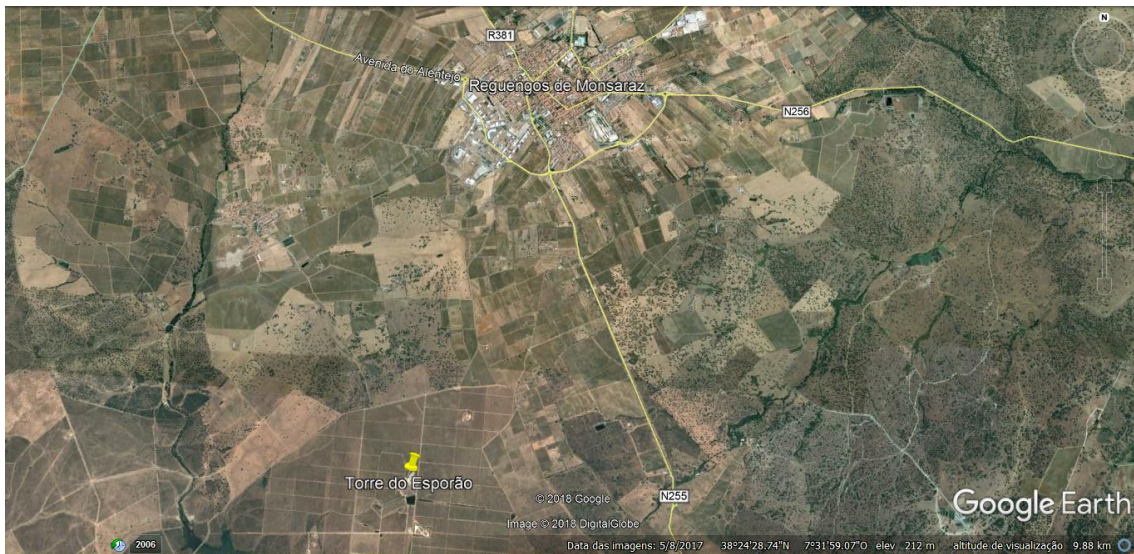
Mapa 7. Localização da Torre de D. Francisco e da Quinta da Amoreira da Torre



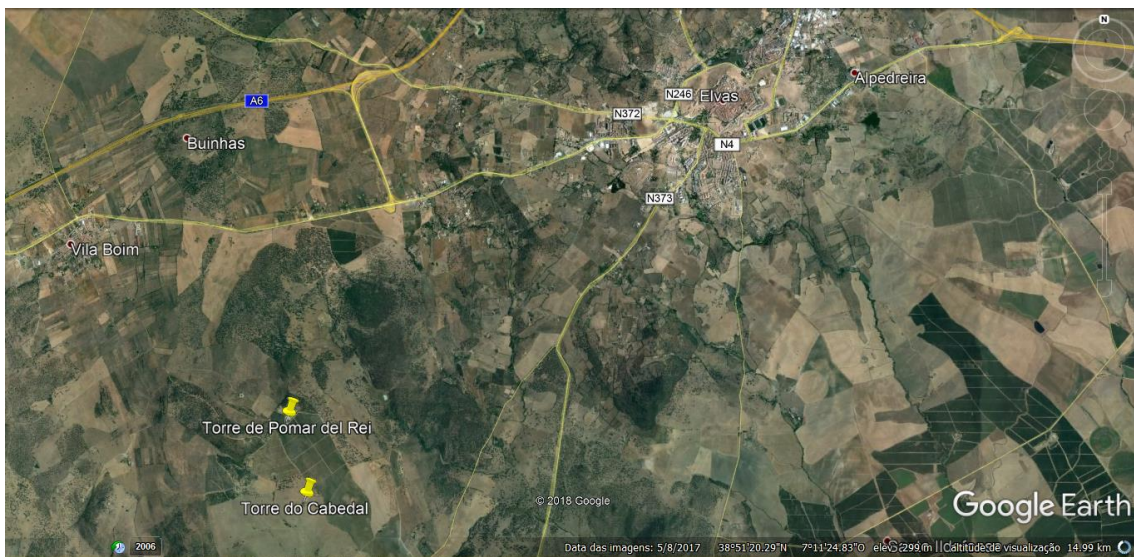
Mapa 8. Localização da Torre das Águas



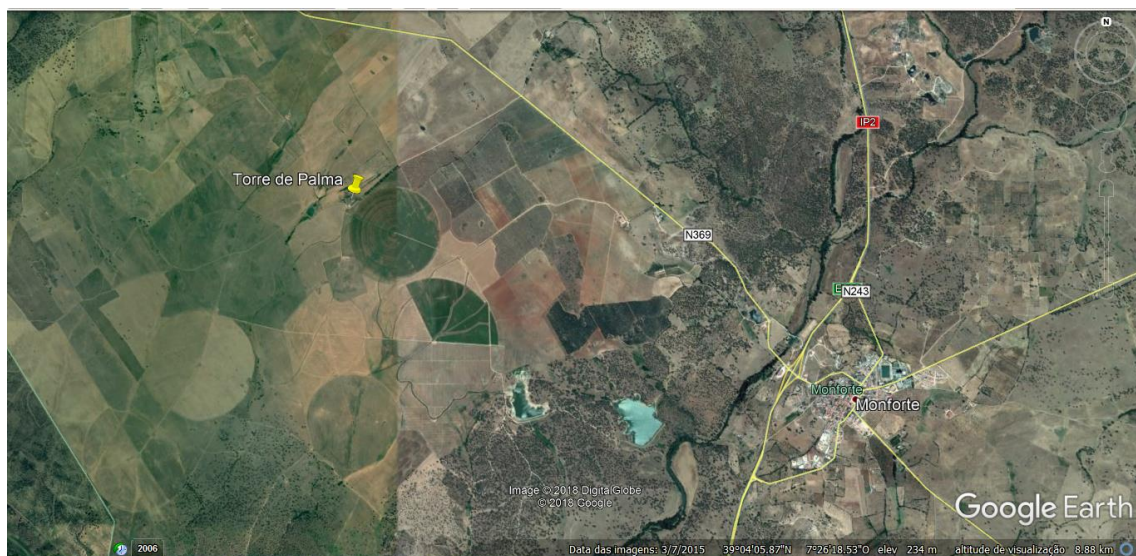
Mapa 9. Localização da Torre do Esporão



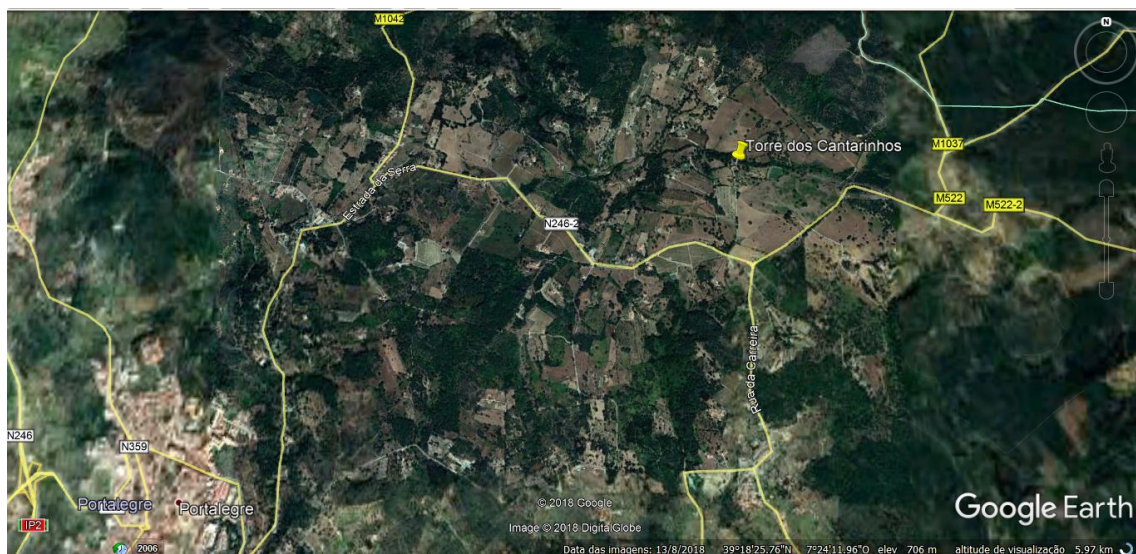
Mapa 10. Localização da Torre de Cabedal e Pomar d'El-Rei



Mapa 11. Localização da Torre de Palma



Mapa 12. Localização da Torre dos Cantarinhos



Anexo II – Registo fotográfico complementar¹

Registo 1. Torre de Coelheiros



1. Torre de Coelheiros em 1959 (Consultada em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00003821 a 23/02/2019)



2. Fachada Oeste

¹ Salvo indicação em contrário, as fotografias apresentadas foram registadas pela autora



3. Conjunto da Torre de Colheiros e edifício anexo



4. Fachadas Norte (à esquerda) e Sul (à direita)



5. Balcão com matacões na fachada Este

Registo 2. Torre da Camoeira



6. Fachada Oeste



7. Cunhal Sudeste

Registo 3. Torre da Giesteira



8. Cunhal Nordeste



9. Topo da torre (cunhal Sudoeste)



10. Capela de Nossa Senhora da Conceição



11. Ruínas do convento do Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição, adossado à capela (à esquerda)

Registo 4. Torre do Monte de D. Caetano



12. Fachada Noroeste



13. Conversadeiras no interior na torre (cunhal Oeste)



14. Pormenor da decoração da janela no cunhal Oeste



15. Pormenor do mainel da janela no cunhal Oeste

Registo 5. Torre do Carvalho



16. Fachada Sudeste



17. Interior da fachada Sudoeste



18. Fachada Noroeste



19. Interior da fachada Noroeste



20. Acesso à escadaria helicoidal



21. Fachada Sudoeste



22. Vestígios de abóbadas no interior da torre



23. Alas anexas



24. Acesso principal para as alas anexas



25. Exterior da capela de S. Cristóvão (consultada em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004453 a 24/02/2019)



26. Exterior da capela de S. Cristóvão (consultada em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004453 a 24/02/2019)



27. Interior da capela de S. Cristóvão (consultada em https://www.facebook.com/events/274930170097716/?notif_t=plan_user_invited¬if_id=1550943686701392 a 24/02/2019)

Registo 6. Torre de D. Francisco



28. Fachada Oeste



29. Escadaria de acesso à ala anexa



30. Escadaria de acesso à ala anexa



31. Abobadamento no teto da ala anexa a Este

Registo 7. Quinta da Amoreira da Torre



32. Fachada Oeste



33. Fachada Oeste



34. Fachada Este e tanque com espelho de água



35. Pormenor do balcão da fachada Este



36. Abobadamento do piso térreo da torre



37. Fonte da Rainha

Registo 9. Torre do Esporão



38. Torre do Esporão antes do restauro (consultada em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00001191 a 27/02/2019)



39. Vista aérea da Torre do Esporão (à direita) e da capela de Nossa Senhora dos Remédios (à esquerda) (consultada em <https://www.esporao.com/pt-pt/sobre/herdade-do-esporao/centro-historico.html> a 27/02/2019)

Registo 10. Torre de Cabedal e Pomer d'El Rei



40. Interior do piso térreo da Torre de Cabedal



41. Vestígios de policromia nas paredes do primeiro andar da Torre de Cabedal



42. Vestígios de policromia no teto do primeiro andar da Torre de Cabedal

Registo 11. Torre de Palma



43. Vista da entrada para a herdade de Torre de Palma



44. Vista do topo da Torre



45. Terraço da torre



46. Pormenor do escudo de armas na fachada Oeste

12. Torre dos Cantarinhos



47. Fachada Norte e uma das alas contíguas



48. Topo da torre visto do pátio formado pelas alas anexas



49. Janela manuelina na fachada Norte



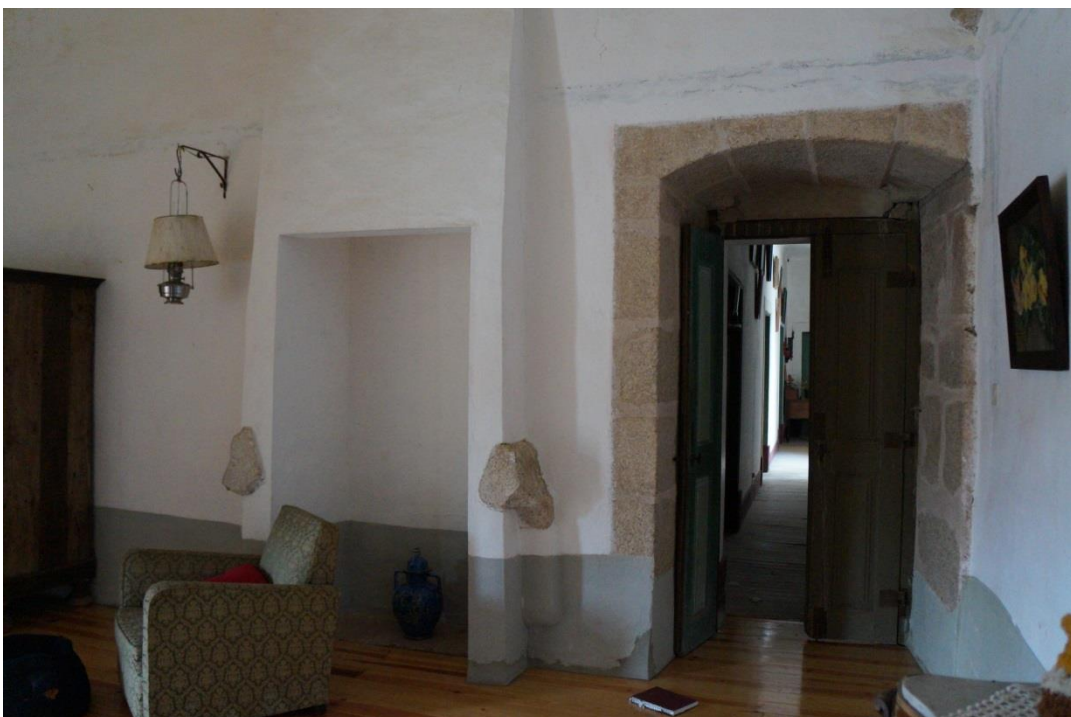
50. Fachada Este (à esquerda) e enxalço da janela em duplo arco (à direita)



51. Interior do primeiro andar



52. Porta de acesso à escadaria helicoidal que liga ao terraço



53. Interior da Torre. Lareira e porta de acesso a partir de uma das alas contíguas



54. Abóbada do teto do primeiro andar



55. Pormenor da mísula da abóbada do primeiro andar



56. Pormenor da chave central da abóbada do primeiro andar



57. Pormenor decorativo da abóbada do primeiro andar



58. Terraço



59. Escadaria helicoidal vista do terraço